



### GESTÃO 2013-2015

Presidência Vice-Presidência

Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva

Corregedoria Geral da Justiça Escola Superior da Magistratura

Des. Francisco Sales Neto Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo

Ouvidoria Geral da Justiça Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua

Des. Emanuel Leite Albuquerque Francisco Luciano Lima Rodrigues

Juiz Coordenador da Esmec Sec. Executivo do Fórum Clóvis Beviláqua

Antônio Carlos Pinheiro Klein Filho José Wilton Bessa Macêdo Sá

Juiz Auxiliar da Presidência Juiz Auxiliar da Presidência

Emílio de Medeiros Viana Francisco Eduardo Fontenele Batista

Juiz Auxiliar da Presidência Assessoria Especial da Presidência

Mirian Porto Mota Randal Pompeu Luís Eduardo de Menezes Lima

Assessoria de Precatórios Assessoria Institucional

Anna Carolina Alencar F. L. Melo Silva Márcia Morais Ximenes Mendes

Assessoria de Comunicação Assessoria de Cerimonial Dalva Regina Luna Queiroz Sílvio de Paiva Ribeiro

Assistência Militar Auditoria Administrativa de Controle Interno

Ten. Cel. PM José Herlínio Dutra Antônia Tatiana Ribeiro Araújo

Consultoria Jurídica Secretaria Especial de Planejamento e Gestão

Luis Lima Verde Sobrinho Diana Santos Pontes

Secretaria Geral Secretaria de Administração Chrystianne dos Santos Sobral José Almeida Santos Júnior

Secretaria de Finanças Secretaria de Gestão de Pessoas

José Joaquim Neto Cisne Vládia Santos Teixeira

Secretaria Judiciária Secretaria de Tecnologia da Informação

Antônio Inimá Fernandes Lima Francisco Moacir da Silva Medeiros Jr.

#### **APRESENTAÇÃO**

O presente relatório tem por desígnio documentar as principais ações, projetos e resultados do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) no decorrer do exercício de 2013.

No primeiro ano da atual gestão, sob a Presidência do Desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido, Vice-Presidência do Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva e Corregedoria-Geral do Des. Francisco Sales Neto, foram priorizadas iniciativas que contribuíssem para o aprimoramento da prestação jurisdicional, para a profissionalização da gestão judiciária e para a utilização plena e racional dos recursos.

Na esfera da prestação jurisdicional, são dignas de realce as seguintes ações:

- prolação, pelo Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos da Comarca da Capital, de 4.547 sentenças, 2.873 decisões interlocutórias e 7.685 despachos, além da realização de 115.927 movimentações processuais relacionadas à expedientes diversos e atualizações nos sistemas informatizados;
- promoção do Mutirão de Instrução e Julgamento de Processos envolvendo Atos Infracionais e do primeiro Mutirão de Instrução e Julgamento de Delitos de Tóxico, ambos na comarca de Fortaleza, que resultaram na elaboração de 933 julgamentos, 1.203 audiências, 2.064 despachos e 1.042 decisões interlocutórias;
- implantação, no Fórum Clóvis Beviláqua, da Comissão Temporária Metodologia de Análise e Melhoria de Performance para redução da Taxa de Congestionamento, cuja atuação promoveu a baixa de 13.391 processos nas Varas da Fazenda Pública e de 11.146 processos nas Varas de Execução Fiscal;
- efetivação de 982 audiências pelo Centro Judicial de Solução de Conflitos e Cidadania, bem como dos mutirões de conciliação em processos envolvendo investigação de paternidade, DPVAT e empresas como Itaú, Bradesco, TIM e CAMED;
- realização de audiências de conciliação entre Estado do Ceará e 77 de seus credores, resultando R\$ 9.157.485,00 (nove milhões, cento e cinquenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais) em precatórios pagos;

- análise, empós visita de equipe da Corregedoria Nacional de Justiça, de todos
  os autos de precatórios do TJCE, totalizando aproximadamente 1000 feitos,
  com a prolação de decisões, a realização de diligências juntos aos juízos de
  origem e a adequação da atualização dos respectivos valores;
- validação da nova tabela de índices para realização de cálculos judicias, a partir de análise do Manual de Racionalização de Procedimentos do CNJ.

Novas Varas foram instaladas, das quais se elencam: o 22º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza; a 3ª Vara da Comarca de Itapipoca; a 3ª Vara da Comarca de Iguatu; 1ª e 2ª Vara de Família e Sucessões, 3ª e 4ª Vara Criminal, todas da Comarca de Caucaia; Vara Única de Família e Sucessões do Crato; e 3ª Vara Cível de Juazeiro do Norte.

Destaca-se, de igual forma, o início das construções de Fóruns nas Comarcas de Assaré, Boa Viagem e Crateús, bem assim a iniciativa da atual Administração de promover reuniões com os magistrados das comarcas do interior do Estado, realizadas em sedes das zonas judiciárias, de sorte a verificar e colher *in loco* as premências e sugestões para o aprimoramento da prestação jurisdicional.

Importantes medidas também foram levadas a efeito em prol da valorização de servidores e magistrados e da adequação do quadro de pessoal às contingências atuais, a saber:

- elaboração de Projeto de Lei que trata da correção das distorções vencimentais entre os servidores do Poder Judiciário, a Isonomia Salarial, aprovada na Sessão do Tribunal Pleno de 1º de novembro de 2013 e enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará;
- viabilização das ascensões funcionais, da concessão de auxílio-alimentação aos magistrados e da majoração do benefício recebido pelos servidores, bem como do reajuste dos valores percebidos a título de diárias e indenização de transporte, mediante o redirecionamento de despesas de custeio e suplementações orçamentárias da ordem de R\$ 32.000.000,00 (trinta e dois milhões de reais);
- estabelecimento de critérios objetivos e técnicos para a concessão da Gratificação Técnico-Relevante (GTR) e a extensão desta às comarcas de entrâncias intermediária e inicial, por meio da Portaria nº 938/2013;
- instituição, através da Portaria nº 1114/13, de 23 de setembro de 2013, da
   Comissão do Concurso Público, com atribuições para, no prazo de 180 dias,

- estabelecer as regras e adotar as providências necessárias à realização de concurso público para provimento de cargos de servidores efetivos;
- designação, mediante portaria nº 1820/2013, de equipe servidores para, no prazo de 180 dias, auxiliarem a Comissão Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Juiz Substituto nas providências necessárias à realização do referido concurso;
- nomeação de 39 novos juízes de entrância inicial, promoção de 3 magistrados de entrância inicial para a entrância intermediária e nomeação de 3 novos Desembargadores.

No campo da inovação e da modernização, é de bom alvitre também enumerar:

- automatização do envio e retorno de recursos entre 1ª e 2ª instâncias;
- implantação do Núcleo de Digitalização do 2º grau e do fluxo digital do Plantão Judiciário;
- implantação da rede *wi-fi* no Tribunal de Justiça (TJCE), no Fórum Clóvis Beviláqua, na ESMEC e nas comarcas de Entrância Final;
- virtualização dos precatórios no sistema SAJ (Sistema de Automação Judicial) e obtenção da cessão, junto ao Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, do SAPRE (Sistema de Administração de Precatórios);
- modificação dos Centros de Dados (data center) do Tribunal de Justiça e do Fórum, permitindo uma melhoria na disponibilidade dos serviços presentes nos portais do TJCE;
- reestruturação do Portal da Transparência e do Portal do TJCE na rede mundial de computadores (internet), incluindo a disponibilização da Consulta Processual Unificada;
- criação de repositório central de informações, conhecimentos organizacionais no ambiente web (intranet), a Central do Conhecimento;
- disponibilização de 73 notebooks para magistrados das comarcas do interior e renovação/emissão de aproximadamente 1.375 certificados digitais;
- aquisições dos detectores de metais portáteis e portais, que serão destinados a todas as Unidades Judiciárias do interior e capital;
- implantação de sistema para controle de visitantes nas portarias do TJCE.

Objetivando o aperfeiçoamento gerencial e o fortalecimento da Estratégia do TJCE, foram capitaneadas diversas ações ao longo do exercício em tela, com destaque para:

- instituição do Comitê Executivo (Coex), com os objetivos de acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico e a execução orçamentária do TJCE (Portaria nº 289/2013);
- revisão do Plano Estratégico 2010-2014 (gestão 2013-2015), com a validação das metas institucionais pelos gestores, a revisão do portfólio de projetos para 2013 e 2014 e a consolidação do "Plano de Comunicação da Estratégia do Judiciário cearense";
- redesenho do macroprocesso de aquisições do TJCE e criação do Sistema de Padronização Organizacional, que contém normas para elaboração, identificação e controle de documentos no TJCE;
- implantação, no Fórum Clóvis Beviláqua, do Programa de Desenvolvimento de Gestores Judiciais (PDJUD) e adesão do mesmo ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – Gespública, com a preparação do Departamento Judicial para a Certificação ISO 9001:2008.

Oportuno consignar, ainda, outras iniciativas de grande relevo empreendidas em 2013, como:

- contratação da Fundação Demócrito Rocha para desenvolvimento do Programa de Cidadania Judiciária;
- otimização e intensificação da entrega dos livros adquiridos para as comarcas do interior do Estado, por meio da Portaria nº 228/2013;
- revisão do contrato nº 24/2009, que versa sobre as máquinas locadas para o
   Departamento Editorial e Gráfico, originando uma redução da franquia contratada, bem como do valor pago mensalmente, num total de 20%;
- alteração da Lei nº 14.415, de 23 de julho de 2009, que instituiu Programa de Inovação, Desburocratização, Modernização da Gestão e Melhoria da Produtividade do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PIMPJ, viabilizando a realização de certame para definição da instituição financeira responsável pelo gerenciamento da "Conta Única dos Depósitos sob Aviso à Disposição da Justiça";
- redução de 24,75% dos custos de telefonia móvel, e diminuição dos gastos com postagens e impressões, através do uso intensificado e orientado do Malote Digital;

- transformação do Serviço de Precatórios em Assessoria de Precatórios, por meio da Lei nº15.380/2013, cuja reestruturação contou ainda com a elaboração do Plano Estratégico do setor, aprovado mediante Resolução nº 11/2013 do Órgão Especial;
- contratação de empresas especializadas em serviços de suporte à vida
   (Ambulância), para a sede do TJCE e para o Fórum Clóvis Beviláqua FCB;
- celebração de convênio com a Assembleia Legislativa do Estado para exibição do programa de TV "Judiciário em Evidência" pela TV Assembleia;
- materialização da autonomia financeiro-orçamentária da Escola Superior de Magistratura (Esmec), mediante Portaria nº 261/2013, de 12/03/2013.
- realização, pela Esmec, do IV Curso de Formação Inicial de Juízes Substitutos, para 45 magistrados em processo de vitaliciamento e recredenciamento da Escola junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE), tornando-a apta a ministrar cursos de pós-graduação *lato sensu* até 31/12/2017, bem como emitir certificados de Especialista;

Dentre as atividades executadas pela Corregedoria Geral de Justiça no decorrer do ano, destacam-se, além dos projetos e ações voltadas ao cumprimento das metas estabelecidas pela Corregedoria Nacional de Justiça, das recomendações do CNJ e das iniciativas propostas pelo seu Plano de Gestão, a realização de mutirão na Vara Única da Comarca de Icó, que promoveu a movimentação de 2.388 processos, dentre despachos (908), decisões interlocutórias (174), sentenças (475), audiências (40) e expedientes (791). Seguindo a mesma linha, foi também realizada idêntica força-tarefa na Comarca de Várzea Alegre.

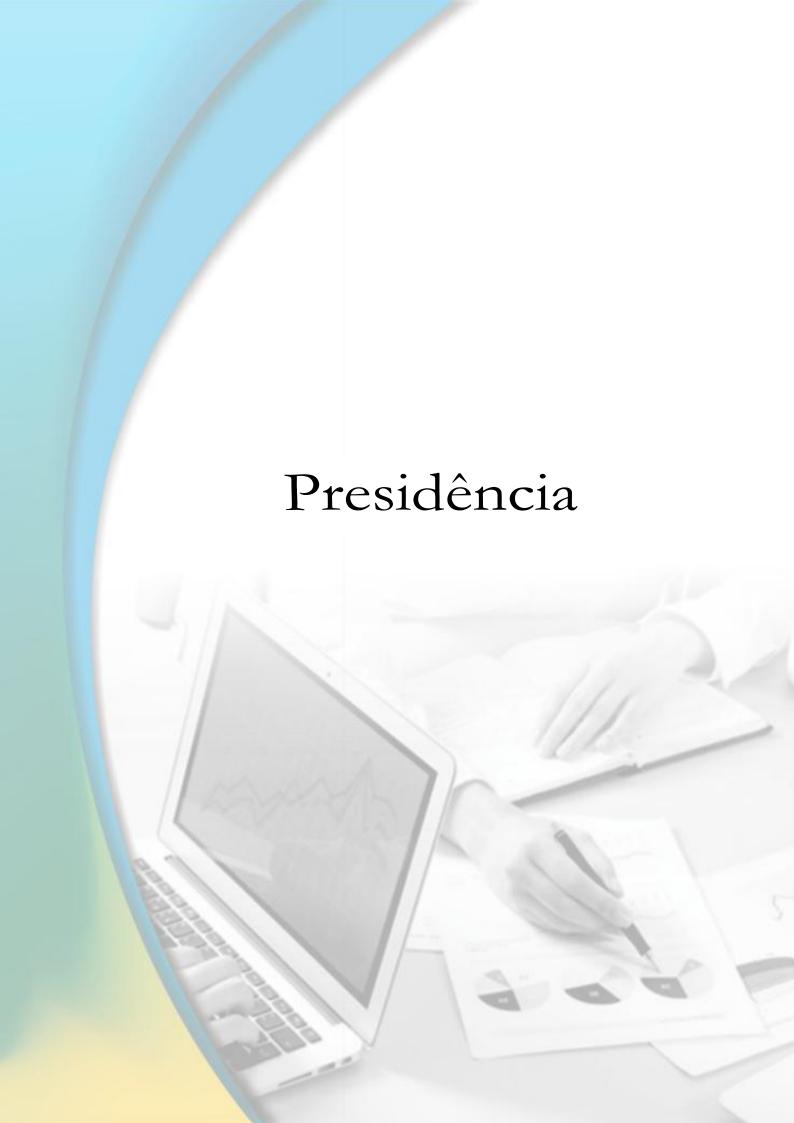
Não se pode olvidar, finalmente, dos esforços empreendidos pela Vice-Presidência desta Colenda Corte de Justiça, que garantiram a criação do Núcleo de Repercussão Geral de Recursos Repetitivos — NURER, mediante Resolução nº 02/2013 do Órgão Especial, bem como a análise de 3.844 processos, entre juízos de admissibilidade dos recursos constitucionais, despachos de mero expediente e decisões diversas, a apreciação de 184 processos virtuais e a distribuição de 82.083 feitos.

Os itens aqui delineados são apenas alguns exemplos dos trabalhos conduzidos durante o exercício de 2013. Uma visão mais completa e detalhada das ações, projetos e resultados de cada uma das unidades que compõem esta instituição poderá ser extraída da análise completa do vertente relato.

# SUMÁRIO

1.	Presidência	13
2.	Vice-Presidência	21
3.	Corregedoria Geral	27
4.	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará	45
5.	Ouvidoria Geral	61
6.	Assessoria de Precatórios	67
7.	Assessoria de Cerimonial	79
8.	Assessoria de Comunicação	91
9.	Assessoria Institucional	.101
10.	Assistência Militar	. 111
11.	Auditoria Administrativa de Controle Interno	.121
12.	Consultoria Jurídica	.133
13.	Secretaria Especial de Planejamento e Gestão	.145
14.	Secretaria Geral	.157
15.	Secretaria de Administração	.169
16.	Secretaria de Finanças	.181
17.	Secretaria de Gestão de Pessoas	.193
18.	Secretaria Judiciária	.205
19.	Secretaria de Tecnologia da Informação	.219
20.	Fórum Clóvis Bevilágua	.231





#### 1 DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS

A Presidência é a unidade responsável pela administração geral do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), com o apoio de secretarias e órgãos da administração desconcentrada. Objetiva essencialmente a melhoria da produção, quantitativa e qualitativa da prestação jurisdicional.

De maneira mais restrita, tem como unidade o Gabinete da Presidência, com competências delimitadas pela Lei Estadual nº 12.483/95, abaixo transcritas:

Art. 21. Compete especificamente ao Gabinete da Presidência:

I - preparar e encaminhar o expediente do Presidente;

II - organizar a agenda diária do Presidente, articulando-se com as Assessorias de Cerimonial e de Imprensa, quando for o caso;

III - organizar e manter atualizado o arquivo de correspondência;

IV - diligenciar sobre outros assuntos correlatos que lhe sejam encaminhados pelo Presidente do Tribunal. (Redação dada pela Lei nº 13.956, de 13.08.07)

No sentido mais amplo, a mesma Lei trata das atribuições do Presidente e vincula a Presidência:

Art. 5° - Compete administrativamente ao Presidente do Tribunal de Justiça:

I - Exercer a Chefia do Poder Judiciário, representando-o onde se fizer necessário e conveniente:

II - expedir atos normativos singulares (Portarias, Instruções Normativas e Ordens de Serviço) dispondo sobre assuntos administrativos do Poder, bem como atos que visem melhorias na Organização e Modernização dos serviços Judiciários, inclusive para fiel execução das normas legais e resoluções do Tribunal Pleno;

III - prover os cargos públicos do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, sendo de sua competência privativa os atos que impliquem nomeação, ascensão funcional, movimentação de uma para outra Secretaria ou localidade, afastamento, exoneração, demissão, aposentadoria, enquadramento no Plano de Cargos e Carreiras e no Regime Jurídico Único.

IV - autorizar a realização de despesas, observada a legislação específica;

V - conceder, ouvidos os setores administrativos competentes, os direitos e vantagens dos servidores do Quadro III - Poder Judiciário, observadas as normas do seu regime jurídico;

VI - assinar a correspondência do Poder Judiciário com os outros Poderes e autoridades do País e/ou Exterior;

VII - supervisionar diretamente a atuação da Secretaria Geral do Tribunal de Justiça e do Gabinete da Presidência e, com o auxílio do Vice-Presidente, as atividades Judiciárias, conforme o disposto no Código de Divisão e Organização Judiciária;

VIII - delegar competência, inclusive a de Ordenador da Despesa, salvo as de natureza privativa;

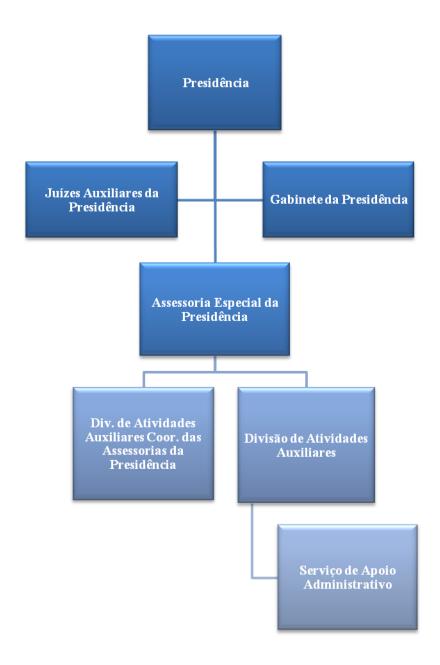
IX - firmar acordos, ajustes, convênios e contratos para obras e serviços observada a legislação sobre licitação;

X - apreciar recursos de decisões sobre licitação de compras e serviços;

XI - exercer outras atribuições inerentes ao cargo, especialmente as previstas no Código de Divisão e Organização Judiciária.

Da Presidência surge o primeiro estímulo para o desempenho de todos os trabalhos desconcentrados da atividade administrativa, movimentando um mecanismo que forma, num contexto geral, a condução do Judiciário.

#### 2 ORGANOGRAMA



#### 3 PROJETOS E AÇÕES

No início da gestão e no decorrer d o ano, foram revistos fluxos processuais, composições das equipes de trabalho, divisões de tarefas, horários de servidores e funcionários, inclusão de ferramentas digitais e métodos de priorização de atendimento ao público.

As ações da Presidência se consolidaram, em sua maioria, em atos normativos, a saber:

Tabela 1: Ações da Presidência

TIPO	QUANTIDADE
Portarias	1531
Resoluções do Tribunal Pleno	2
Resoluções do Órgão Especial	13
Assentos Regimentais	1
Provimentos	25

Fonte: Presidência do TJCE

Dentre as portarias de maior relevância, apontam-se as seguintes:

- a) Portaria nº 642/2013 DJ 25/06/2013 Institui Grupo de Trabalho para realizar estudos e levantamentos necessários objetivando novo concurso de provas e títulos para provimento dos cargos efetivos de servidores do Poder Judiciário do Estado do Ceará;
- Portaria nº 938/2013 DJ 26/08/2013 Estabelece critérios e parâmetros para a concessão, majoração e cessação da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará;
- c) Portaria nº 976/2013 DJ 30/08/2013 Designa Desembargadores para compor a Comissão do Concurso Público de Provas e Títulos para Preenchimento de Vagas e Formação de Cadastro de Reserva para o Provimento de Cargos de Juiz Substituto do Poder Judiciário do Estado do Ceará;
- d) Portaria nº 1126/2013 DJ 04/10/2013 Institui, no Estado do Ceará, o Comitê Estadual de Precatórios;

Na senda das Resoluções do Órgão Especial vale destacar:

- a) Resolução nº 01, de 01/03/2013 DJ de 22/03/2013 Institui o auxílio alimentação para os membros do Poder Judiciário do Estado do Ceará no efetivo exercício dos respectivos cargos;
- Resolução nº 03, de 16/05/2013 DJ de 17/05/2013 Estabelece novos parâmetros para concessão do auxílio alimentação aos servidores ativos do Poder Judiciário do Estado do Ceará e dá outras providências;
- c) Resolução nº 04, de 25/07/2013 DJ de 26/07/2013 Estabelece novos parâmetros para concessão de diárias e de indenização de transporte para magistrados vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e dá outras providências;
- d) Resolução nº 09 de 22/08/2013 DJ de 23/08/2013 Dispõe sobre a concessão de diárias para os servidores no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;
- e) Resolução nº 10 de 19/09/2013 DJ de 27/09/2013 Dispõe sobre regime de plantão judiciário em 1º e 2º graus de jurisdição do Poder Judiciário cearense em cumprimento ao disposto no art. 10 da Resolução nº 71 do CNJ;
- f) Resolução nº 13 de 17/10/2013 DJ de 18/10/2013 Regulamenta o processo eletrônico no tocante à expedição e tramitação de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências;

Merecem destaque, igualmente, as mensagens enviadas ao Poder Legislativo no intuito de modificações em leis relativas ao Poder Judiciário Estadual:

- a) Alterações de subsídios dos Magistrados: Mensagem nº 01/2013 Altera a Lei nº 14.527, de 8 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a revisão dos subsídios dos membros do Poder Judiciário;
- b) Criação da Assessoria de Precatórios: Mensagem nº 02/2013 Altera os dispositivos da Lei nº 12.483, de 3 de agosto de 1995, que indica, reestrutura órgãos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e dá outras providências;
- c) Redução de valores de atos notariais e parcelas do FERMOJU: Mensagem nº 03/2013 Reduz os valores de atos notariais e parcelas do FERMOJU referentes ao registro de imóveis dos programas habitacionais da Companhia de Habitação do Ceará;
- d) Isonomia salarial: Mensagem nº 04/2013 Autoriza o Tribunal de Justiça do

Estado do Ceará a realizar as progressões de referências e as promoções de classes dos servidores integrantes do Quadro III do Poder Judiciário e revoga o §3º do art. 1º da Lei nº 3.551 de 29 de dezembro de 2004;

Dentre as iniciativas do ano em curso, ganharam maior destaque aquelas decorrentes de pleitos mais antigos dos servidores e magistrados. Implantaram-se promoções e progressões para servidores, pagamento de gratificação por trabalho técnico, científico ou relevante àqueles lotados em comarcas do interior do Estado e enviou-se à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei que visa a isonomia dos servidores interior/capital.

Partiu da Presidência determinação de instauração de licitações que visem a realização de obras de engenharia e reformas nos prédios do Judiciário; aquisição de materiais de informática e segurança tais como notebooks e detectores de metais;; restabelecimento e determinação de cumprimento literal dos horários de expediente já orientados pelo Conselho Nacional de Justiça; regulamentação de pagamento de auxílio-moradia destinado a magistrados que atuem em comarcas onde não existam residências oficiais; e recolhimento e destruição de armas apreendidas em todo o Estado.

Novas Varas também foram instaladas, das quais se destacam: o 22º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza; a 3ª Vara da Comarca de Itapipoca; a 3ª Vara da Comarca de Iguatu; 1ª e 2ª Vara de Família e Sucessões e 3ª e 4ª Vara Criminal, todas da Comarca de Caucaia; Vara Única de Família e Sucessões do Crato; e 3ª Vara Cível de Juazeiro do Norte.

Ademais, foram designados 35 novos magistrados para a Justiça Estadual do Ceará, que ingressaram em comarcas de entrância inicial do Estado. Em seguida, foi criada comissão para efetivação de estudos visando à realização de concursos para servidores e magistrados.

#### 4 RESULTADOS

No ano de 2013, a Presidência do TJCE teve expressiva demanda, todas atendidas em prazo razoável, inexistindo registro de pendências. Manter baixo número de feitos administrativos em andamento no CPA, constituiu o maior desafio. Mesmo assim, esta média não ultrapassou a quantidade de 100 processos. Seguem informações sobre quantitativos de despachos, ofícios, memorandos e documentos afins recebidos/expedidos pela Presidência:

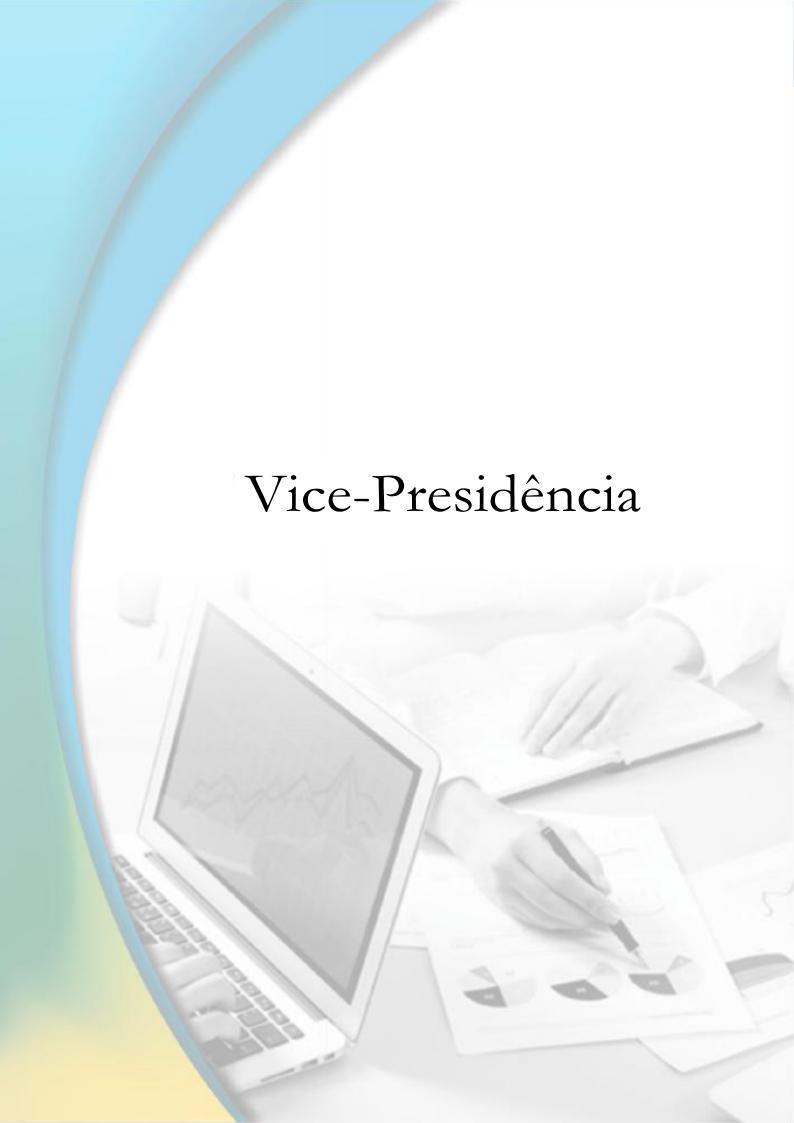
Tabela 2: Quantitativo de despachos, ofícios e memorandos expedidos

TIPO	QUANTIDADE
Processos recebidos (CPA)	3898
Correspondências	848
Malotes digitais recebidos	819
Telegramas	297
Despachos (CPA)	1650
Ofícios Expedidos	1556
Ofícios Circulares Expedidos	45
Memorandos	63
Julgamentos de Pedidos de Suspensão de Liminar	210
Agravos Regimentais	77

Fonte: Presidência do TJCE

A Presidência atuou com maior abrangência, incluindo órgãos outrora identificados como carentes de acompanhamento institucional, em que pese citar a atenção constante dada às comarcas do interior e às próprias secretarias e assessorias vinculadas à Presidência, evitando a deterioração advinda do esquecimento.

Neste caminho, alcançou-se melhorias estruturais e procedimentais, bem como se preparou alicerce para o ano de 2014.





#### 1 DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS

São competências do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, delegadas pelo Presidente, através da Portaria nº 385/2011:

- a) proceder à distribuição dos feitos destinados ao Tribunal do Pleno, às suas
   Câmaras Reunidas e Isoladas e ao Conselho da Magistratura;
- b) mandar cumprir as decisões e os acórdãos dos Tribunais Superiores;
- c) compartilhar com o Presidente da Corte o juízo de admissibilidade dos recursos especiais, extraordinários e ordinários constitucionais;
- d) nos casos de multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia ou questão de direito, determinar o processamento dos recursos extraordinários e especiais submetidos à sua apreciação na forma dos artigos 543-B e 543-C, respectivamente, do Código de Processo Civil;
- e) proferir despachos ordinatórios em eventuais agravos interpostos em sede de recursos especiais e extraordinários, cujos juízos de admissibilidade tenham sido proferidos pela Vice-Presidência e encaminhado aos respectivos Tribunais Superiores;
- f) apreciar pedidos de medidas cautelares e peticionamentos apresentados na ambiência dos recursos constitucionais submetidos à sua apreciação.

Quanto às suas atribuições regimentais, são previstas no art. 31 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

- a) substituir o Presidente nas suas faltas e impedimentos;
- b) representar o Presidente nas atividades externas do Tribunal, inclusive em viagens interestaduais;
- c) exercer as funções administrativas que lhe foram delegadas pelo Presidente.

#### 2 AÇÕES E PROJETOS

Dentre as principais ações desenvolvidas, verifica-se a efetivação analítica da enorme quantidade dos recursos excepcionais, como também do acervo referente aos processos representativos da controvérsia que se encontravam sobrestados.

Ressalte-se, por oportuno, o esforço da equipe da Vice-Presidência no propósito de incrementar sua produção no tocante ao exame de admissibilidade dos processos direcionados aos Tribunais de cúpula.

Registra-se, finalmente, a criação, no âmbito deste Tribunal de Justiça, do Núcleo de Repercussão Geral de Recursos Repetitivos – NURER, mediante Resolução nº 02/2013, do Órgão Especial.

Tal unidade se destina a catalogar os recursos representativos da controvérsia que se encontram sobrestados enquanto pendentes de julgamento os recursos paradigmas, pelo Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, conforme disposto nos artigos 543-B e 543-C, do Código de Processo Civil.

O núcleo é formado por 4 (quatro) servidores do Poder Judiciário e supervisionado por Juiz Auxiliar da Vice-Presidência, conforme Portaria nº 1294/2013.

#### 3 RESULTADOS

#### 3.1 Processos analisados

No decorrer do exercício de 2013, foram analisados 3844 (três mil oitocentos e quarenta e quatro) processos, entre juízos de admissibilidade dos recursos constitucionais, despachos de mero expediente e decisões diversas, conforme se demonstra abaixo:

- a) 1234 recursos especiais;
- b) 215 recursos extraordinários;
- c) 269 recursos ordinários;
- d) 230 decisões diversas;
- e) 1896 despachos de mero expediente.

#### 3.2 Processos virtuais

Com base no art. 39 e §§ do Regimento Interno do TJCE, foram analisados 184 (cento e oitenta e quatro) processos virtuais, assim dispostos:

- a) 157 habeas corpus;
- b) 08 agravos de instrumento;
- c) 07 mandados de segurança;
- d) 12 cautelares.

#### 3.3 Processos administrativos

Os processos administrativos de competência da Vice-Presidência totalizaram 09 (nove) no exercício em pauta.

#### 3.4 Processos distribuídos e redistribuídos

No ano de 2013 foram distribuídos 82.083 (oitenta e dois mil e oitenta e três) processos, sendo:

- a) 63.468 distribuídos/redistribuídos;
- b) 28.615 transferidos;

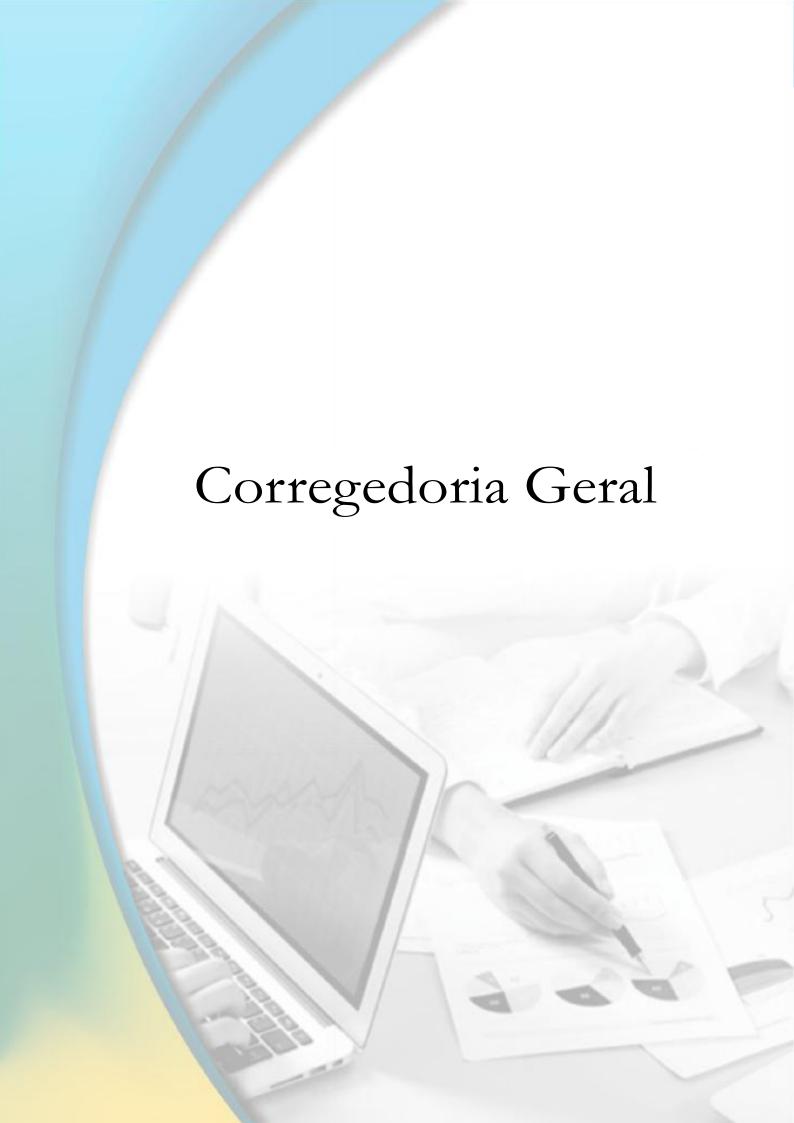
#### 3.5 Conclusão

Os resultados apresentados neste relatório confirmam que as funções reservadas à Vice-Presidência (art. 31, do Regimento Interno do TJCE e Portaria 358/2011) vêm sendo satisfatoriamente cumpridas, mercê dos esforços solidariamente desenvolvidos por todos quantos lotados na Unidade.

Importa, ainda, realçar as dificuldades com que a Vice-Presidência desenvolve suas tarefas, porquanto, além da deficiência numérica de servidores, as normas processuais, por sua vez, trazem embaraços que, inevitavelmente, ensejam a procrastinação dos feitos que tramitam no âmbito desta Casa.

Ademais, registre-se que o regimento interno desta Corte de Justiça Estadual carece de adequação às normas legais, em especial o Código de Processo Civil, no que tange ao tema dos recursos representativos da controvérsia.

Certo é que, de qualquer sorte, em reverência ao que propugna a Magna Carta de 1988, tentou-se demonstrar aos jurisdicionados que os resultados até aqui alcançados são frutos dos esforços voltados no sentido de levar a bom termo as incumbências que lhes são legalmente deferidas.



#### 1 DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS

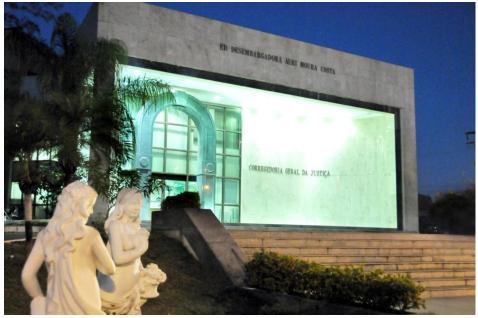


Figura 1 – Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará

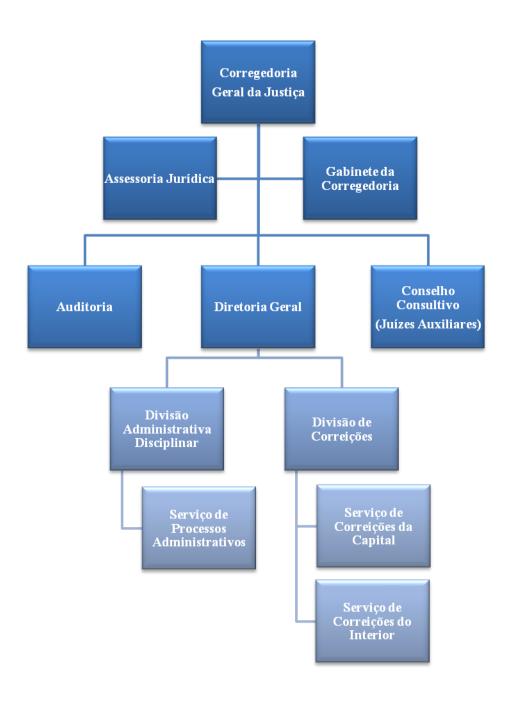
Fonte: Comunicação – CGJ

A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplinamento e orientação administrativa, com jurisdição em todo o Estado do Ceará, é dirigida, atualmente, pelo corregedor geral, desembargador Francisco Sales Neto, auxiliado pelos juízes corregedores Marcelo Roseno de Oliveira, Neuter Marques Dantas Neto, João Everardo Matos Biermann e Joaquim Vieira Cavalcante Neto, designados na forma do Regimento Interno do Tribunal de Justiça.

Visando consolidar-se como instituição eficiente no âmbito de suas atribuições, a Corregedoria tem a missão de fiscalizar, orientar e aprimorar os serviços judiciais e extrajudiciais prestados à sociedade, bem como zelar pela regular conduta dos juízes, servidores e delegatários, sempre norteando suas atividades nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, acessibilidade, cooperação e responsabilidade social e ambiental.

Constitui função deste Órgão implementar medidas, visando assegurar a realização de atividades correicionais e inspecionais, reduzir o congestionamento processual no 1º grau de jurisdição, permitir o acesso do cidadão à justiça, maximizar a transparência, melhorar a arrecadação junto às unidades judiciais e serventias extrajudiciais, além de garantir uma infraestrutura adequada para a prestação dos serviços por parte dos magistrados e servidores.

#### 2 ORGANOGRAMA



#### 3 AÇÕES E PROJETOS

Objetivando dar continuidade administrativa e tendo como meta primordial a efetividade da prestação jurisdicional em todo o Estado do Ceará, a atual gestão desenvolveu diversos projetos e ações, todos amparados no Plano Estratégico da Corregedoria, alinhado ao Plano Estratégico do Tribunal de Justiça, bem como nas Metas de Nivelamento traçadas pela Corregedoria Nacional de Justiça.



Figura 2: Corregedor-Geral da Justiça e Juízes Corregedores Auxiliares

Fonte: Comunicação - CGJ

#### 3.1 Mutirões processuais

Focando o descongestionamento do Judiciário e buscando minimizar os transtornos ocasionados à população local, a Corregedoria promoveu, no período de 08 a 19 de julho do presente ano, mutirão na Vara Única da Comarca de Icó, atendendo à Portaria nº 586/2013. Os trabalhos, supervisionados pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Francisco Sales Neto, movimentaram cerca de 2.388 (dois mil trezentos e oitenta e oito) processos, distribuídos em 908 (novecentos e oito) despachos, 174 (cento e setenta e quatro) decisões interlocutórias, 475 (quatrocentos e setenta e cinco) sentenças, 40 (quarenta) audiências e 791 (setecentos e noventa e um) expedientes. Seguindo a mesma linha, a CGJ também realizou idêntica força-tarefa, no período de 18 a 22/11, na Comarca de Várzea Alegre, conforme Portaria nº 1534/2013.

#### 3.2 Revisão e atualização do Regimento Interno

Considerando a necessidade de adequar o Regimento Interno vigente às atuais funções institucionais da Corregedoria, foi desenvolvido estudo e elaborado um novo Regimento. Embasado em recentes orientações do Conselho Nacional de Justiça, o mencionado projeto buscou elaborar um Regimento Interno mais dinâmico e atual, inserindo medidas necessárias à reestruturação da organização administrativa. Foram normatizados instrumentos que viabilizassem as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, com a inclusão da disciplina de procedimentos, tais como: a sindicância e o processo administrativo disciplinar (PAD).

#### 3.3 Regulamentação da união homoafetiva

Reconhecendo a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar, a CGJ, através do Provimento nº 02/2013, regulamentou as normas relativas à lavratura de escritura de declaração de convivência de união estável homoafetiva, possibilitando sua conversão em casamento.

#### 3.4 Regulamentação da prestação de informações por parte dos magistrados de 1º grau

Em busca de maior celeridade, a Corregedoria regulamentou, através do Provimento nº 03/2013, a prestação de informações por parte dos magistrados de primeiro grau ao Tribunal de Justiça do Ceará. De acordo com o documento, as informações referentes a *habeas corpus*, mandado de segurança e agravo serão redigidas pelo próprio magistrado, devendo o respectivo ofício ser cumprido em "caráter prioritário", dentro do prazo legal, com maior presteza.

#### 3.5 Tempo máximo para atendimento nas serventias extrajudiciais

A Corregedoria-Geral da Justiça, considerando que é fato público o transtorno que os usuários se submetem em longas filas de espera, quando necessitam dos serviços prestados pelas serventias extrajudiciais, definiu que as mesmas ficarão obrigadas a atender cada usuário no prazo máximo de 30 (trinta) minutos. A medida é regulamentada pelo Provimento nº 05/2013.

#### 3.6 Regulamentação do registro de nascimento de indígenas

No intuito de esclarecer dúvidas e viabilizar a atuação dos Oficiais de Registro Civil de Pessoas Naturais deste Estado, garantindo assim, a segurança jurídica e a plena efetividade à sistemática legal, a Corregedoria regulamentou, por meio do Provimento 06/2013, o registro de nascimento de indígenas. O documento destaca que a etnia, a aldeia de origem do indígena e a de seus pais poderão constar como informações a respeito de sua naturalidade.

#### 3.7 Implementação do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP)

Dentre as principais medidas adotadas durante o ano de 2013, destaca-se o levantamento, ainda em curso, junto à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, notadamente a Delegacia de Capturas, de todos os mandados de prisão em aberto cadastrados no sistema do órgão, permitindo a oportuna conferência da higidez dos dados pelos respectivos Juízos expedidores e a atualização dos mandados, com o devido cadastramento no Banco Nacional, mantido no site do CNJ. O Provimento nº 09/2013, do corregedor-geral, de 30 de abril de 2013, fixou o prazo de 6 (seis) meses para que todas as unidades judiciárias cadastrem no BNMP os mandados expedidos anteriormente à entrada em vigor do ato normativo e ainda não cumpridos.

#### 3.8 Portal Extrajudicial (PEX)

Dando continuidade aos trabalhos iniciados na gestão anterior, a Corregedoria publicou o Provimento nº 10/2013, disciplinando a utilização do Portal Extrajudicial (PEX) pelos cartórios do Estado do Ceará. A ferramenta, que funciona como canal de comunicação segura, célere e não onerosa, entre os cartórios, a CGJ e o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), faz parte do programa de virtualização do Judiciário Cearense, gerando economia de tempo e recursos.

#### 3.9 Malote Digital para serventias extrajudiciais

Considerando o Provimento nº 25, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a atual gestão da Corregedoria implantou o sistema Hermes Malote Digital do CNJ para as serventias extrajudiciais no âmbito do Estado do Ceará, regulamentado pelo Provimento nº 11/2013. O Malote Digital é uma ferramenta que dinamiza a comunicação e a remessa de documentos entre os cartórios e os Órgãos do Poder Judiciário Nacional, e também entre os próprios cartórios, eliminando despesas com correios para envio de ofícios e outros documentos.

#### 3.10 Mediação e conciliação

Objetivando consolidar uma política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais de solução de litígios, a Corregedoria autorizou registradores e notários a solucionarem conflitos por meio de atos de conciliação e mediação nos cartórios de que são titulares, ampliando, assim, o acesso à justiça, melhorando sua efetividade e auxiliando na redução do número de demandas que tramitam no Poder Judiciário. A medida consta no Provimento nº 12/2013.

#### 3.11 Medidas de proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas

Reconhecendo a necessidade de se adotar normas de preservação dos dados pessoais de vítimas e testemunhas ameaçadas por colaborarem com investigação e instrução criminal, a Corregedoria estabeleceu medidas de proteção, constantes no Provimento nº 13/2013.

#### 3.12 Projeto Pai Presente

Com base nos Provimentos nº 12 e 16, o Conselho Nacional de Justiça pretende reduzir o número de crianças e adolescentes brasileiros que não possuem paternidade reconhecida. Para a captação dos resultados da referida campanha, foi desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça deste Estado, juntamente com a Corregedoria Geral da Justiça, o sistema denominado Coletor Estatístico do Projeto Pai Presente – CEPP, que monitora mensalmente os resultados deste Programa, a partir dos dados informados pelos Módulos Jurisdicionais. Tal sistema informatizado, ao tempo que estabelece

uma uniformização das informações passadas pelas unidades jurisdicionais, proporciona celeridade e segurança dos dados finais.

Até o momento, foram obtidos os seguintes resultados: 4.396 (quatro mil trezentos e noventa e seis) reconhecimentos voluntários, 437 (quatrocentos e trinta e sete) reconhecimentos a partir de exames de DNA, 3.719 (três mil setecentos e dezenove) não atenderam ou negaram a paternidade. 27.262 (vinte e sete mil duzentos e sessenta e dois) casos se encontram em outras classificações.

#### 3.13 Projeto Justiça Plena

Programa que visa imprimir transparência ao andamento de processos de grande repercussão social, dentre elas ações criminais, ações civis públicas, ações populares, processos em defesa do consumidor e ambientais. Diante disso, esta Corregedoria Geral acompanha, atualmente, 21 (vinte e um) processos inclusos no referido sistema, encaminhando, a cada 45 (quarenta e cinco) dias, informações à Corregedoria Nacional de Justiça, bem como fiscalizando e orientando as Varas/Comarcas onde tramitam os aludidos processos.

#### 3.14 Erradicação do sub-registro

O projeto que visa a erradicação do sub-registro é coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça e implementado em todo o país. Seu objetivo é registrar no mesmo ano de nascimento ou até o 1º trimestre do ano subsequente, todos os nascimentos. As orientações descritas nos Provimentos 13, do CNJ, e 04/2011, desta Corregedoria-Geral da Justiça, foram repassadas aos Registradores e estão sendo acompanhadas para, ao final, erradicar de forma definitiva os sub-registros no âmbito do Estado do Ceará.

Importa destacar que existem, atualmente, 41 (quarenta e uma) Unidades Interligadas em pleno funcionamento, sendo 10 (dez) unidades na capital e 31 (trinta e uma) no interior do Estado.

#### 3.15 Acompanhamento dos sistemas eletrônicos do Conselho Nacional de Justiça

Dentre os Sistemas do Conselho Nacional de Justiça, acompanhados por esta CGJ, destaca-se o Cadastro Nacional de Adoção (CNA), que se apresenta como uma

ferramenta de suma importância, possibilitando que crianças e adolescentes cearenses sejam adotados por pretendentes residentes em qualquer outra unidade da federação. Até 05 de novembro do corrente ano, os quantitativos registraram 361 (trezentas e setenta e uma) crianças adotadas, 75 (setenta e cinco) aptas à adoção, 15 (quinze) em processo de adoção e 689 (seiscentos e oitenta e nove) pretendentes cadastrados.

#### Também merecem ênfase:

- a) o Sistema de Autenticação da Corregedoria (SAC), que apresenta 405 (quatrocentos e cinco) unidades judiciais cadastradas no âmbito do Estado do Ceará;
- b) o *Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA)*, que recenseou 29.129 (vinte e nove mil cento e vinte nove) bens em procedimentos criminais, perfazendo um valor total de R\$ 811.825,39 (oitocentos e onze mil, oitocentos e vinte e cinco reais e trinta e nove centavos);
- c) o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, que registrou 23 (vinte e três) condenações;
- d) o Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais, que catalogou 172 (cento e setenta e dois) estabelecimentos penais em todo território cearense, dentre cadeias públicas, colônias agrícolas, delegacias, hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, penitenciárias e presídios;
- e) o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei, que enumerou, no sistema, 33 (trinta e três) entidades exclusivas para cumprimento de menores infratores.
- f) o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos, que registrou 100 (cem) unidades de acolhimento de crianças e adolescentes em todo Estado do Ceará e 1.055 (mil e cinquenta e cinco) crianças e adolescentes acolhidos;
- g) o Sistema de Acompanhamento de Processos de Relevância Social, que visa imprimir transparência ao andamento de processos de grande repercussão social, dentre elas ações criminais, ações civis públicas, ações populares, processos em defesa do consumidor e ambientais;
- h) o E-CNJ Processo Eletrônico, no qual toda e qualquer informação sobre o andamento e arquivamento de procedimentos em trâmite nesta Casa Censora deverão ser encaminhadas ao CNJ por meio eletrônico.

#### 4 RESULTADOS

O presente relatório expressa, de forma sintética, os principais resultados alcançados pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará, naquilo que é essencial, resultados estes que guardam perfeita sintonia com os objetivos institucionais e com as normas emanadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Durante o primeiro ano da atual gestão, foram emitidos pelos juízes corregedores auxiliares um total de 513 (quinhentos e treze) pareceres em procedimentos administrativos (pedidos de providência, reclamações, representações, denúncias, sindicâncias, consultas e outras diligências envolvendo magistrados de primeiro grau, servidores, notários e registradores), bem como elaborados 40 (quarenta) relatórios de inspeções e correições e 44 (quarenta e quatro) de informações.

Tabela 1 – Quadro Resumido da Produtividade dos Juízes Corregedores – 2013

Juiz Corregedor	Mauro Liberato*	Everardo Biermann	Joaquim Cavalcante **	Marcelo Roseno	Neuter Dantas
Pareceres	177	154	21	95	66
Informações (Promoção/Remoção/ Acesso/Vitaliciedade)	11	10	0	17	6
Relatórios de Correição/Inspeção	11	12	0	7	12
Geral	199	176	21	119	84

<sup>\*</sup> Deixou de integrar o quadro de Juizes Corregedores Auxiliares desta Corregedoria em 18/10/2013

Fonte: Gabinete dos Juizes Corregedores

No ano de 2013, a Secretaria da Corregedoria, responsável pela coordenação e supervisão administrativa dos serviços desta Casa, apresentou a seguinte produtividade:

Tabela 2 – Produtividade da Secretaria em 2013

Expedientes	Quantidade
Autuações	1.086
Cadastramentos	876
Arquivamentos	2.685
Ofícios expedidos	4.081
Ofícios Circulares Expedidos	298
Certidões Expedidas	225
Geral	9.251

Fonte: Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará

<sup>\*\*</sup> Foi nomeado Juiz Corregedor Auxiliar, em substituição ao Dr. Francisco Mauro Ferreira Liberato, em 23/10/2013

No tocante aos tipos de procedimentos que deram entrada nesta Casa Correicional, no transcurso deste ano, pode-se relacionar:

Tabela 3 – Tipos de Procedimentos Autuados / Cadastrados na CGJ em 2013

Procedimentos	Quantidade
Cartas Precatórias – Informações	95
Consulta	34
Declaração de Bens	331
Denúncia	21
Informações Gerais	172
Investigação de Paternidade	9
Providência	444
Recambiamento de Preso	44
Reclamação	52
Relatórios de Correição/Inspeção	42
Representação	100
Solicitação de Certidão (Casamento/Nascimento/óbito)	58
Geral	1.402

\* Principais assuntos autuados e cadastrados na CGJ

Fonte: Secretaria da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará

No período de janeiro a novembro de 2013, foram editados um total de 13 (treze) provimentos tratando dos mais diversos assuntos, dentre os quais cita-se a Disciplina à Entrega de Bens e Valores pelos Magistrados de Primeiro Grau (Provimento 07/2013) e a Regulamentação do Banco de Dados de Prisão (Provimento nº 09/2013).

Foram expedidos 02 (dois) editais correicionais e 201 (duzentas e uma) portarias, subdivididas nos temas a seguir elencados: 167 (cento e sessenta e sete) inspeções e correições, 05 (cinco) instaurações de sindicâncias, 12 (doze) prorrogações de prazo de sindicância, 06 (seis) reconduções de comissão sindicante, 03 (três) instaurações de PAD e 08 (oito) de outros tipos.

Enfatiza-se, de igual forma, as ações voltadas ao gerenciamento e publicação dos resultados referentes à prestação jurisdicional de todo o Estado, conduzida pela Divisão de Correições desta Corregedoria. Segue os respectivos resultados de janeiro a outubro/2013:

Tabela 4 – Acervo Processual

Variável	Cível	Criminal	Total cível e crime
Total de Processos da Capital*	535.995	72.708	608.703
Total de Processos do Interior*	531.900	158.301	690.201
Total de Processos	1.067.895	231.009	1.298.904
Total de Precatórias da Capital	5.183	4.762	9.945
Total de Precatórias do Interior	9.792	8.794	18.586
Total de Precatórias	14.975	13.556	28.531

\* Total de processos incluindo os arquivados

Fonte: Divisão de Correições da CGJ

Tabela 5 – Prestação Jurisdicional 2013: Sentenças e Precatórias Devolvidas

	Sentenças Cíveis	Sentenças Criminais	Total Sentenças	Precatórias Devolvidas Cíveis	Precatórias Devolvidas Criminais	Total Precat órias
Capital	90.863	13.175	104.038	9.302	4.255	13.557
Interior	94.270	32.190	126.460	19.198	14.143	33.341
Total	185.133	45.365	230.498	28.500	18.398	46.898

Fonte: Divisão de Correições da CGJ

Tabela 6 – Prestação Jurisdicional 2013: Audiência e Processos Arquivados

	Audiências Cíveis	Audiências Criminais	Total Audiências	Processos Arquivados Cíveis	Processos Arquivados Criminais	Total Proc. Arquivados
Capital	26.485	13.025	39.510	122.902	13.875	136.777
Interior	42.916	30.392	73.308	104.571	29.618	134.189
Total	69.401	43.417	112.818	227.473	43.493	270.966

Fonte: Divisão de Correições da CGJ

Tabela 7 – Prestação Jurisdicional 2013: Despachos

	Despachos Cíveis	Despachos Criminais	Total Despachos
Capital	293.321	75.368	368.689
Interior	395.135	185.576	580.711
Total	688.456	260.944	949.400

Fonte: Divisão de Correições da CGJ

Tabela 8 – Prestação Jurisdicional 2013: Decisões Interlocutórias

	Decisões Interl. Cíveis	Decisões Interl. Criminais	Total Dec. Interlocutórias
Capital	53.648	32.002	85.650
Interior	39.993	43.028	83.021
Total	93.641	75.030	168.671

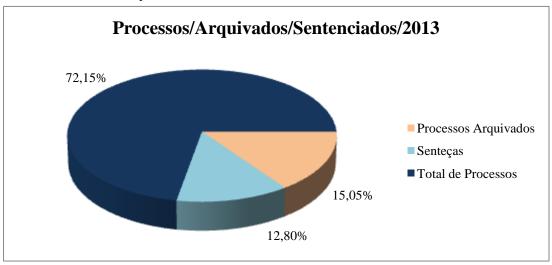
Fonte: Divisão de Correições da CGJ

Tabela 9 – Prestação Jurisdicional 2013: Acordos

	Acordos Cíveis	Acordos Criminais	Total Acordos
Capital	22.174	1.122	23.296
Interior	20.016	4.357	24.373
Total	42.190	5.479	47.669

Fonte: Divisão de Correições da CGJ

Gráfico 1 – Processos Arquivados/Sentenciados/2013



Fonte: Divisão de Correições Corregedoria

Entre os meses de fevereiro e outubro de 2013, foram expedidos pelo Corregedor Geral, com o auxílio da sua Assessoria Jurídica, cerca de 4.200 (quatro mil e duzentos) despachos e decisões, com a movimentação de cerca de 3.800 (três mil e oitocentos) processos no período, e a emissão de 08 (oito) votos, dos quais três trataram acerca de proposta de instauração de procedimento administrativo disciplinar em face de magistrado.

Ainda no auxílio das funções correcionais, a Assessoria Jurídica da CGJ foi responsável pela produção de 12 (doze) pareceres jurídicos sobre as mais diversificadas matérias jurídicas de interesse social.

De forma articulada com os demais setores, a Auditoria desta Corregedoria desenvolveu um relevante papel no planejamento e acompanhamento dos objetivos e metas de gestão definidos no Plano Estratégico. No ano de 2013, foram inspecionadas 78 (setenta e oito) comarcas, resultando na auditagem de 249 (duzentas e quarenta e nove) serventias extrajudiciais, alcançando um percentual de 36,89% (trinta e seis vírgula oitenta e nove por cento) do total de 675 (seiscentas e setenta e cinco) serventias extrajudiciais hoje ativas.

Em termos de recursos aos cofres do Egrégio Tribunal de Justiça, referidas auditagens importaram, pela média anual, no incremento na arrecadação extrajudicial em 18,18% (dezoito vírgula dezoito por cento) de sua receita, comparativamente ao ano de 2012. Ressalte-se, por oportuno, que as inspeções ordinárias se iniciaram no mês de abril. O acréscimo referente às verbas extrajudiciais do FERMOJU se expressa nos números a seguir demonstrados:

Tabela 10: Recolhimento Extrajudicial do Fermoju (em reais)

Mês	Arrecadação 2012	Arrecadação 2013	Δ %
janeiro	1.219.767,11	1.597.398,94	30,96%
fevereiro	1.376.253,47	1.304.260,32	-5,23%
março	1.424.664,57	1.444.459,97	1,39%
abril	1.247.485,69	1.585.982,51	27,13%
maio	1.626.439,94	1.869.079,90	14,92%
junho	1.336.736,79	1.476.101,72	10,43%
julho	1.446.127,52	1.611.255,05	11,42%
agosto	1.649.486,76	1.874.493,99	13,64%
setembro	1.318.565,42	1.610.282,27	22,12%
outubro	1.356.965,17	1.737.823,08	28,07%
novembro (*)	1.503.780,27	1.978.674,08	31,58%
dezembro (*)	1.540.415,21	2.055.838,14	33,46%
Geral	17.046.687,92	20.145.649,97	18,18%

\* Previsão do FERMOJU - Sistema SISGUIAS

Fonte: FERMOJU – Sistema SISGUIAS

No que concerne aos expedientes, a Auditoria produziu 111 (cento e onze) ofícios, 358 (trezentos e cinquenta e oito) despachos, 188 (cento e oitenta e oito) informações, 09 (nove) pareceres e 249 (duzentos e quarenta e nove) relatórios inspecionais.

#### 4.1 Metas de nivelamento

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estipulou para o exercício de 2013, 11 (onze) Metas de Nivelamento para as Corregedorias dos Tribunais de todo o país, tendo a atual Gestão, no decorrer do presente ano, se empenhado em promover efetivo cumprimento das mesmas no âmbito do Estado do Ceará.

No tocante à implantação de estrutura orgânica definitiva para a Corregedoria (**Meta 2**), elaborou-se estudo acerca da atual estrutura funcional, momento em que foi constatada composição deficitária de servidores efetivos e excesso de servidores terceirizados (54% do total). Neste sentido, buscando dotar esse Órgão Correicional com estrutura que lhe

permita desenvolver suas atividades de forma célere e adequada, elaborou-se o projeto Promoção de Quadro Funcional, contemplado como estratégico pela gestão da Presidência do TJCE, sob o número PJCGJ2013003, o qual se encontra em fase de realização do projeto de lei.

Paralelamente, a atual Gestão vem se empenhando no sentido de efetivar a reestruturação física e tecnológica da Corregedoria, contemplada nos projetos da Gestão anterior. Referida reforma se encontram em fase de licitação da obra e garantirá o alinhamento do espaço físico da CGJ à nova estrutura organizacional.

Acerca do acesso à informação, a Corregedoria Geral mantém sítio próprio na rede mundial de computadores, no endereço http://www.tjce.jus.br/corregedoria, em que se proporciona aos jurisdicionados, com atualização diária e contínua, acesso a dados relativos aos processos administrativos, termos e relatórios de inspeção e correição, atos normativos e demais documentos, bem como a publicação de 100% das ações efetivadas por este Órgão Censor (**Meta 4**). Importa destacar que o acesso às informações existentes no sítio não é ilimitado, sendo preservado o sigilo nos termos da Lei.

Apesar da imensa demanda, a **Meta 6** foi devidamente cumprida, uma vez que foram inspecionadas pelos juízes corregedores auxiliares, até o mês de novembro, um total de 120 (cento e vinte) Unidades Jurisdicionais. Além disso, foram realizadas 249 (duzentas e quarenta e nove) inspeções extrajudiciais pela Auditoria.

Figura 3: Inspeções Judiciais – 5ª Vara da Comarca de Fortaleza e Comarca de Aracoiaba





Fonte: Comunicação - CCJ

Cabe ressaltar que, durante as inspeções judiciais, foram fiscalizadas e monitoradas 100% das metas do Poder Judiciário Nacional (**Meta 7**), cujos resultados estão especificados nos relatórios das unidades visitadas e publicados no sítio eletrônico deste Órgão.

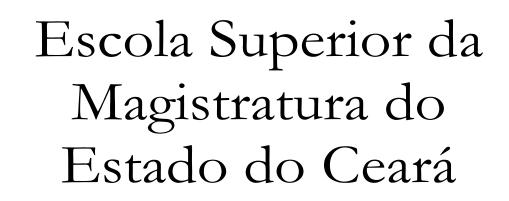
Ainda no momento das inspeções e correições, foram verificados os procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão provisória, inclusive com orientações aos juízes e servidores para cumprimento das determinações constantes da Resolução 66/2009/CNJ (**Meta 10**). Assevere-se que, nos respectivos relatórios, existe campo próprio para o exame da matéria, com divulgação no sítio da Corregedoria Geral da Justiça.

Mediante proposta da CGJ (**Meta 8**), foi instalada, no dia 05 de novembro de 2013, a Turma de Uniformização dos Juizados Especiais, instituída pela Resolução nº 9/2012 do Órgão Especial. Citada medida trata-se de uma exigência da lei 12.153/2009, na qual se atribui aos Tribunais a competência para expedir normas visando regulamentar os procedimentos a serem adotados para o processamento e o julgamento dos pedidos de uniformização de interpretação de lei, quando houver divergência entre as decisões proferidas pelas Turmas Recursais sobre questões de direito material.

Em cumprimento à **Meta 11,** o controle estatístico dos procedimentos de competência do júri (denúncia e pronúncia) está sendo realizado de forma simplificada. Os dados são encaminhados pelas unidades jurisdicionais via endereço eletrônico institucional e, paralelamente, está sendo desenvolvida ferramenta eletrônica para que a coleta dessas informações ocorra de forma célere.

No que tange ao atendimento da **Meta 5**, que consiste na elaboração de relatório e voto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, de 80% dos procedimentos disciplinares em trâmite perante a CGJ, é possível afirmar, de forma estimada, o cumprimento do objetivo proposto, uma vez que, consoante relatórios estatísticos fornecidos pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE, em 31 de dezembro de 2012 tramitavam neste Órgão Censório 196 (cento e noventa e seis) procedimentos disciplinares, sendo que, até julho de 2013, foram julgados definitivamente, por decisão monocrática, 305 (trezentos e cinco) processos dessa natureza.

Cumpre destacar que, consoante o regramento aplicável aos procedimentos disciplinares no âmbito do Tribunal de Justiça do Ceará e da CGJ, somente são submetidos a julgamento colegiado, com elaboração de relatório e voto pelo Corregedor Geral da Justiça, as propostas de instauração de processo administrativo disciplinar em face de magistrado e as apurações disciplinares cuja gravidade deem ensejo a punição com demissão de servidor ou perda da outorga de delegação por serventuário, ressalvadas as atribuições do Conselho Superior da Magistratura.





### 1 DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec) foi criada pela Lei nº 11.203, de 17 de junho de 1986, e localiza-se no edifício Des. Júlio Carlos de Miranda Bezerra, situado na Rua Ramires Maranhão do Vale, nº 70, Água Fria, CEP 60.811-670, Fortaleza/CE.

Seu Regimento Interno foi elaborado pelo Desembargador Júlio Carlos de Miranda Bezerra e aprovado pelo Tribunal Pleno em sessão de 16/06/1988. A proposta de atualização do Regimento encontra-se em tramitação na Comissão de Regimento Interno e Assessoria Legislativa do TJCE, desde julho de 2013.

O Regimento define como fins da Escola:

- a) proporcionar meios para especialização, aperfeiçoamento e atualização de Magistrados, nos assuntos que interessam ao exercício do poder e função jurisdicionais;
- b) preparar intelectual, doutrinária e tecnicamente os inscritos em concursos seletivos para ingresso na Magistratura;
- c) dar aos funcionários e servidores do Poder Judiciário oportunidade de aprimoramento funcional e intelectual, nas áreas e diversos ramos do saber, para melhoria dos seus desempenhos e maior contribuição aos serviços de apoio à atividade jurisdicional;
- d) concorrer para o aprimoramento cultural dos Bacharéis em Direito e para a difusão dos preceitos e garantias formais relativos à tutela do respeito à pessoa humana, ás instituições democráticas, aos ideais de Justiça, Equidade e Paz Social; e
- e) incentivar a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes e colaborar para o constante desenvolvimento da Ciência do Direito, especialmente da Hermenêutica Jurídica e processos de aplicação da Justiça, visando ao fortalecimento do Poder Judiciário.

Conforme a Lei nº 12.342, de 28 de julho de 1994, conhecida como Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, a Esmec é considerada "órgão de atuação desconcentrada do Tribunal de Justiça e funcionará com estrutura e relativa autonomia administrativa e financeira que lhe forem estabelecidas na Lei Orgânica da Administração do Poder Judiciário, sendo o Regimento Interno aprovado pelo Tribunal Pleno" (art. 78).

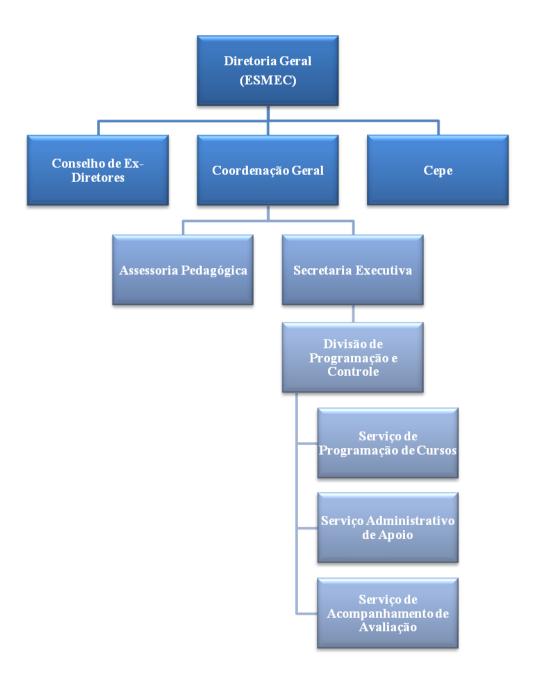
Esta mesma lei (art. 79) especifica as competências da Escola:

- a) promover cursos de preparação ao ingresso na magistratura, estabelecendo prazo de duração do curso, as disciplinas obrigatórias, a carga horária mínima, a qualificação do pessoal docente, frequência e avaliação de aproveitamento;
- b) realizar cursos de caráter permanente para atualização, aperfeiçoamento e especialização dos magistrados, observando as diretrizes básicas do inciso anterior, bem como dos serviços administrativos e judiciais para os servidores do Poder Judiciário e, ainda, para atividades notariais e registrais;
- c) promover congressos, simpósios e conferências sobre temas relacionados à formação dos magistrados, ao aperfeiçoamento dos serviços judiciários e da prestação jurisdicional;
- d) desenvolver estudos objetivando o encaminhamento de sugestões para melhoria ou elaboração de normas propiciadoras de melhor prestação jurisdicional;
- e) celebrar convênios com universidades que mantêm cursos de direito, visando à melhoria da qualidade do pessoal docente e o suporte didático através de métodos de ensino jurídico e técnicas de pesquisa na área do Direito.

A Esmec é dirigida por um Desembargador do TJCE, indicado por seu Presidente, sendo seu nome ratificado pelo Tribunal Pleno. A Escola é coordenada por um Juiz, nomeado pelo Desembargador Diretor da Escola. São órgãos colegiados da Esmec: o Conselho de Ex-Diretores e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), este último composto por docentes que atuem nos cursos ministrados na instituição.

A missão da Esmec, definida no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), consiste em "desenvolver a formação continuada de juízes, servidores do Poder Judiciário e demais operadores do Direito, propiciando uma visão atualizada e crítica da ciência jurídica e de áreas afins, dando-lhes ainda uma consciência dos problemas locais, nacionais e internacionais através de abordagens transdisciplinares, sem olvidar a competência técnico-jurídica e administrativa necessária para a busca de soluções comprometidas com a Justiça Social, através da efetivação dos direitos humanos e fundamentais".

#### 2 ORGANOGRAMA



### 3 AÇÕES E PROJETOS

#### 3.1 Cursos ofertados

- a) "IV Curso de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados" (setembro de 2013 a abril de 2014);
- b) "Latim Jurídico", com o prof. Carlos Campolina (04 a 07 de março de 2013);
- c) "Mediação e Conciliação": através da iniciativa do Nupemec, e também em parceria com a Corregedoria Geral de Justiça, foram realizados vários cursos com este tema para servidores, assessores, dirigentes de cartórios extrajudiciais e magistrados (fevereiro a outubro de 2013);
- d) preparação para a seleção do Mestrado em Direito da UFC e Unifor (março a junho de 2013);
- e) curso "Improbidade Administrativa" parceria com Jurisdictio (14 e 15 de junho de 2013);
- f) "Improbidade Administrativa" (EaD), promovido pela Enfam e com a participação de juízes vitaliciandos do estado do Ceará (12 de agosto a 06 de setembro de 2013);
- g) "Administração Judiciária" (presencial) para magistrados (07 a 28 de julho de 2013);
- h) "Como fazer um LLM nos EUA", com Lucas Lima Carvalho (21 de junho/2013);
- i) curso "Gestão de Pessoas: meio de alcance ao princípio da duração razoável do processo" – com o juiz Danilo Fontenele (09 a 31 de agosto de 2013);
- j) curso "Media Trainning" para Magistrados promovido pela ACM (dias 3 e
   4 de agosto de 2013);
- k) cursos promovidos pelo Fórum Clóvis Beviláqua e realizados na Esmec: "Oficina de Gestão Pública" (5 a 10 de agosto de 2013), "Capacitação em Liderança e Gestão" para diretores de Secretaria (maio a agosto de 2013), capacitação de servidores do Centro de Solução de Conflitos (10 a 19 de setembro de 2013), curso "Simplificação de Processos" (07 a 11 de outubro de 2013) e curso "Gestão de Projetos" para gestores do Fórum (21 a 23 de outubro de 2013);
- 1) curso de capacitação para a Copa das Confederações, com a presença do Des.

- Gerardo Brígido na abertura do curso (07 de maio de 2013);
- m) capacitação de agentes de proteção da Infância e Juventude (14 de maio de 2013);
- n) curso "Direito da Infância e Juventude" (12 e 13 de dezembro de 2013);
- o) curso "O Novo Processo Civil", com o juiz Mantovanni Colares (07 a 9 de novembro de 2013).

#### 3.2 Seminários/palestras/reuniões

- a) reunião do Grupo Nacional de Direitos Humanos, promovida por representantes nacionais do Ministério Público (13 a 15 de março de 2013);
- exibição do filme "12 homens e uma Sentença", seguida do debate sobre
   Teoria da Argumentação (07 de junho de 2013);
- c) seminário sobre Judicialização do Direito à Saúde, promovido pelo Comitê Estadual para a Saúde do Ceará, instituído pelo CNJ (28 de julho de 2013);
- d) colóquio "Platão e Aristóteles: influências na Filosofia do Direito e na Filosofia Política" (10 de maio de 2013);
- e) aula-espetáculo com o escritor Ariano Suassuna (14 de agosto de 2013);
- f) reunião da Esmec e Corregedoria Geral de Justiça com novos juízes (03 de julho de 2013);
- g) palestra do jurista português Jorge Miranda e lançamento de livro (18 de maio de 2013);
- h) palestra do Prof. Dr. Juarez de Freitas (05 de novembro de 2013);
- i) lançamentos do livro "Aspectos Polêmicos e Atuais no Direito Eleitoral" (20 de setembro de 2013);
- j) lançamento da revista Café com Justiça (05 de setembro de 2013);
- k) II Seminário Internacional de Direitos da Mulher (26 e 27 de setembro de 2013);
- Seminário Literatura e Direito, com os professores Arnaldo Vasconcelos, Cid Carvalho e outros (11 de outubro de 2013);
- m) Mostra Gláuber ouvindo Villa Lobos, com paineis de Audifax Rios,
   organizada pelo professor Régis Frota (outubro de 2013);
- n) Solenidade dos 14 anos de criação da 3ª Companhia de Policiamento de Guarda do TJCE, com a entrega de condecoração a 25 personalidades (27 de

- agosto de 2013);
- o) IV Encontro da Magistratura Cearense, com palestras de Augusto Cury, Caco Barcellos e outros convidados (17 e 18 de outubro de 2013).

#### 3.3 Publicações científicas da Escola

- a) LIVROS: foram lançados os livros "Temas de Processo Penal com artigos de professores e alunos do curso de Especialização em Direito Processual Penal" (26 de abril de 2013) e "Recursos Especial e Extraordinário no novo Código de Processo Civil: estudos em homenagem ao Prof. Dr. José de Albuquerque Rocha" (03 de outubro de 2013);
- b) REVISTA THEMIS: o volume 9 (referente a 2011) foi lançado em 05 de novembro de 2013. No dia 22 de novembro de 2013 foi publicado edital, no Diário da Justiça, para recebimento de artigos para o volume 10;
- c) REVISTA DÍKE: Em março deste ano foi publicado edital para recebimento de artigos da segunda edição da Díke, revista eletrônica da Esmec que pode ser acessada no endereço eletrônico: http://www2.tjce.jus.br:8080/dike.

#### 3.4 Monografias defendidas

- a) "Financiamento de Campanhas Eleitorais em Face do Princípio da Igualdade de Oportunidades", em 25 de novembro de 2013;
- b) "A importância do Domicílio na Legitimidade do Processo Eleitoral: análise, inadequações e possíveis distorções no cadastro eleitoral", em 22 de novembro de 2013;
- c) "A Investigação Criminal e a Nova Lei dos Delegados de Polícia" e "Tutelas de Urgência: Análise das Tutelas Emergências no Novo Código de Processo Civil", em 20 de novembro de 2013;
- d) "Hierarquia Normativa e o Princípio Tutelar: o critério da favorabilidade e o controle de constitucionalidade", em 14 de novembro de 2013;
- e) "O Avanço no Combate à Impunidade Parlamentar no Brasil", em 13 de novembro de 2013;
- f) "A Constitucionalidade das Cotas Raciais nas Universidades Públicas Brasileiras: análise do julgado do Supremo Tribunal Federal na ADPF

- 186/DF", em 11 de novembro de 2013;
- g) "Poder de Investigação Direta pelo Ministério Público", em 08 de novembro de 2013;
- h) "Aspectos Importantes do Processo de Desapropriação de Imóveis por Utilidade Pública Previsto no Decreto Lei nº 3305/1941" e "A Relação entre o Prequestionamento e os Embargos de Declaração: os Entendimentos dos Tribunais Superiores", em 21 de outubro de 2013;
- i) "Ação Civil Pública e o Estudo das Ocupações (ir)regulares na faixa da Praia do Futuro", em 30 de setembro de 2013;
- j) "A Memória Cultural como Direito Fundamental", em 17 de setembro de 2013;
- k) "O Mandado de Injunção e a Evolução da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal", em 29 de julho de 2013;
- "Mediação de Conflitos no Âmbito da Defensoria Pública", em 20 de junho de 2013.

#### 3.5 Biblioteca

De fevereiro a outubro de 2013, a Biblioteca Juiz Roberto Jorge Feitosa de Carvalho, da Esmec, recebeu em seu acervo, entre aquisições próprias ou doações, um total de 578 livros, 7 monografias e 1 periódico. Além disso, no mesmo período foram realizados 135 empréstimos.

Nessa Gestão, foi também criada a Rede de Bibliotecas do Judiciário estadual, uma iniciativa da Esmec, conforme Portaria n ° 1116/2013, publicada em 24 de setembro de 2013 no Diário da Justiça.

#### 3.6 Ações sociais

A atual Direção entende que é importante promover ações de responsabilidade social junto à comunidade de seu entorno. As primeiras iniciativas nessa área datam de junho deste ano, quando o Des. Haroldo Máximo recebeu representantes da Unifor e da Creche do Poder Judiciário para iniciarem ação conjunta em benefício da comunidade do Dendê.

A partir daí foram realizadas as seguintes atividades: reunião com representantes do governo do Estado (Secretarias de Justiça e Trabalho, e Assessoria de Políticas contra as

Drogas), no auditório da Esmec; arrecadação e entrega de latas de leite em pó ao Conselho Comunitário de Defesa Social do Édson Queiroz, no dia 17 de setembro de 2013; e curso para mulheres (auxiliar de pessoal e auxiliar administrativo), em parceria com Senac e Instituto Maria da Penha, de outubro a dezembro de 2013.

#### 3.7 Reuniões do Cepe

O Conselho de Ensino, Pesquisa e extensão da Esmec se reuniu duas vezes na atual Gestão. No dia 1º de abril do corrente ano, quando deliberou, dentre outros temas, sobre as novas turmas dos cursos de Especialização, as disciplinas para o IV Curso de Formação de Juízes e os prazos para defesa de monografia das atuais turmas. A segundo reunião foi no dia 08 de novembro, quando se decidiu, dentre outros assuntos, sobre a prorrogação do prazo de defesa de monografias das atuais turmas (para 25 de fevereiro de 2014).

#### 3.8 Convênios / parcerias

REDE DE ESCOLAS DE GOVERNO: a Esmec assinou, no dia 26 de agosto de 2013, convênio de parceria com outras 11 escolas de governo do Ceará e vem tendo ativa participação nas reuniões promovidas pela Rede, capitaneadas geralmente pela Escola de Gestão Pública (EGP). Importantes ações são desenvolvidas nestes encontros, como troca de experiências, criação do Regimento Interno da Rede e do seu planejamento estratégico, seminários e cursos em parceria etc.

O Diretor da Esmec recebeu visita de dirigentes da Escola nacional de Magistratura (08 de março de 2013), Unipace (12 de março de 2013), Cetrei-TRE (12 de março de 2013), IPC-TCE (27 de fevereiro de 2013) e Imparh (15 de maio de 2013), e discutiu possibilidade de parceria para oferta de cursos, presenciais e a distância, além de outras ações em conjunto.

Demais disso, a Esmec vem renovando importante parceria com a Associação Cearense de Magistrados (ACM), que permite a realização de ações conjuntas como cursos, seminários e consultas a magistrados.

#### 3.9 Participações em eventos nacionais

O diretor da Esmec participou das reuniões do Colégio Permanente de Diretores das Escolas estaduais de Magistrados (Copedem) realizadas em Recife (16 a 18 de maio de 2013), Foz do Iguaçu (22 a 24 de agosto de 2013) e Natal (28 a 30 de novembro de 2013). O magistrado representou o TJCE no V Encontro Nacional de Juízes Estaduais (Enaje), de 24 a 27 de outubro de 2013 (em Florianópolis) e esteve no Encontro Nacional de Diretores de Escolas da Magistratura, dia 8 de novembro de 2013, em Vitória-ES.

A Escola também marcou presença na reunião de coordenadores pedagógicos de escolas da magistratura, promovida pela Enfam e realizada em Brasília, de 29 a 31 de julho de 2013.

#### 3.10 Projeto setorial: Educação a Distância em Parceria

- objetivos: ofertar quatro turmas, com vinte vagas cada uma, em seis cursos de aperfeiçoamento, na modalidade a distância, durante 2013 e 2014, nas áreas do Direito e correlatas (Administração, Gestão de Pessoas, Psicologia Jurídica) em parcerias diversas;
- entregas previstas: duas turmas do Curso de Administração Judiciária (23 de setembro a 15 de novembro de 2013) e uma turma do Curso de Informática Aplicada à Jurisdição (início 11 de novembro, término em 13 de dezembro de 2013);
- unidades envolvidas: TJCE, ESMEC e ENFAM;
- progresso: 30%;
- fase atual: em andamento.

#### 3.11 Projeto setorial: Vídeo Institucional da ESMEC

 objetivos: mostrar à sociedade a história da Instituição, suas realizações e depoimentos de pessoas que fizeram e/ou fazem a ESMEC. Divulgar o vídeo no site da Escola e em eventos internos (auditório e sala de aula) e externos de iniciativa da ESMEC. O vídeo passará a ser um documento audiovisual a integrar o acervo (memória) da Escola;

• entregas previstas: vídeo institucional;

• unidades envolvidas: TJCE e ESMEC;

• progresso: 10%;

• fase atual: encaminhado à divisão de material do TJCE, em 27 de setembro de

2013.

3.12 Projeto setorial: Eventos Culturais

• objetivos: realização de eventos culturais de diversas naturezas (lançamento

de livros, mostras de cinema e artes plásticas, mesas redondas, debates, cafés

culturais, esquetes teatrais, colóquios, seminários, entre outros) durante os

anos de 2013 e 2014, com temas de interesse da comunidade acadêmico-

jurídica;

• entregas previstas: aula-espetáculo de Ariano Suassuna, em 15 de agosto de

2013 e II Seminário de Literatura e Direito em 2014;

• unidades envolvidas: TJCE e ESMEC;

• progresso: 50%;

fase atual: em planejamento o II Seminário de Literatura e Direito.

3.13 Projeto setorial: Cursos de Capacitação na Área da Infância e da Adolescência

• objetivos: ofertar, ao longo de 2013, pelo menos dois cursos de

aperfeiçoamento, voltados especificamente para a área da infância e da

adolescência;

• entregas previstas: curso "Direito da Infância e da Juventude", a ser realizado

em 12 e 13 de dezembro de 2013;

unidades envolvidas: TJCE e ESMEC;

progresso: 30%;

fase atual: encaminhado à Assessoria Técnica da SECAD, em 07 de

novembro de 2013.

**56** 

#### 3.14 Projeto setorial: Cursos de Especialização

- objetivos: garantir prosseguimento de quatro cursos de especialização da ESMEC;
- entregas previstas: quatro cursos de especialização *lato sensu*;
- unidades envolvidas: ESMEC;
- progresso: 5%;
- fase atual: aguardando consulta ao MEC sobre a legalidade da oferta de novas turmas.

#### 3.15 Projeto setorial: Curso de Formação de Novos Juízes

- objetivos: assegurar recursos que permitam o cumprimento da obrigação constitucional de oferecimento de curso de formação inicial para novos juízes;
- entregas previstas: curso de formação de novos juízes;
- unidades envolvidas: CORREGEDORIA, TJCE e ESMEC;
- progressos: 40%;
- fase atual: em andamento.

# 3.16 Projeto estratégico: Cursos de Aperfeiçoamento de Magistrados (PJESMEC2013001)

- objetivo: assegurar recursos que permitam o cumprimento da obrigação constitucional de oferecimento de cursos de formação continuada para juízes (aperfeiçoamento).
- entregas previstas (cursos):
  - "Gestão de Pessoas: meio de alcance ao princípio da razoável duração do processo" (ofertado de 9 a 31 de agosto de 2013);
  - "O Novo Processo Civil" (ofertado de 07 a 09 de novembro de 2013);
  - "Filosofia do Direito" (ofertado entre 20 e 21 de dezembro de 2013),
  - "Impactos Sociais, Econômicos e Ambientais das Decisões Ambientais" (a ser ofertado em 2014; ainda sem data marcada);

- "Direito de Família: por uma maior responsabilidade parental" (a ser ofertado em 2014; ainda sem data marcada);
- "Hermenêutica Jurídica" (a ser ofertado em 2014; ainda sem data marcada);
- "Direito Registral e Imobiliário e Notarial" (a ser ofertado em 2014; ainda sem data marcada),
- "Dosimetria da Pena e Alternativas Penais" (a ser ofertado em 2014; ainda sem data marcada)
- unidades envolvidas: TJCE e ESMEC.
- progresso: 30%.
- fase atual: em andamento (planejamento dos cursos de 2014).

#### 4 RESULTADOS

Em termos de ações acadêmico-pedagógicas e culturais, destaca-se a promoção de cursos voltados ao aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Judiciário estadual, a exemplo do IV Curso de Formação Inicial de Juízes Substitutos, no qual estão sendo valorizadas, na atual edição, as disciplinas práticas e teóricas, a partir de estudos de caso, e as atividades de residência judicial.

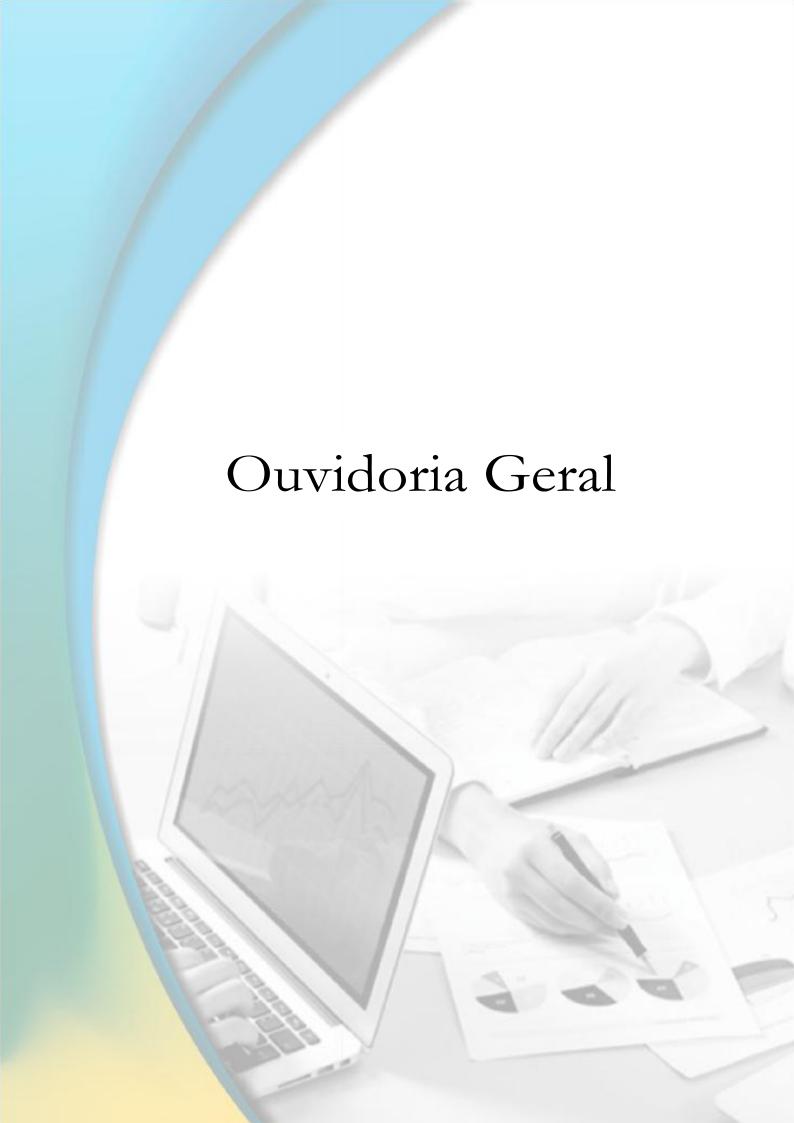
Oportuno registrar, de igual modo, que muitas defesas de monografias, lançamento de livros e outros eventos importantes marcaram o ano de 2013 da Esmec, tais como a palestra do jurista português Jorge Miranda (maio de 2013), a aula-espetáculo do escritor Ariano Suassuna (agosto de 2013), o II Seminário Internacional de Direitos da Mulher (setembro de 2013) e o IV Encontro da Magistratura Cearense (outubro de 2013).

Em termos de normatização, a Escola foi recredenciada junto ao Conselho Estadual de Educação (CEE), estando apta a ministrar cursos de pós-graduação *lato sensu* até 31 de dezembro de 2017, bem como emitir certificados de Especialista, conforme Parecer nº 1678/2013, publicado no DOE de 27 de agosto de 2013. Outro importante empreendimento da atual Diretoria está sendo a atualização do Regimento Interno da Escola, cuja proposta encontra-se tramitando desde julho de 2013 na Comissão de Regimento Interno e Assessoria Legislativa do TJCE.

Ressalta-se, ainda, o marco legal da autonomia financeiro-orçamentária da Esmec, a qual vinha sendo discutida desde 2011 e materializou-se este ano com a publicação, pela Presidência do TJCE, da Portaria nº 261/2013, publicada no DJ de 12 de março de 2013.

No que pertine às melhorias procedimentais, a Escola está em processo de virtualização de suas rotinas administrativas e pedagógicas. Além disso, vem ampliando suas ações de comunicação, com a edição de informativos, envio de notícias para a imprensa e sites, parcerias com os jornais O Povo e Estado para realização de eventos etc., obtendo, como consequência, uma imagem positiva perante a sociedade e uma excelente acolhida junto aos formadores de opinião que militam na mídia cearense.

Por fim, cumpre realçar as relevantes ações de responsabilidade social junto à comunidade do Dendê, no entorno da Esmec, as quais incluíram atividades como a arrecadação e a entrega de latas de leite em pó ao Conselho Comunitário de Defesa Social do Édson Queiroz, no dia 17 de setembro de 2013 e o curso para mulheres (auxiliar de pessoal e auxiliar administrativo), em parceria com Senac e Instituto Maria da Penha, de outubro a dezembro de 2013.



### 1 DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS

A Ouvidoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará foi criada pela Resolução nº 23, de 19 de agosto de 2004 e tem por missão estabelecer um canal de comunicação eficiente entre o TJCE e o cidadão, assegurando melhores práticas de atendimento às manifestações do público externo e interno, visando-se soluções adequadas no âmbito de suas atribuições.

A atribuição básica da Ouvidoria Geral é atuar na defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos contra atos e omissões ilegais ou injustos cometidos no âmbito do Poder Judiciário estadual, cabendo-lhe especificamente:

- a) receber as reclamações, críticas, elogios, sugestões ou pedidos de informação que lhes forem dirigidas e, quando cabível, encaminhá-las ao órgão competente;
- b) garantir, a todos quantos procurarem a Ouvidoria, o retorno das providências adotadas a partir de sua intervenção e dos resultados alcançados.
- garantir a todos os demandantes um caráter de discrição e de fidedignidade ao que lhe for transmitido;
- d) sugerir medidas de aprimoramento da prestação dos serviços jurisdicionais, com base nas reclamações e sugestões recebidas, visando à garantia de que os problemas detectados não se tornem objeto de repetições contínuas;
- e) criar um processo permanente de divulgação do serviço da Ouvidoria junto ao público, para conhecimento, utilização continuada e ciência dos resultados alcançados;
- f) promover a realização de pesquisas, seminários e cursos sobre assuntos relativos aos exercício dos direitos e deveres do cidadão;
- g) organizar e manter atualizado arquivo da documentação relativa às reclamações, sugestões e críticas recebidas;
- h) desenvolver outras atividades correlatas.

Junto a Ouvidoria Geral funciona também o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), cuja competência subsume-se aos ditames da Lei Nº 12.527/2011 (LAI) e Lei Estadual Nº 15.175, delegado a um grupo de servidores coordenado por um servidor da Ouvidoria com o auxilio de mais dois servidores que juntos integram o Grupo de Auxílio ao Atendimento à Lei de Acesso à Informação instituído pelo Provimento Nº 20/2012.

### 2 AÇÕES E PROJETOS

Por iniciativa da Ouvidoria Geral, encaminhou-se, no último dia 1º de outubro, à Presidência deste Tribunal, proposta de projeto para estruturação do setor (PPJSOU2013001), cujo objetivo, dentre outros, é regulamentar, por regimento interno, os procedimentos das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria Geral. O presente projeto encontra-se na Comissão de Regimento Interno.

Também faz parte do campo de atuação da Ouvidoria Geral o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), instituído pela Portaria Nº 980/2012, cuja expedição deu-se pela necessidade de se cumprir a Lei de Acesso à Informação (Lei Nº 12.527) e atender a Recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) constante do Ofício-Circular Nº 221/2012.

No decorrer do ano, desenvolveu-se, ainda, juntamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação, o Sistema de Ouvidoria Geral (SIOGE/SIC), que funcionará no sítio do TJCE e atenderá, via sistema, as manifestações da Ouvidoria Geral e do Serviço de Acesso à Informação. O sistema já se encontra concluído, aguardando o encaminhamento de proposta de normativo que regulamentará suas funções e atividades. Referido normativo encontra-se em fase de elaboração pelos técnicos da Ouvidoria Geral e da SETIN, quando concluído, será encaminhado à Presidência deste Tribunal para aprovação.

#### 3 RESULTADOS

No período de janeiro a outubro de 2013, a Ouvidoria Geral atendeu 4.098 (quatro mil e noventa e oito) manifestações, com encaminhamento de todas e com quase 100% de resolutividade, o que evidencia excelente resultado e demonstra a proatividade do Órgão. No entanto, em que pese os excelentes resultados alcançados, é necessário apontar algumas situações que devem ser enfrentadas em prol da melhoria e estabilidade dos serviços prestados pela Ouvidoria Geral, sobremodo no que atine ao número crescente de demandas, bem como à efetiva falta de colaboração por parte de algumas unidades judiciárias e administrativas que resistem ao atendimento das questões encaminhadas.

No campo dos avanços, podemos destacar não só a crescente quantidade de soluções das demandas apresentadas, mas a melhoria na qualidade do atendimento, o que aferido pela maior satisfação dos usuários que em diversas situações retornam a Ouvidoria com agradecimentos e elogios aos serviços prestados.

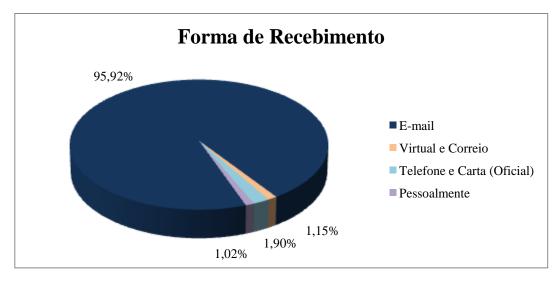
Seguem dados referentes aos atendimentos da Ouvidoria Geral no período de janeiro a outubro de 2013:

Tabela 1 – Manifestações Recebidas

Manifestações Recebidas				
Forma de Recebimento	Quantidade	Forma de Recebimento	Quantidade	
E-mail	3931	Reclamações	1245	
Carta (Ofício)	3	Sugestões	10	
Pessoal	42	Elogios	7	
Telefone	75	Críticas	0	
Correio	6	Pedido de Informação	1208	
Virtual	41	Agradecimentos	212	
		Denúncia	22	
		Outros	1394	
Total	4098	Total	4098	

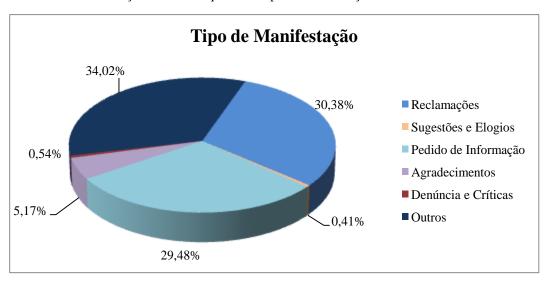
Fonte: Relatório Estatístico da Ouvidoria Geral

Gráfico 1 - Manifestações recebidas quanto a forma de recebimento

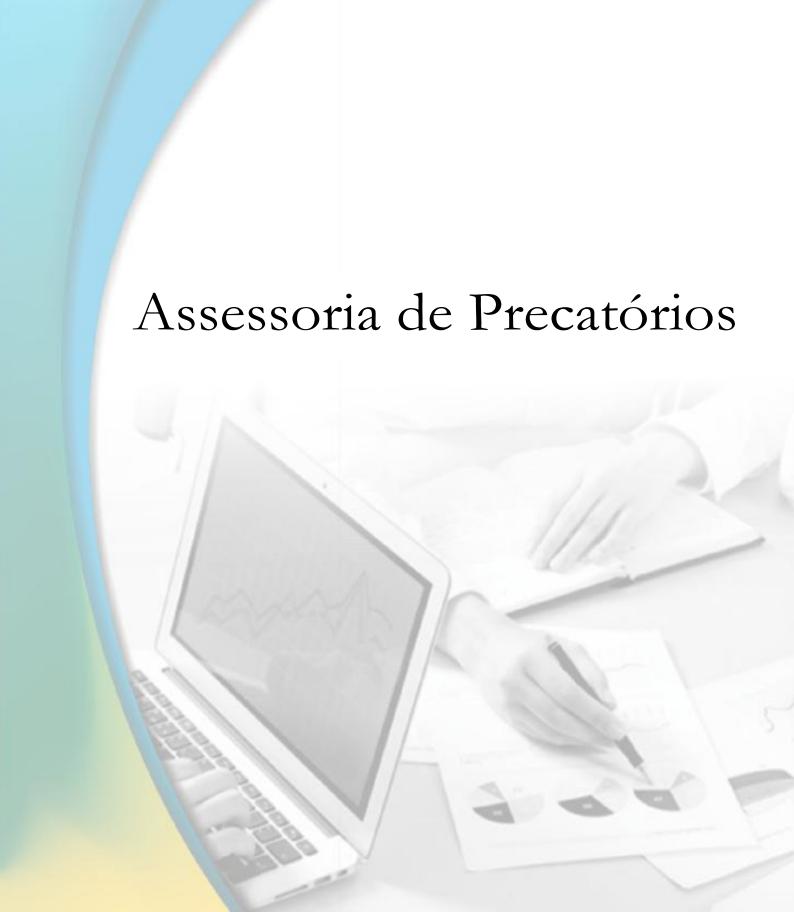


Fonte: Relatório Estatístico da Ouvidoria Geral

Gráfico 2 – Manifestações recebidas quanto ao tipo de manifestação



Fonte: Relatório Estatístico da Ouvidoria Geral



### 1 DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS

O Serviço de Precatórios, antes inserido na estrutura da Consultoria Jurídica da Presidência, foi transformado, por meio da Lei nº 15.380/2013, em Assessoria de Precatórios. A nova Assessoria passou a ser diretamente subordinada à Presidência do Tribunal de Justiça e composta pela Assessoria-chefe, Assessoria Jurídica e Assessoria de Cálculos.

A Assessoria de Precatórios tem como atribuições o recebimento (protocolo), cadastro e tramitação dos procedimentos administrativos de precatórios e requisições de pequeno valor (RPV) enviados pelos juízos de origem, bem como o encaminhamento, após a aferição da regularidade dos mesmos, das requisições de pagamento aos entes públicos. Nesse passo, cuida da elaboração das listas de ordem cronológica de todos os entes públicos devedores de precatórios perante a Justiça Estadual e também do processamento das RPV de competência do Tribunal de Justiça, zelando por todos os atos que devem ser praticados até a efetiva liberação do pagamento, que advém tanto de acordos realizados entre credores e devedores, como da antecipação da parcela prioritária (em precatórios oriundos de débitos de natureza alimentícia, por motivo doença ou de idade), dos sequestros eventualmente realizados ou ainda da estrita observância da ordem cronológica.

Também constitui atividade realizada pelo setor o atendimento presencial às partes (credores e devedores) e advogados, além de orientação às demais unidades administrativas do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Integra a estratégia da Assessoria de Precatórios, conforme Planejamento aprovado pela Resolução do Órgão Especial nº 11/2013, a missão de "realizar o eficiente processamento dos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV), buscando a efetividade na prestação jurisdicional", em alinhamento com os seguintes objetivos:

- a) prover celeridade com segurança no trâmite processual, assegurando que o trâmite processual ocorra de modo eficiente e seguro, conferindo agilidade e otimização das rotinas de trabalho;
- b) informar para conscientizar, prestando, assim, comunicação clara e transparente, visando à conscientização do cidadão sobre o papel do setor e à colaboração das unidades demandantes de serviço;
- buscar a modernização contínua, através da implantação de instrumentos e mecanismos de gestão disponíveis na administração moderna e que sejam aplicáveis à Assessoria de Precatórios, com o objetivo de desburocratizar os serviços prestados e de incrementar-lhe os resultados;

- d) automatizar procedimentos por meio da informatização, visando à racionalização e padronização;
- e) dotar a área de efetivo necessário de quantitativo suficiente de colaboradores, em prol de uma melhor readequação das atividades;
- f) buscar a valorização contínua dos colaboradores, conferindo-lhes oportunidades e capacitação de excelência, a fim de que se sintam afiliados ao setor.

A Assessoria de Precatórios tem sua atividade regulada, essencialmente, pelas seguintes normas:

- a) Art. 100, da Constituição Federal de 1988 e art. 97, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
- b) Lei nº 13.380, de 11 de julho de 2013 (altera dispositivos da Lei nº 12.483, de 3 de agosto de 1995, e reestrutura órgãos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará);
- c) Resolução 115, de 29 de junho de 2010 do Conselho Nacional de Justiça alterada pelas Resoluções nº 123/2010 e nº 145/2012 (dispõe sobre a Gestão de Precatórios no âmbito do Poder Judiciário);
- d) Assento Regimental nº 41, de 20 de Outubro de 2011, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (modifica o artigo 144 e revoga os artigos 145 a 149 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará);
- e) Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça nº 10/2011 alterada pelas Resoluções do Órgão Especial nº 14/2011, nº 15/2011 e nº 12/2013 (disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, o processamento dos Precatórios e RPV);
- f) Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça nº 04/2012 (regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, os procedimentos relativos à expedição de alvarás, saques, levantamento, depósitos e retenções sobre pagamento de precatórios);
- g) Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça nº 11/2013 (aprova o Planejamento Estratégico da Assessoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará);
- Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça nº 13/2013 (regulamenta o processo eletrônico no tocante à expedição e tramitação de Precatórios e RPV no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará);

- i) Portaria nº 981/2011, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (estabelece normas para a adequação do procedimento de envio de precatórios-requisitórios pelos juízos da execução, no âmbito da Justiça do Estado do Ceará);
- j) Portaria nº 684/2012, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (esclarece o processamento das RPV no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará);
- k) Portaria nº 1336/2012, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (institui e regulamenta, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, o Juízo Auxiliar de Conciliação em Precatórios);
- Portaria nº 77/2013, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (regulamenta a expedição do precatório quanto à reserva e pagamento de honorários contratuais).

### 2 AÇÕES E PROJETOS

Iniciando o ano, foram realizadas durante o mês de janeiro, pelo então Serviço de Precatórios, audiências de conciliação entre o Estado do Ceará e credores que, respeitada a cronologia, manifestaram interesse na conciliação, resultando no pagamento de R\$ 9.157.485,00 (nove milhões, cento e cinquenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais), devidamente amortizados da dívida de precatórios do Estado do Ceará, conforme abaixo discriminado:

Tabela 1 – Audiências de Conciliação Realizadas

Audiências de conciliação realizadas				
Variável	Quantidade	Acordos	Pagos	Valor Total
Conciliação	77	76	54	R\$ 9.157.485,00

Fonte: Assessoria de Precatórios

Em seguida, o Serviço de Precatórios, cumprindo recomendações da Corregedoria Nacional de Justiça, passou a realizar análise processual de todos os precatórios em trâmite, com o fim de identificar o cumprimento da fase processual do art. 730 do CPC, o que implicou na confecção de pareceres jurídicos e decisões, além da realização de diligências juntos aos juízos de origem de diversos feitos, de modo a permitir a auditoria das contas de atualização. Os resultados finais obtidos com as análises processuais podem ser observados na tabela 2.

Tabela 2 – Atividades em Cumprimento a Portaria nº 383/2013

Atividades realizadas em cumprimento à Portaria nº. 383/2013			
Ações	Quantidade		
Análise em observância do rito do art. 730 do CPC	1.100		
Decisões sobre a regularidade da expedição dos precatórios	823		
Decisões determinando a expedição de ofício ao Juízo da Execução solicitando informações requeridas pelo Serviço de Cálculos	41		
Decisões determinando a expedição de ofício ao Juízo da Execução solicitando informações para o complemento dos autos de precatórios	231		
Decisões determinando o cancelamento de precatórios	16		

Fonte: Assessoria de Precatórios

Além dessa atividade, que demandou o empenho e dedicação de todos os servidores da unidade administrativa, o setor continuou a exercer ordinariamente suas atribuições, dentre elas a expedição de ofícios requisitórios:

Tabela 3 – Precatórios e RPV expedidos

Precatórios e RPV expedidos						
Variável Estado Município de Fortaleza Interior INSS TOTAL						
Precatório	71	1	13	3	88	
RPV	12	0	0	3	15	

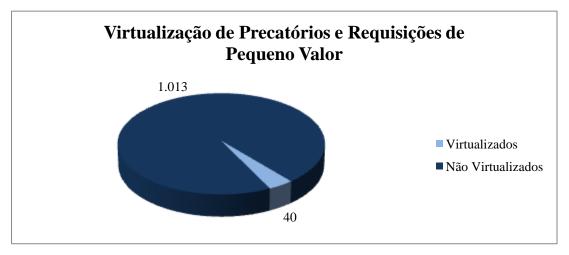
Fonte: Assessoria de Precatórios

Conferindo especial atenção ao então Serviço de Precatórios, a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará propôs ao Poder Legislativo Estadual a alteração da Lei nº 12.483, de 3 de agosto de 1995, com o objetivo de transformar o antigo Serviço de Precatórios em Assessoria de Precatórios, órgão de assessoramento direto à Presidência, integrado por uma Assessoria de Cálculos e uma Assessoria Jurídica, sob a coordenação de um Assessor-chefe. A transformação ocorreu em data de 15 de julho de 2013, com a publicação da Lei nº 13.380, de 11 de julho de 2013.

Ante a necessidade de se implantar um sistema que promovesse, de forma mais eficaz, o envio, cadastro e controle de precatórios, e após a realização de pesquisa junto a todos os Tribunais do país em busca de um sistema que melhor auxiliasse o processamento dos precatórios, sobretudo os sujeitos ao regime especial, o TJCE obteve do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul a cessão gratuita do SAPRE (Sistema de Administração de Precatórios), atualmente em utilização no Poder Judiciário do Estado do Ceará por força da aprovação, pelo Órgão Especial do TJCE, da Resolução nº 13/2013.

Como o SAPRE cuida apenas do gerenciamento financeiro dos precatórios e das contas especiais, adotou-se, ainda, o sistema SAJSG para o processamento dos requisitórios, de modo a imprimir maior transparência e celeridade na tramitação dos precatórios. Para tanto, todos os processos físicos e RPVs passaram pelo processo de virtualização, trabalho que compreendeu a higienização, a digitalização, a autuação, a importação, a indexação, a assinatura, a liberação das peças nos autos e a distribuição de todos os feitos, atividades estas desenvolvidas pela Assessoria de Precatórios com a colaboração da Secretaria Judiciária, Assessoria Institucional e da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Gráfico 1 – Virtualização de Precatórios e RPV



Fonte: Assessoria de Precatórios

Após a virtualização, a consulta aos autos, até então apenas presencial, foi disponibilizada através da internet para os advogados e partes através de senha eletrônica, fornecida pela Assessoria de Precatórios.

Merecem ainda destaque outras ações empreendidas pelo setor no exercício de 2013, dentre elas os pagamentos de parcelas prioritárias, que representaram R\$ 602.521,54 (seiscentos e dois mil, quinhentos e vinte e um reais e cinquenta e quatro centavos) para 40 credores do Estado do Ceará, e R\$ 4.384.606,82 (quatro milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e seis reais e oitenta e dois centavos) para 77 credores do Município de Fortaleza, bem como o pagamento de precatórios da lista cronológica de credores e de RPV, devidos pelo Estado do Ceará e por municípios, nos valores de R\$ 3.948.308,33 (três milhões, novecentos e quarenta e oito mil, trezentos e oito reais e trinta e três centavos) e R\$ 742.259,80 (setecentos e quarenta e dois mil, duzentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos), respectivamente.

Tabela 4 – Pagamento de Preferências

Pagamento de Preferência					
Ente Devedor	Deferidos	Pagos	Valor Total		
Estado do Ceará	41	40	R\$ 602.521,54		
Município de Fortaleza	78	77	R\$ 4.384.606,82		

Fonte: Assessoria de Precatórios

Tabela 5 – Pagamento de Precatórios por Cronologia e RPV

Pagamento de Precatórios por Cronologia e RPV				
Ente Devedor	Créditos Pagos			
Estado do Ceará	R\$ 3.948.308,33			
Interior	R\$ 742.259,80			

Fonte: Assessoria de Precatórios

Foram também realizados sequestros em valor superior a R\$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais), tanto para o aporte de recursos, referentes a parcelas mensais ou anuais, às contas especiais de municípios devedores em regime especial (Barro, Quixeramobim, Ubajara, Baturité etc.), como para o pagamento de precatórios sujeitos ao regime ordinário de responsabilidade de municípios, como no caso de Caucaia.

Registre-se, finalmente, os projetos da Assessoria de Precatórios previstos no seu Plano Estratégico 2013-2015, com seus respectivos status e atuais posicionamentos:

- a) Implantação da Assessoria Técnica de Cálculo e da Assessoria Jurídica: após a publicação da Lei nº 13.380, de 11 de julho de 2013, já houve a nomeação para os cargos de provimento em comissão de Assessor-chefe de Precatórios, Assessor de Cálculos e Assessor Jurídico de Precatórios, estando a reestruturação física de toda a Assessoria a ser iniciada;
- b) Levantamento de casos de referência para aproveitamento de boas práticas:

   a atividade já vem sendo realizada de forma contínua, de acordo com a
   necessidade do setor. Será ainda designado servidor para atuar dedicadamente
   no projeto;
- c) Análise crítica dos normativos-base para a Assessoria de Precatórios: a designação da equipe de estudo para análise dos normativos relacionados a precatórios está prevista para ocorrer tão logo finalizada a correição do Conselho Nacional de Justiça;
- d) Virtualização e Otimização da Assessoria de Precatórios: projeto em execução. Houve a implantação do SAJSG – Fluxo de Precatórios e os processos administrativos em trâmite no setor em meio físico já foram virtualizados (faltam aproximadamente 40 processos), estando disponíveis para processamento em meio virtual;

- e) Readequação de metas e indicadores da GAM (internas e externas à Assessoria de Precatórios): Projeto a ser iniciado. Será designada equipe de servidores para estudar e cuidar do tema;
- f) Capacitação da equipe de colaboradores: foi promovido, nos dias 29 e 30 de outubro de 2013, o treinamento de todos os servidores da unidade no Sistema SAPRE e está acontecendo, no decorrer do mês de novembro, o treinamento para uso do SAJSG Fluxo de Precatórios. Demais treinamentos, serão planejados de acordo com a necessidade dos servidores;
- g) Manualização de práticas e rotinas da Assessoria de Precatórios: já se encontram disponíveis no sítio eletrônico do TJCE (http://www2.tjce.jus.br:8080/precatorios/), para consulta de todos os interessados, a normatização reguladora da matéria relacionada a precatório e RPV, bem assim o Manual do SAPRE;
- h) Capacitação de unidades emissoras de Precatórios e RPV (gabinetes, fóruns etc.): o Manual de utilização do SAPRE já está sendo encaminhado a todas as unidades jurisdicionais, enquanto aguarda-se realização do treinamento presencial
- i) Reestruturação de espaço físico: projeto a ser iniciado;
- j) Criação de Call Center: projeto a ser iniciado;
- k) Melhoria de Protocolo: o protocolo já funciona em sintonia com a SAJSG –
  Fluxo de Precatórios. Nesse sentido, são recebidos documentos em meio
  físico, digitalizados e inseridos nos respectivos feitos virtuais, dando-se
  encaminhamento aqueles que devam tramitar em meio físico;
- Reestruturação e atualização do Portal Eletrônico da Assessoria de Precatórios: o portal vem sendo atualizado constantemente, se encontrando a reestruturação em fase de estudo;
- m) Seleção interna para lotação de novos servidores na Assessoria de Precatórios: projeto a ser iniciado;
- n) Estabelecimento de política de meritocracia: projeto a ser iniciado. Será designada equipe de servidores para estudar e cuidar do tema.

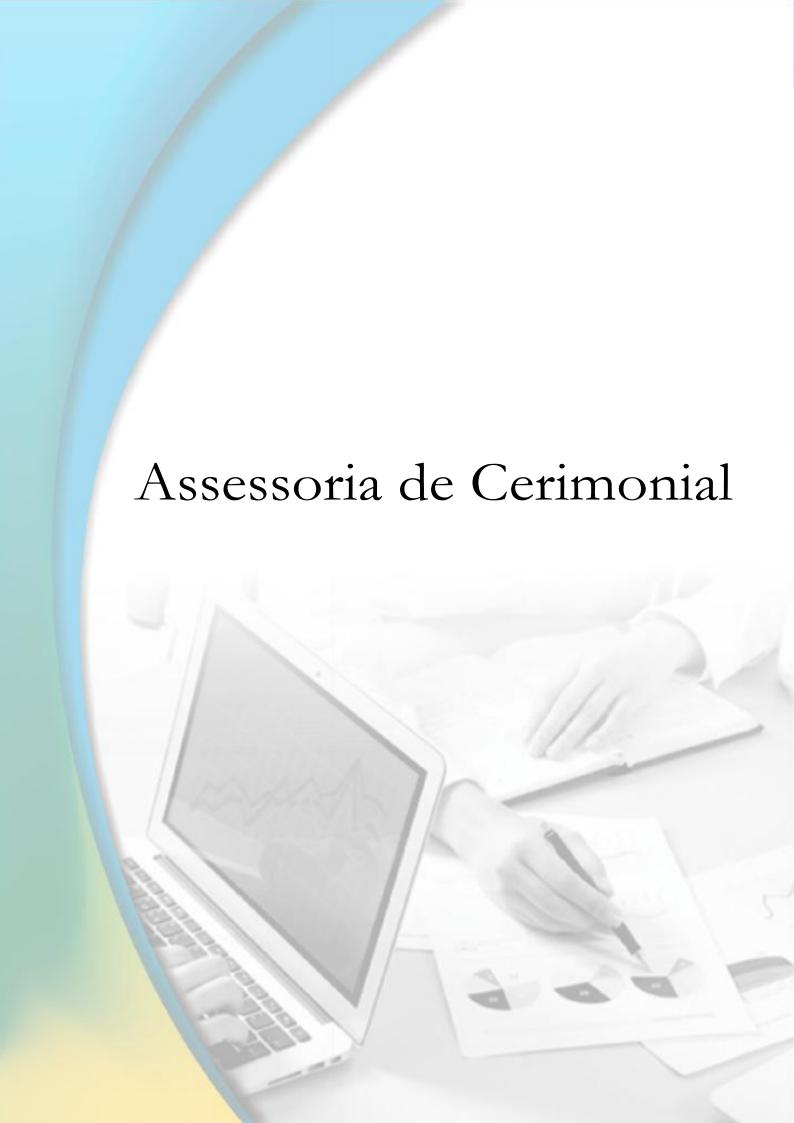
#### 3 RESULTADOS

A Assessoria de Precatórios, que iniciou o ano como Serviço de Precatórios, teve, no ano de 2013, um marco em sua história, com significativo avanço em sua estrutura e sensível ganho aos administrados (credores e devedores de precatórios e RPV's).

Com a conclusão dos trabalhos de auditoria processual e de contas, foram expurgadas requisições prematuramente realizadas e corrigidos cálculos firmados com erros materiais.

Elaborado e aprovado o Planejamento Estratégico da Assessoria de Precatórios, passa o setor a guiar-se com mais afinco pela busca da excelência e da efetividade no cumprimento de suas funções, já otimizadas pela implantação dos sistemas de envio *on line* de precatórios e RPVs (SAPRE) e de tramitação processual eletrônico (SAJSG), os quais, por sua vez, trouxeram ganhos imediatos para credores, devedores e respectivos procuradores em termos de agilidade, transparência e segurança.

A preocupação com a boa gestão das requisições judiciais reflete o incessante respeito aos princípios constitucionais da moralidade, segurança, publicidade e eficiência, pilares da própria Administração, sobretudo quando da realização dos pagamentos, fim maior da Assessoria de Precatórios.



### 1 DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS

A Assessoria de Cerimonial apresenta como principal objetivo planejar, coordenar e executar as atividades de cerimonial no âmbito do Poder Judiciário Cearense, prestando ainda, assessoramento ao Presidente do TJCE e aos demais magistrados nos assuntos de cerimonial. Compete à Assessoria de Cerimonial:

- a) planejar, organizar e acompanhar a programação de cerimonial, solenidades e recepções oficiais do Tribunal de Justiça no âmbito interno e externo;
- b) elaborar calendário anual de eventos do Tribunal de Justiça;
- c) acompanhar a agenda do Presidente;
- d) coordenar a apresentação do Tribunal de Justiça em eventos externos;
- e) providenciar, a reserva de transporte, hospedagem, passagem e diárias para fora do estado e outros preparativos para viagens oficiais;
- f) providenciar hospedagens e passagens em nosso estado para visitantes convidados no interesse do Poder Judiciário Cearense a convite do TJCE;
- g) preparar o receptivo, embarques e *check-in*;
- manter atualizado o cadastro de autoridades civis e militares com os respectivos cargos, endereço e telefones com os quais o tribunal exerce relações protocolares;
- i) elaborar e encaminhar para o Presidente a lista de aniversário de autoridades,
   cônjuges, desembargadores e respectivos cônjuges;
- j) providenciar por solicitação do Presidente, envio de mensagens de cumprimentos e congratulações, telegramas e outras dirigidas a autoridades;
- k) organizar quadros de avisos internos e divulgar no serviço de som;
- emitir e distribuir convites que sigam as normas do Cerimonial Público para eventos oficiais do TJCE;
- m) elaboração de menus de acordo com as solenidades do Poder Judiciário;
- n) dar o suporte necessário às ações, apresentações do Coral do TJCE;
- o) coordenar as Fotografias e Filmagens das solenidades do Poder Judiciário;
- p) fazer visitas de Reconhecimento para Reunião do Presidente com Magistrados no Interior do Estado;
- q) controle e acompanhamento dos gastos com buffet, fornecimentos de arranjos florais e aluguel de equipamentos de sonorização e filmagens para os eventos do TJCE.

### 2 AÇÕES E PROJETOS

A Assessoria de Cerimonial executa, em parceria com a Assessoria Institucional, o Programa Justiça e Cidadania, instituído pela Resolução nº 05/2011, sendo esta uma ação vinculada a uma das metas do Plano Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Ceará 2010-2014 e à Meta 4 de 2011 do CNJ.

O objetivo do Programa é promover, através de visitas guiadas com alunos da rede municipal e estadual de ensino, bem como de faculdades e universidades públicas e particulares, um canal de comunicação entre o Judiciário do Estado do Ceará e a sociedade, divulgando, assim, com transparência, clareza e linguagem acessível, aspectos relativos ao papel, à estrutura e ao funcionamento deste Poder, além de orientar o cidadão sobre seus direitos.

Outra vertente do Programa é levar magistrados às escolas municipais e/ou estaduais para proferirem palestras dos mais variados temas, disseminando conhecimentos e promovendo orientações sobre cidadania, combate à violência, combate às drogas, direitos e deveres dos cidadãos.

Segue lista dos eventos e ações da Assessoria de Cerimonial ao longo do exercício de 2013:

Tabela 1 – Relatório de Atividades Gestão 2011 – 2013 (Gestão Des. Arísio)

DATA	HORA	EVENTO	LOCAL	
18/jan	16h	Solenidade de Inauguração da 22ª JECC	Faece e Fafor	
23/jan	15h30	Solenidade de Inauguração do Arquivo do Fórum Clóvis Beviláqua	Fórum Clóvis Beviláqua	
23/jan	16h	Aposição de fotografia do Des. Câmara na Galeria de fotos de ex-diretores do Fórum Clóvis Beviláqua	Fórum Clóvis Beviláqua	
25/jan	16h	Missa de Ação de Graças pela Posse Novos Dirigentes do Poder Judiciário do Estado do Ceará – biênio 2013/2015	TJCE	
28/jan	17h	Solenidade de Posse dos Novos Dirigentes do Poder Judiciário do Estado do Ceará – biênio 2013/2015	TJCE	
Obs : ações realizadas ainda na Costão do Desembargador José Arísio I opes da Costa				

Tabela 2 – Relatório de Atividades Gestão 2013 – 2015 (Gestão Des. Brígido) – 1ª Parte

DATA	HORA	EVENTO	LOCAL
29/jan	14h	Solenidade de Posse Novo Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua	Fórum Clóvis Beviláqua
29/jan	16h30	Solenidade de Transmissão de Cargo de Corregedor Geral de Justiça	Corregedoria
05/fev	19h30	Solenidade de Posse do Diretor da ESMEC	ESMEC
22/fev	15h	Solenidade de Posse do Presidente da CEJAI	Sala de Convivência TJCE
08/mar	9h30	Debate sobre Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	Colégio Deputado Paulo Benevides
08/mar	10h	Apresentação do Coral do TJCE em Homenagem ao Dia Internacional da Mulher	TJCE
08/mar	16h	Exposição "Trajetória da Mulher Magistrada"	TJCE
14/mar	16h	Posse da Magistrada Maria Gladys como Desembargadora	TJCE
15/mar	14h30	Missa em Ação de Graça pela Posse da Maria Gladys Lima Vieira	TJCE
20/mar	9h às 12h	Reunião Conjunta do TJCE/MP/Defensoria Publica com membros do GTDA (Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Detenção Arbitrária), diplomatas e representantes Governo Federal	TJCE
21/mar	9h	Visita de 30 alunos do Colégio Master Concursos	TJCE
23 e 24/mar		Fase do Concurso para Juiz Substituto	TJCE
27/mar	10h	8ª Seção do 1º Grupamento de Bombeiros TJCE	Corregedoria
02/abr	8h30	Visita de 39 alunos da Escola Estadual de Educação Profissional Adolfo Ferreira de Sousa de Redenção	TJCE
09/abr	12h	Almoço em Homenagem ao General-de-Divisão Geraldo Gomes de Mattos Filho – Comandante da 10 <sup>a</sup> RM	Restaurante dos Desembargadores TJCE
17/abr	13h	Visita de 40 alunos do Curso de Direito da UNIFOR	TJCE
23/abr	16h	Reunião com Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ Luciano Losekann sobre Mutirão Carcerário	TJCE
03/mai	15h	Páscoa dos Magistrados	1º Salão do Júri - Fórum Clóvis Beviláqua
07 e 08/mai	8h às 12h 14h às 17h	Curso de Capacitação para Magistardos que vão atuar nos Juizados do Aeroporto e Torcedor por ocasião da Copa das Confederações	ESMEC
08/mai	9h	Visita de alunos da Escola Presidente Humberto Castelo Branco	TJCE
08/mai	14h	Visita de alunos da Escola Presidente Humberto Castelo Branco	TJCE

<u>Tabela 3 – Relatório de Atividades Gestão 2013 – 2015</u> (Gestão Des. Brígido) – 2ª Parte

DATA	HORA	o de Atividades Gestão 2013 – 2015 (Gestão Des. Brigido) – 2ª Parte  EVENTO	LOCAL
09/mai	14h	Visita de alunos da Universidade de Fortaleza (UNIFOR)	TJCE
10/mai	10h	Recital do Coral TJCE	TJCE
11/mai		Passeio Beach Park	Beach Park
13/mai	12h	Missa em Ação de Graças a Nossa Senhora de Fátima, Dia das Mães e Coroação de Maria	TJCE
14/mai	12h	Culto em Ação de Graças ao Dia das Mães	TJCE
15/mai	14h	Palestra de Magistrado na Escola	
16/mai	16h30	Aposição de fotografias de ex-presidentes TJCE	TJCE
18/mai	10h	Palestra "Justiça Constitucional" e Lançamento do Livro "As Constituições dos Estados de língua Portuguesa: Uma visão coorporativa" do Jurista Português Jorge Miranda	ESMEC
22/mai	9h	Visita de alunos da Escola de Ensino Fundamental e Médio Senador Osiris Pontes	TJCE
22/mai	14h	Visita de alunos da Escola de Ensino Fundamental e Médio Senador Osiris Pontes	TJCE
23/mai	14h	Visita de alunos da FANOR	TJCE
28/mai	9h	Visita de alunos da EMEIF Dom Antonio Batista Fragoso	TJCE
28/mai	14h	Visita de alunos da CMES Profa. Terezinha Ferreira Parente	TJCE
04/jun	9h	Visita de alunos da FGF	TJCE
05/jun	9h	Visita de alunos da EMEIF Dom Antonio Batista Fragoso	TJCE
05/jun	10h	Solenidade dia do Meio Ambiente	TJCE
05/jun	14h	Visita de alunos da CMES Terezinha Ferreira Parente	TJCE
06/jun a 13/jan		Visita de alunos da Faculdade 7 de Setembro	TJCE
11/jun	9h	Visita de alunos da EMEIF José Parsival Barroso	TJCE
11/jun	14h	Visita de alunos da CMES Terezinha Ferreira Parente	TJCE
12/jun	14h30	Palestra da Magistrada Rosália Gomes dos Santos na Escola de Ensino Médio Presidente Humberto Castelo Branco	Escola
13/jun	12h	Missa em Ação de Graças pela Posse dos Novos Dirigentes do TRE	TJCE
14/jun	16h	Solenidade de Posse dos Novos Dirigentes do TRE	TJCE
17/jun	10h	Sessão Pública de escolha de Comarcas dos Novos Juízes	TJCE
18/jun	14h	Visita de alunos da CMES Terezinha Ferreira Parente	TJCE
24/jun	10h	Homenagem do TJCE ao Centenário de Luiz Gonzaga e festividades juninas do Poder Judiciário	TJCE
25/jun	14h	Palestra do Magistrado Edisio Meira Tejo Neto na Escola CMES Terezinha Ferreira Parente	Escola CMES Terezinha Ferreira Parente
26/jun	9h	Visita de alunos da EEFM Figueiredo Correia	TJCE

Tabela 4 – Relatório de Atividades Gestão 2013 – 2015 (Gestão Des. Brígido) – 3ª Parte

DATA	HORA	EVENTO	LOCAL
03/jul	14h	Visita de alunos da EMEIF Gabriel Cavalcante	TJCE
04/jul	14h	Solenidade de Posse 35 Juízes Substitutos das Comarcas do Interior	TJCE
09/jul	17h	Missa em Ação de Graças pelo Natalício do Des. Suenon Mota	TJCE
16/jul	10h	Solenidade de conclusão do Curso de Brigadistas do Poder Judiciário Cearense	Corregedoria
25/jul	13h30	Visita de 40 alunos da Faculdade 7 de setembro	TJCE
26/jul	16h	Solenidade de Posse dos Magistrados Lisete de Sousa Gadelha e Raimundo Nonato Silva Santos como Desembargadores do TJCE	TJCE
06/ago	14h	Visita de alunos da EMEIF Antonio Diogo de Siqueira	TJCE
07/ago	10h	Solenidade de Abertura do Mutirão Carcerário	Auditório Agenor Studart – Fórum Clóvis Beviláqua
08/ago	16h	Solenidade de Posse do Advogado Paulo Airton Albuquerque Filho como Desembargador	TJCE
09/ago	12h	Culto em Ação de Graças pelo Dia dos Pais	TJCE
14/ago	14h30	Palestra da Magistrada Maria de Fátima de Melo Loureiro na EEFM – Dr. César Cals	EEFM – Dr. César Cals
14/ago	17h	Aula-show com Ariano Suassuna	ESMEC
27/ago	10h	Solenidade Alusiva ao 14º Aniversário da ASMIL	ESMEC
27/ago	14h30	Palestra da Magistrada Ângela Maria Sobreira Dantas Tavares na EMEIF Bárbara de Alencar	EMEIF Bárbara de Alencar
30/ago	9h	Palestra da Magistrada Maria Isabel de Andrade Lima no Centro de Educação Arte e Cultura de Guaiuba	Guaiuba
02/set		Abertura da Exposição "Os símbolos Oficiais e a construção da identidade nacional".	TJCE
16/set	8h	Abertura do Curso de Mediação e Conciliação no âmbito dos Cartorários	ESMEC
18/set	9h30	Palestra do Magistrado Benedito Helder Afonso Ibiapina	Escola Hermínio Barroso
19/set	16h30	Missa em Ação de Graças pelo aniversário natalício do Des. Manoel Cefas Fonteles Tomaz	TJCE
24/set	14h30	Palestra do Magistrado Cristiano Rabelo Leitão	Escola EMEIF Profa. Aldaci Barbosa
26/set	19h	Abertura do 2º Seminário de Direitos da Mulher – A Mulher na Construção da Paz	ESMEC
27/set	Dia Todo	2º Seminário de Direitos da Mulher – A Mulher na Construção da Paz	ESMEC
01/out	9h	Visita de alunos da EMEIF Filgueiras Lima	TJCE
01/out	12h	Missa em Ação de Graças a Santa Terezinha	TJCE

Tabela 5 - Relatório de Atividades Gestão 2013 – 2015 (Gestão Des. Brígido) – 4ª Parte

DATA	HORA	EVENTO	LOCAL
01/out	12h	Almoço com a nova Cúpula de Segurança Pública do Estado do Ceará	Restaurante dos Desembargadores
01/out	14h	Visita de alunos da EMEIF Prof. Aldaci Barbosa	TJCE
02/out	9h	Visita de alunos da EEFM Profa. Diva Cabral	TJCE
02/out	14h	Visita de alunos da UVA	TJCE
08/out	9h	Visita de alunos da EMEIF Filgueiras Lima	TJCE
08/out	14h	Visita de alunos da EMEIF Prof. Aldaci Barbosa	TJCE
14/out		Viagem a Crateus – Reunião do Presidente com Magistrados do Interior	Fórum de Crateús
15/out	9h	Visita de alunos da EMEIF Governador Faustino de Albuquerque	TJCE
15/out	14h	Visita de alunos da EEFM Poeta Patativa do Assaré	TJCE
16/out	14h30	Palestra de Magistrado na EEM Colégio Estadual Liceu do Ceará	Liceu do Ceará
22/out	14h30	Palestra de Magistrado Cid Peixoto do Amaral na EMEIF Marieta Cals	EMEIF Marieta Cals
24/out	9h30	Apresentação do Coral TJCE pelo Dia do Servidor Público	TJCE
24/out	13h	Apresentação do Coral TJCE pelo Dia do Servidor Público	Fórum Clóvis Beviláqua
24/out	13h30	Visita de alunos da Faculdade 7 de setembro	TJCE
25/out	9h30	Comemorações do Dia do Servidor	TJCE
31/out	13h30	Visita de alunos do Curso de Direito da UNIFOR	TJCE
04/nov		Viagem a Limoeiro do Norte – Reunião do Presidente com Magistrados do Interior	Fórum de Limoeiro do Norte
05/nov	9h	Visita de alunos da EMEIF Escola Governador Faustino de Albuquerque	TJCE
05/nov	9h	Reunião de Trabalho da Implantação do Selo Digital para Cartorários da Capital e Região Metropolitana	Corregedoria
05/nov	14h	Visita de alunos da EMEIF Marieta Cals	TJCE
11/nov		Viagem a Juazeiro do Norte – Reunião do Presidente com Magistrados do Interior	Fórum de Juazeiro do Norte
12/nov	9h	Visita de alunos da EMEIF Professor José Militão Albuquerque	TJCE
12/nov	14h	Visita de alunos da EMEIF Marieta Cals	TJCE
13/nov	9h	Visita de alunos da EEFM José Valdo Ribeiro	TJCE
13/nov	12h	Missa em Ação de Graças pela Posse dos Magistrados Mário Parente Teófilo Neto e Maria Edna Martins como Desembargadores TJCE	Fórum Clóvis Beviláqua

Tabela 6 - Relatório de Atividades Gestão 2013 – 2015 (Gestão Des. Brígido) – 5ª Parte

DATA	HORA	EVENTO	LOCAL
13/nov	14h	Visita de alunos da EEFM José Valdo Ribeiro	TJCE
14/nov	16h	Solenidade de Posse dos Magistrados Mario Parente e Maria Edna Martins como Desembargadores TJCE	TJCE
19/nov	9h	Visita de alunos da EMEIF José Militão Albuquerque	TJCE
19/nov	14h	Visita de alunos da EMEIF Professora Raimunda Félix de Alcantara	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 7 - Serviços de Sonorização da Assessoria de Cerimonial Gestão 2013 – 2015

DATA	EVENTO	LOCAL
25/out	Solenidade de encerramento da Semana do Servidor	TJCE
05/nov	Palestra do Profo Juarez Freitas	ESMEC
14/nov	Posse dos Desembargadores Mário Parente e Maria Edna	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

<u>Tabela 8 - Serviços de Floricultura da Assessoria de Cerimonial Gestão 2013 – 2015</u>

DATA	EVENTO	LOCAL
18/jan	Inauguração da 22ª unidade do JECC (Faece/Fafor)	22° JECC
25/jan	Missa de Ação de Graças pelo novos dirigentes do TJCE	TJCE
28/jan	Posse do Presidente do TJCE	TJCE
05/fev	Posse do Diretor da ESMEC	ESMEC
14/mar	Posse da Desa. Maria Gladys Lima Vieira	TJCE
10/abr	Velório da Sra. Terezinha Melo	Velório
03/mai	Páscoa dos Magistrados	FÓRUM
22/mai	Velório da Sra. Eulália Medeiros (Avó do juiz Dr. Emílio )	Velório
28/jun	Velório do Sr. José Lima de Oliviera	Velório
26/jul	Velório do Sr. Francisco das Chagas Oliveira	Velório
26/jul	Posse da Desa. Lisete e do Des. Raimundo Nonato	TJCE
08/ago	Posse do Des. Paulo Airton	TJCE
07/ago	Abertura do Multirão Carcerário	Fórum Clóvis Beviláqua
22/ago	Velório da Sra. Meyre Augusto	Velório
27/ago	Palestra na ESMEC	ESMEC
14/out	Velório do Des. aposentado Raimundo Helio de Paiva Castro	Velório
31/out	Velório do Sr. José Humberto Diniz de Freitas (esposo da Desa. Apoline)	Velório
01/nov	Velório do Cel. BM Henrique Jorge Silva Santos	Velório
13/nov	Missa em Ação de Graças pela Posse dos Magistrados Mário Parente Teófilo Neto e Maria Edna Martins como Desembargadores TJCE	Fórum Clóvis Beviláqua
14/nov	Posse dos Desembargadores Mário Parente e Edna Martins	TJCE

Tabela 9 - Serviços de Buffet da Assessoria de Cerimonial (Gestão 2013-2015)

DATA	FORNECIMENTO	LOCAL	QTD. PESSOAS
31/jan	Coffee break mês de janeiro/2013	TJCE	239
02/jan	Coquetel posse do Corregedor	TJCE	157
28/jan	Coquetel posse do Presidente	TJCE	800
05/fev	Coquetel posse do Diretor da ESMEC	ESMEC	327
28/fev	Coffee break mês de fevereiro/2013	TJCE	220
14/mar	Coquetel posse da Desa. Gladys	TJCE	300
07/mar	Coffee break extra	TJCE	63
08/abr	Coffee break mês de março/2013	TJCE	55
09/abr	Almoço Pres. Assembléia Zezinho Albuquerque	TJCE	30
19/abr	Coffee break extra	TJCE	63
30/abr	Coffee break mês de abril/2013	TJCE	220
01/mai	Coffee break mês de maio/2013	TJCE	215
10/mai	Coffee break extra	TJCE	62
17/mai	Almoço Pres. Assembléia Zezinho Albuquerque	TJCE	32
21/jun	Coffee break extra	TJCE	59
28/jun	Coffee break extra	TJCE	65
01/jun	Coffee break mês de junho /2013	TJCE	140
01/jul	Coffee break mês de julho /2013	TJCE	185
26/jul	Posse Desa. Lisete e Des. Rdo. Nonato	TJCE	400
01/ago	Coffee break mês de agosto/2013	TJCE	132
02/ago	Coffee break pleno extra	TJCE	55
08/ago	Coquetel posse do Des. Paulo Airton	TJCE	500
27/ago	Coquetel ESMEC	ESMEC	55
01/set	Coffee break mês de setembro/2013	TJCE	164
01/out	Almoço com Nova Cúpula de Segurança Pública do Ceará	TJCE	15
01/out	Coffee break mês de outubro/2013	TJCE	225
18/out	Coffee break extra	TJCE	55
25/out	Coffee break extra	TJCE	55
Totais			3913

#### 3 RESULTADOS

Os resultados obtidos no âmbito do planejamento, coordenação e execução das atividades de cerimonial do TJCE, corroboram com o comprometimento do setor no atendimento satisfatório das metas propostas para o exercício de 2013.

Destacam-se, ademais, os resultados significativos alcançados com o Programa Justiça e Cidadania, tanto em termos de satisfação final dos estudantes, quanto em termos de público atendido:

- a) 1.146 (Hum mil cento e quarenta e seis) alunos visitaram as dependências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;
- b) 3.120 (Três mil cento e vinte) alunos receberam Magistrados em suas respectivas escolas para atividades de informação acerca do Poder Judiciário.

Oportuno registrar, finalmente, os esforços empreendidos pelo setor para otimização dos recursos e economia operacional na execução dos eventos, tais como a captação de patrocínios de empresas parceiras para fornecimento de lanches aos estudantes oriundos da rede estadual e municipal de ensino atendidos pelo Programa Justiça e Cidadania.



### 1 DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS

A Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário coordena e executa atividades voltadas à divulgação das ações e decisões da Justiça estadual, tendo como parâmetros as diretrizes da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) e da Resolução nº 85/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). É responsável, ainda, pela intermediação entre o Judiciário estadual e a imprensa, facilitando o acesso às informações de interesse público.

As estratégias de divulgação têm como eixo textos jornalísticos publicados no site (www.tjce.jus.br), nas mídias sociais (Facebook e Twitter), dois boletins diários direcionados aos principais veículos de comunicação, notas exclusivas para colunistas, jornal bimestral, revista anual e programa de TV. É feito monitoramento diário sobre o que a mídia divulga a respeito da Justiça estadual, por meio de clipping direcionado aos desembargadores, secretários/assessores (de forma impressa) e publicado na intranet do Tribunal para acesso do público interno.

A Assessoria de Comunicação produz campanhas institucionais e faz cobertura dos eventos no TJCE, Fórum Clóvis Beviláqua, Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec) e nas comarcas do Interior. Investe no bom relacionamento com os meios de comunicação, objetivando apresentar o perfil de seriedade e compromisso da Administração com a excelência da prestação jurisdicional. Nesse sentido, procura dar visibilidade às ações judiciais e administrativas no âmbito da Justiça de 1° e de 2° Grau.

### 2 AÇÕES E PROJETOS

Em 2013 (de janeiro a outubro) houve incremento de 11,56% na produção de matérias pela Assessoria de Comunicação, resultando em 2.287 textos jornalísticos que primaram pela linguagem clara e objetiva. No mesmo período, em 2012, foram redigidos 2.050 textos. O material é disponibilizado para 106 veículos de comunicação, por meio de dois boletins diários. À tarde é enviado boletim, por e-mail, a rádios da Capital e do Interior. No final do dia, outro boletim é editado e enviado para todos os veículos cadastrados em nosso mailling. As notícias são publicadas no site (www.tjce.jus.br), no Facebook e Twitter .

O aproveitamento do material produzido por esta Assessoria tem sido significativo nos noticiários em jornal, rádio, televisão, blogs e sites. É também fonte de pauta dos principais veículos de imprensa. De acordo com os dados coletados pela Assessoria, de janeiro a outubro de 2013, a imprensa no Ceará divulgou 3.530 notícias sobre o Judiciário estadual, sendo 3.004 positivas (85,1%) e 526 negativas (14,9%). Das 2.287 matérias divulgadas pela Assessoria nos meses de janeiro a outubro, 1.378 foram replicadas em jornais, rádios, TVs, sites e blogs (60,25% de aproveitamento).

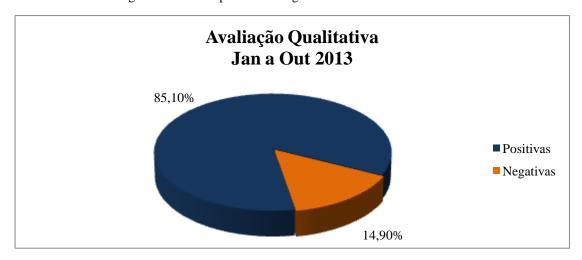


Gráfico 1 – Porcentagem de matérias positivas e negativas em 2013

Fonte: Assessoria de Comunicação do TJCE

Para obter esses dados, é feito monitoramento diário das notícias veiculadas nos principais meios de comunicação. Na área de radiodifusão conta-se com o suporte de empresa contratada que envia, diariamente, material publicado pela mídia nos principais programas jornalísticos das emissoras de TV e de rádio. O acompanhamento das publicações em blogs, sites e jornais impressos é feito pelos jornalistas da Assessoria.

Os índices referentes à avaliação qualitativa e quantitativa das matérias publicadas, bem como ao comparativo entre a quantidade de matérias produzidas pela Assessoria e aquelas aproveitadas pela mídia, são acompanhados diariamente e enviados mensalmente à Secretaria Especial de Planejamento e Gestão para fins de acompanhamento dos indicadores estratégicos do TJCE.

As principais informações referentes ao Poder Judiciário estadual, incluindo notícias relevantes da Justiça em âmbito nacional, são reunidas em clipping, o qual é impresso e encaminhado aos desembargadores e secretários, disponibilizado na intranet e enviado, por e-mail, para juízes, assessores e diretores.

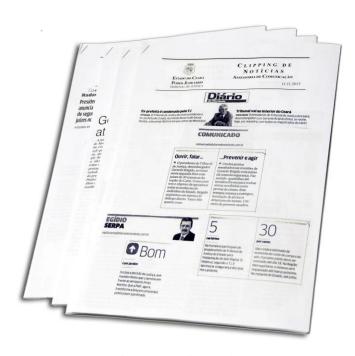


Figura 1 – Clipping de Notícias produzido diariamente

Fonte: Assessoria de Comunicação do TJCE

Registra-se, por oportuno, que segundo levantamento da Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE junto ao Google Analytics, a consulta de notícias está entre as cinco páginas mais acessadas do Portal do TJCE. A conquista de seguidores nas mídias sociais tem ocorrido de forma gradual. São quase duas mil pessoas que curtem a fanpage no Facebook (ticeoficial) e mais de 1.000 seguidores no Twitter (@ticenoticias).

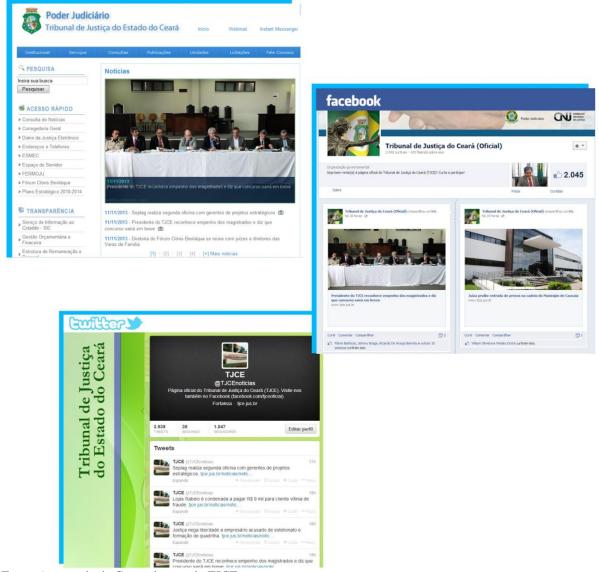


Figura 2 – Site do TJCE (à esquerda), Facebook (à direita) e Twitter (abaixo)

Fonte: Assessoria de Comunicação do TJCE

É de responsabilidade da Assessoria de Comunicação a produção, reportagem, redação, edição e apresentação do programa "Judiciário em Evidência", que passou a ser exibido também na TV Assembleia (canal 30). Isso foi possível com a assinatura, em outubro de 2013, do convênio entre o TJCE e o Poder Legislativo do Estado. A medida possibilitou ampliar os espaços de divulgação nos meios de comunicação.

Antes, o "Judiciário em Evidência" era veiculado somente na TV Fortaleza (canais 6 de Multiplay, 61.4 digital aberto e 361.4 da Sky), no Portal do Tribunal (internet e intranet) e no YouTube (Canal TJCE Imprensa). Até outubro deste ano, foram exibidos 31 programas sobre diversos assuntos de interesse público, como improbidade administrativa,

problemas nos serviços de telefonia, construção e reforma de fóruns, conciliação e mediação, 25 anos da Constituição Federal e Código Penal.



Figura 3 – Frame da gravação em estúdio

Fonte: Assessoria de Comunicação do TJCE

A interação com o público interno é feita por meio de notícias, avisos, clippings e banners na intranet. Em média, são publicadas dez notícias de âmbito administrativo e judicial. Em 2014, a intranet deve ganhar novo layout para dar maior visibilidade às ações desenvolvidas pelas secretarias e departamentos.

A Assessoria de Comunicação acompanha as sessões de julgamentos do Pleno, Órgão Especial, Câmaras Cíveis, Criminais e Reunidas e Turmas Recursais para divulgar as principais decisões de interesse público. Faz a cobertura jornalística (texto e fotos) das sessões de posse de desembargadores e juízes, encontros regionais promovidos pela Presidência no Interior, mutirões de conciliação, cursos, seminários, palestras, visitas de estudantes às unidades do Judiciário, atividades e ações desenvolvidas pela Escola Superior da Magistratura Estadual, pelo Fórum Clóvis Beviláqua e Corregedoria Geral da Justiça.

A cada bimestre é editado o jornal "Judiciário Notícias" contendo as principais notícias da Justiça estadual em dois meses. Até outubro foram produzidos cinco jornais direcionados ao público interno. Também é distribuído para autoridades do Legislativo e Executivo. Ao final do primeiro ano de gestão, o setor publica revista com o balanço das principais atividades e decisões administrativas.

Figura 4 – Edições do jornal Judiciário Notícias



Fonte: Assessoria de Comunicação do TJCE

A Assessoria atende também à crescente demanda para criação de banners, cartazes e logomarcas. Produz ainda campanhas institucionais relacionadas a mutirões, datas comemorativas, informativos, palestras e eventos. Até outubro foram criadas 10 campanhas (Dia das Mães, Páscoa, Dia dos Pais, Doação de Brinquedos, Dia da Mulher e Mutirões de Conciliação: Financeiro, Atos Infracionais, Execução de Alimentos, Seguro DPVAT e Investigação de Paternidade). Além da arte para os cartazes, desenvolveu projeto gráfico para o folder "Conhecendo o Fórum Clóvis Beviláqua" e a logomarca do "Fórum Sustentável".

Um bom pai é também um grande homem Mutirão de Investigação de Paternidade Aproveite esta oportunidade para reconhecer e dar um grande exemplo ao seu filho. Mutirão de Instrução e Julgamento Aplicar a Justiça ao adolescente em conflito com a lei é guiá-lo para o caminho correto. Periodo: 3 a 29 de junho de 2013 Alae, ter um amor sem medidas é ter um amor na medida certa! 2º domingo de maio, Dia das Mães. Fonte: Assessoria de Comunicação do TJCE

Figura 5 – Exemplos de campanhas institucionais

#### 3 RESULTADOS

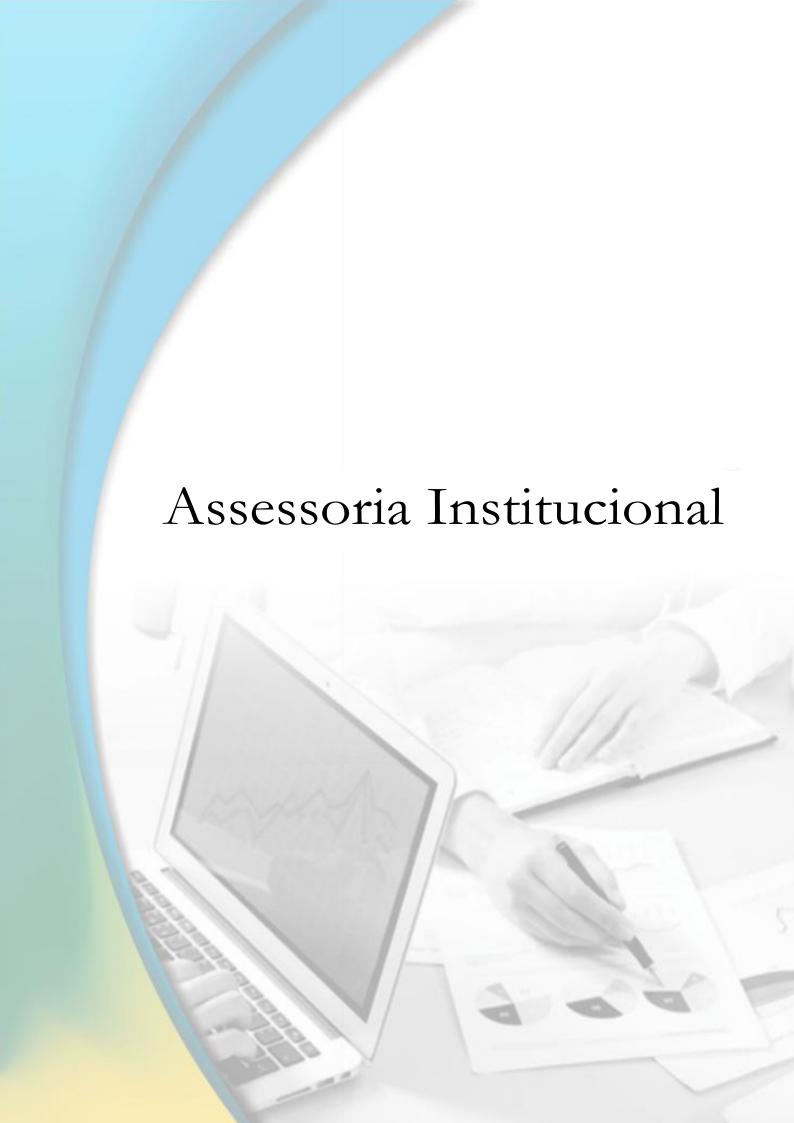
A Assessoria de Comunicação redigiu 2.287 matérias jornalísticas de janeiro a outubro de 2013. Os textos foram encaminhados, por e-mail, a 106 veículos de comunicação por meio de dois boletins diários. Dessas notícias, 1.378 foram replicadas em jornais, rádios, sites e blogs, resultando em 60,25% de aproveitamento. Em âmbito nacional, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou 91 notícias geradas por esta Assessoria no site www.cnj.jus.br. Outros sites jurídicos como Migalhas, Consultor Jurídico e Jus Brasil aproveitam de forma significativa o material produzido por esta Assessoria.

O programa de TV "Judiciário em Evidência", que tem produção, edição e apresentação sob a responsabilidade dos profissionais desta Assessoria, ganhou mais visibilidade após assinatura de convênio entre o Tribunal de Justiça do Ceará e a Assembléia Legislativa do Estado. Ele passou a ser exibido, aos sábados, às 18h30, na TV Assembléia, e permanece com veiculação às segundas-feiras, às 14h30, na TV Fortaleza (com reapresentações), além de ficar disponível no site do TJCE e no YouTube.

A Justiça do Ceará foi citada nos meios de comunicação, nesse período, em 3.004 notícias de forma positiva, representando percentual de 85,1%, enquanto as negativas somaram 526, correspondendo ao índice de 14,9%.

O setor atendeu demandas para criação publicitária com projetos de 10 campanhas institucionais (Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia da Mulher, Doação de Brinquedos e Mutirões de Concliliação: financeiro, Atos Infracionais, execução de Alimentos, Seguro DPVAT e Investigação de Paternidade), entre outros.

Um dos desafios para 2014 é aumentar o número de pessoas que curtem a fanpage no Facebook (tjceoficial) e os seguidores no Twitter (@tjcenoticias). O incremento nas mídias sociais requer equipe mais voltada a esses segmentos. Embora a estrutura do setor ainda não possibilite isso, esforços estão sendo desenvolvidos para se conseguir atingir maior fatia do público adepto às mídias sociais.



### 1 DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS

A Assessoria Institucional é a unidade de assessoramento diretamente vinculada à Presidência que tem por finalidade o desenvolvimento das ações institucionais voltadas para os elevados interesses do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no que concerne à pesquisa, elaboração, revisão, seleção, editoração de obras jurídicas, bem como a guarda do acervo da biblioteca, mediante critérios técnicos, em especial daquelas obras que apresentam relevante valor histórico e cultural para o Poder Judiciário do Estado do Ceará, pela viabilização, preservação e operacionalização do Centro Cultural Clóvis Beviláqua, este integrado por seu Mausoléu e Museu do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Compete ao Conselho Editorial:

- a) definir a política editorial;
- aprovar, para fins de publicação, originais de obras a serem editadas ou coeditadas encaminhados à Editora, valendo-se de pareceres técnicos de profissionais especializados na área pertinente, sempre que considerar necessário.
- O Departamento Editorial Gráfico é a unidade administrativa a quem compete a editoração, edição gráfica e impressão de obras jurídicas e literárias, revistas e afins, e pela edição e impressão do Diário da Justiça Estadual.
- O Departamento de Gestão de Documentos tem por finalidade desenvolver as atividades de impressão, documentação, biblioteca e administração dos serviços de arquivo, classificação, catalogação, formulação e expedição de normas gerais sobre arquivamentos eletrônicos e guarda de documentos de interesse do Poder judiciário.

Compete à Divisão de Biblioteca:

- a) selecionar, adquirir, catalogar, classificar e guardar coleções, livros e periódicos;
- b) conservar e manter o material bibliográfico de natureza permanente da biblioteca;
- c) controlar as assinaturas de publicações;
- d) preparar catálogos bibliográficos destinados ao leitor e outras listagens auxilares;
- e) supervisionar e controlar os empréstimos de publicações e fornecimento de cópias;
- f) orientar pesquisas e levantamentos bibliográficos de interesse do Poder

Judiciário;

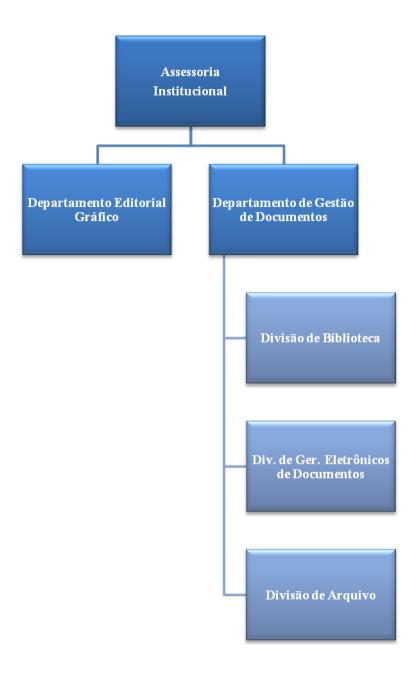
- g) manter e divulgar banco de dados informatizados sobre jurisprudência do próprio Tribunal de Justiça e de outros estados;
- h) executar outras tarefas correlatas.

Compete à Divisão de Gerenciamento Eletrônico de Documentos executar tarefas de classificação, catalogação, reprodução, impressão, gravação eletrônica e guarda, em meio digital, dos documentos de interesse jurídico e histórico do Poder Judiciário.

Compete à Divisão de Arquivo:

- a) classificar, catalogar, reproduzir e guardar documentos de interesse jurídico e administrativo do Poder Judiciário;
- b) formular e expedir normas gerais sobre arquivamento, descarte e destinação final de papéis.

#### 2 ORGANOGRAMA



#### 3 AÇÕES E PROJETOS

A Assessoria Institucional empreendeu esforços, ao longo do exercício de 2013, para que suas ações estivessem alinhadas ao Discurso de Posse do atual Presidente do TJCE. Para tanto, visando a ampliação do suporte às comarcas do interior do estado, foram intensificadas, no início do ano, as distribuições dos livros adquiridos em 2012 para as comarcas do interior. As entregas, que eram disciplinadas pela Portaria nº 88/2013 e realizadas de forma presencial no Departamento de Gestão de Documentos, foram redesenhadas para, em parceria com o Departamento de Material e Patrimônio, serem efetuadas por meio de transportadora, proporcionando, assim, uma maior celeridade. A regulamentação da nova metodologia de entrega se deu por meio da publicação da Portaria nº 228/2013.

Seguindo este alinhamento, posteriormente foram tomadas medidas para saneamento das pendências existentes em relação ao processo de digitalização de 1° e 2° graus. Após diversas reuniões envolvendo a Secretaria de Tecnologia da Informação, a Secretaria Judiciária, a Assessoria Institucional e a Secretaria Executiva do Fórum Clóvis Beviláqua, observou-se que, para alcançar a celeridade almejada na atividade de digitalização de 1° grau, a qual era coordenada, também, por esta Assessoria Institucional, optou-se pela transferência da referida atribuição para o próprio Fórum, resultando, assim, na publicação da Portaria nº 593/2013, a qual institui os núcleos de digitalização de 1° e 2° graus e disciplinou suas atividades.

Empenhando ações também relacionadas às demais atribuições desta Assessoria, foi elaborada Nota Técnica relativa ao Projeto Centro Cultural da Justiça do Ceará – Memorial Clóvis Beviláqua, contemplando uma análise das características iniciais do projeto, o seu estágio atual e um estudo sobre a viabilidade de implantação nos moldes no modelo inicial, com vistas ao fornecimento de subsídios à tomada de decisão da Administração acerca da continuidade do projeto. Foi proposto, ainda, projeto que visa a refuncionalização do Memorial da Justiça, situado no prédio deste Tribunal, através da realização de ações que proporcionem um inventariado de todo o acervo e também uma reestruturação da unidade.

Almejando eficiência orçamentária nos seus departamentos e com o objetivo de aproximar-se ao máximo da utilização plena e racional dos recursos, foi revisado e solicitada a supressão, em 20%, do Contrato 24/2009, firmado entre o Tribunal de Justiça e a empresa que fornece as máquinas de impressão utilizadas pelo Departamento Editorial e Gráfico,

reduzindo, assim, a quantidade de franquia contratada, bem como o valor pago mensalmente, com base no parágrafo I, do art. 65, da lei 8666/93, que assim dispõe:

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

Tal demanda foi originada a partir da nova metodologia de apreciação das solicitações de impressão, as quais passaram a serem submetidas à aplicação da Portaria 911/2008, que disciplinou as demandas de serviços gráficos e proporcionou uma análise mais apurada quanto ao material requerido. Diante deste fato, o Departamento Editorial e Gráfico passou utilizar os recursos disponíveis e a executar os serviços de maneira mais racional, resultando em significativa economia no quantitativo da franquia que era, até então, utilizado.

Com base nessa redução e para se evitar o desperdício pela não utilização integral da franquia de impressão, a revisão contratual foi preponderante e proporcionou a redução do valor contratual de R\$ 37.682,53 (trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e dois reais e cinquenta e três centavos) para R\$ 30.146,03 (trinta mil, cento e quarenta e seis reais e três centavos), representando uma redução de 20% do valor mensal pago anteriormente.

No corrente ano, também foram secretariadas quatro reuniões do Conselho Editorial da Editora TJCE, onde foram deliberadas importantes decisões acerca das obras publicadas, a saber:

- a) proposição e aprovação da publicação do livro "Recursos Especial e Extraordinário no Novo Código de Processo Civil – Estudos em homenagem ao Prof. Dr. José de Albuquerque Rocha", o qual é de iniciativa da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (ESMEC). Referido lançamento se deu em 03 de outubro de 2013;
- editoração do Volume II da Série Direito Vivo, o qual, nesta etapa,
   contemplará sentenças proferidas por Magistrados de 1º e 2º graus;
- c) aprovação da elaboração de material referente à obra "Estudos em Homenagem ao Des. Antônio Carlos Costa e Silva", para posterior publicação.
- d) demais deliberações referentes à publicação da Revista Themis, periódico anual da ESMEC.

Salienta-se, ainda, que por meio da Divisão de Gerenciamento Eletrônico de

Documentos foi realizada a digitalização dos documentos contendo o histórico das serventias extrajudiciais do Estado do Ceará, sob a guarda da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, totalizando 56.475 (cinquenta e seis mil, quatrocentas e setenta e cinco) páginas digitalizadas, oriundas de 844 (oitocentos e quarenta e quatro) processos. Também foram digitalizados 1.153 (hum mil, cento e cinquenta e seis) processos do Setor de Precatórios, gerando 379.474 (trezentas e setenta e nove mil, quatrocentas e setenta e quatro) páginas já digitalizadas. O Departamento Editorial e Gráfico, por sua vez, encontra-se realizando a digitalização das fichas funcionais de todos os Servidores e Magistrados, ativos e inativos, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, já tendo sido digitalizadas até o presente momento 3.779 (três mil, setecentas e setenta e nove) fichas.

No tocante aos projetos desenvolvidos pela Assessoria Institucional, segue abaixo quadro resumo contendo as propostas cadastradas junto à Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, bem como os progressos de cada uma:

Tabela 1 – Projetos da Assessoria Institucional para 2013

Projetos – Assessoria Institucional				
Código	Projeto	Unidades Envolvidas	Fase Atual	
PPJASSINST2013006	Programa de Gestão Documental	SECAD, ASSIN, SGP, SEJUD e SETIN	Em elaboração	
PPJASSINST2013007	Projeto de Cidadania Judiciária	PRESIDÊNCIA e ASSIN	Contrato Assinado	

Fonte: Assessoria Institucional

Por fim, é oportuno ressaltar o projeto desenvolvido por esta Assessoria que resultou no contrato celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Fundação Demócrito Rocha para o desenvolvimento do Programa de Cidadania Judiciária, uma iniciativa inédita no âmbito do Poder Judiciário que visa a promover a qualificação integrada e o aperfeiçoamento do diálogo e debate social, com base em ferramentas de democracia participativa.

Tendo como foco a cidadania na cena do judiciário com a sociedade, os movimentos sociais, agentes públicos, alunos e professores de ensino médio, o Programa fundamenta-se na utilização de instrumentos pedagógicos de ensino à distância, ferramentas voltadas para o resgate histórico deste Tribunal, além de subsídios que visem a mobilização em mídias sociais. O objetivo é o desenvolvimento de um canal de comunicação entre a sociedade e o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

#### 4 RESULTADOS

A partir das atividades realizadas ao longo do ano, buscou-se maximizar a quantidade de ações institucionais voltadas à otimização do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Em consonância com o Discurso de Posse do atual Presidente do TJCE, os livros enviados às Comarcas do Interior proporcionaram uma forma de auxílio aos Magistrados, iniciativa que, além de subsidiar a atuação jurisdicional nas referidas comarcas, evidenciou a valorização da Administração para com todos seus membros, haja vista o fato de que a distância muitas vezes dificulta o alcance das ações realizadas.

No que diz respeito à instalação dos núcleos de digitalização, a definição dos gestores de cada etapa representava um dos maiores entraves para esta importante atividade, entretanto, com o advento da Portaria regulamentando os trabalhos, a digitalização dos processos passou a ter definido, claramente, o responsável por cada etapa e em cada âmbito, tanto em 1º quanto em 2º grau. Já no que concerne ao Projeto Centro Cultural Clóvis Beviláqua, pendente de execução, a Nota Técnica nº 01/2013, elaborada pela Assessoria Institucional, subsidiou a tomada de decisão por parte da Presidência desta Corte, a qual deliberou pela mudança de foco, com o redirecionamento dos esforços e recursos para um novo projeto, o qual visa a refuncionalização do Memorial da Justiça. Referido projeto encontra-se em andamento, na fase de recebimento das propostas para apreciação da Administração.

Destaca-se, ainda, o estudo realizado em torno da franquia de impressões utilizadas pelo Departamento Editorial e Gráfico, no qual se pode identificar um lastro no quantitativo mensal de franquia não utilizada, haja vista a nova metodologia da apreciação das solicitações de confecção de material. Possibilitou-se, com essa análise, uma redução contratual de 20%, tanto na franquia quanto no valor pago mensalmente, o que garantiu uma considerável otimização dos recursos financeiros utilizados pelo setor.

Em relação à atuação desta Assessoria Institucional junto ao Conselho Editorial, no cumprimento das deliberações e apoio à produção gráfica, merecem ênfase a publicação e lançamento da obra de autoria da ESMEC, "Recursos Especial e Extraordinário no Novo Código de Processo Civil – Estudos em homenagem ao Prof. Dr. José de Albuquerque Rocha", o retorno à publicação da Revista Themis (ESMEC) e a autorização para confecção da obra Série Direito Vivo – Volume II – Sentenças, já em fase de editoração e diagramação.

Outras importantes ações foram ou vem sendo executadas com êxito ao longo do

ano, como a digitalização dos documentos contendo o histórico das serventias extrajudiciais do Estado do Ceará, dos processos do Setor de Precatórios e das fichas funcionais dos Magistrados e Servidores ativos e inativos de todo o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Oportuno registrar, por último, o ineditismo e o alcance esperado do Programa de Cidadania Judiciária, elaborado por esta Assessoria e que visa promover a qualificação integrada e o aperfeiçoamento do diálogo e do debate social. A contratação da Fundação Demócrito Rocha para atuação no Programa permitirá a execução das várias ações previstas nas duas fases do projeto, a saber:

#### • 1<sup>a</sup> fase:

- temas abordados: "Direitos e Deveres do Cidadão", "Organização Social Brasileira" e "Cidadania na Comunidade";
- material disponibilizado: Kit Cidadania Judiciária contendo 03 dvdslibretos, com material impresso e em vídeo alusivos aos subtemas da etapa, a serem distribuídos a 2.500 entidades da sociedade organizada.

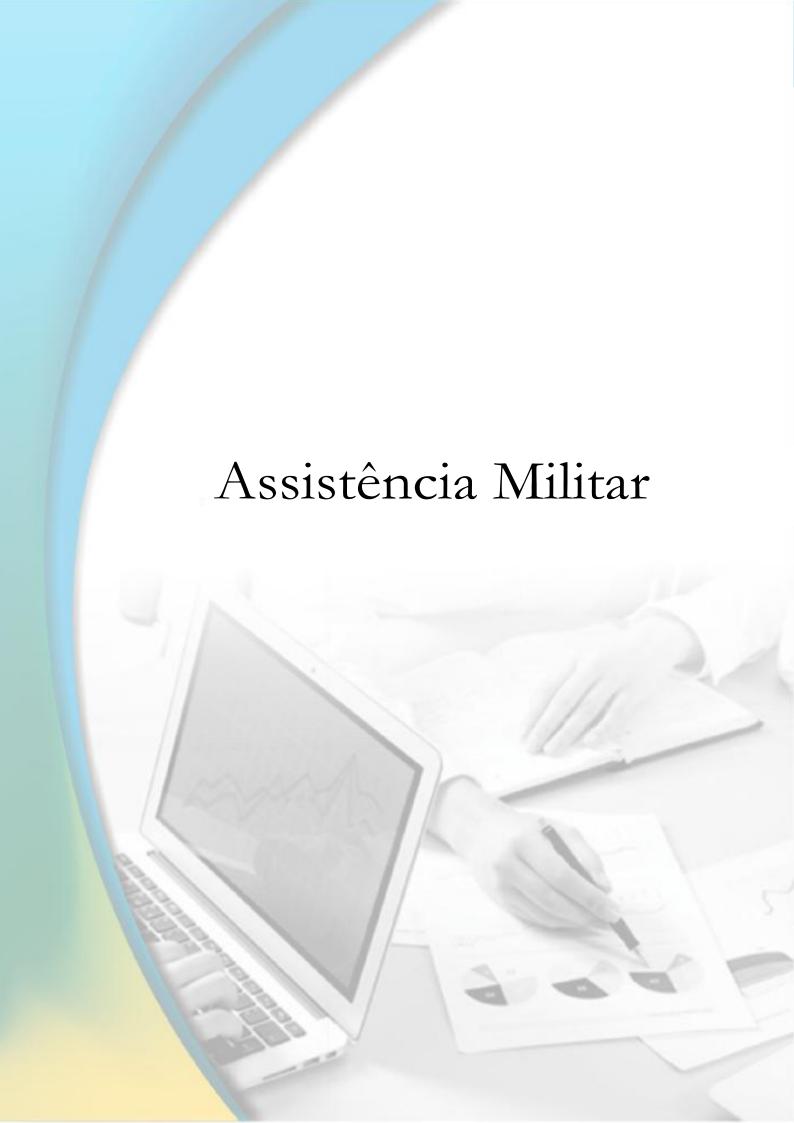
#### • 2<sup>a</sup> fase:

- temas abordados: "A Justiça e a Escola", "A Justiça e os Direitos Sociais"
   e "Agentes da Justiça".
- material disponibilizado: Kit Cidadania Judiciária contendo 03 dvdslibretos, que serão repassados à 600 escolas da rede pública, 500 entidades de movimentos sociais e a agentes da justiça.

Além deste material, serão confeccionados fascículos a serem encartados em jornal de grande circulação para acesso à população em geral, sendo realizados também, por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem, cursos relacionados às vertentes utilizadas para os interessados em participar.

Por fim, serão produzidos um Livro, um Documentário e uma Exposição, alusivos aos 140 anos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, completados em 2014, além da realização do Prêmio de Cidadania Judiciária, o qual premiará trabalhos realizados com base nos temas propostos para as duas fases do programa. Haverá, ainda, a utilização de mídias sociais para divulgação do Programa, bem como para criação de outro canal de comunicação entre a sociedade e o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Ressalta-se, finalmente, que somente a ação de produção e distribuição dos fascículos possui como meta proporcionar acesso a 30.000 inscritos, além do público atingido por todas as outras ações que compõem o projeto.



### 1 DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS

#### 1.1 Estrutura da Assistência Militar

- Assistente Militar;
- 3ª Companhia de Policiamento de Guarda;
- 8ª Seção de Bombeiros do 1º Grupamento de Bombeiros.

### 1.2 Competência da Assistência Militar

Conforme dispõe o Decreto nº 25.570, de 11/08/1999, alterado pelo Decreto nº 26.310, de 03/08/2001, compete à Assistência Militar planejar, organizar, dirigir e controlar a segurança do Tribunal de Justiça e de outras instalações do Poder Judiciário de acordo com critérios estabelecidos pelo Chefe do Poder Judiciário Estadual.

# 1.3 Unidades Judiciárias apoiadas através do serviço de segurança coordenado pela Assistência Militar do TJCE

- Sede do Tribunal de Justiça;
- Corregedoria Geral da Justiça;
- Fórum Clóvis Beviláqua;
- Centro de Documentação e Informática;
- Creche Escola do Poder Judiciário;
- Escola de Magistratura do Estado do Ceará;
- Fórum das Turmas Recursais;
- 25 (vinte e cinco) Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais;
- Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Fortaleza;
- Juizado Especial Móvel e
- Projeto Justiça Já.

### 2 AÇÕES E PROJETOS

Seguem discriminadas as principais ações realizadas pela Assistência Militar do TJCE (3ª Companhia de Policiamento de Guarda e 8ª Seção de Bombeiros):

- a) reestruturação da segurança pessoal do Presidente do TJCE e do serviço de Ajudância-de-Ordens;
- segurança dos Desembargadores por ocasião da realização das audiências diárias nas Câmaras Cíveis e Criminais, nas sessões do Órgão Especial e do Tribunal do Pleno;
- serviço de Segurança Institucional ao MM. Juiz de Direito Fernando Teles de Paula Lima, no exercício das atividades na Comarca de Trairi;
- d) solicitação de composição da Companhia de Policiamento Rodoviário para realizar, diariamente, de segunda a sexta-feira, o controle do trânsito de veículos na Rotatória do Centro Administrativo Governador Virgílio Távora (Cambeba), localizada na Av. Ministro José Américo com Av. General Afonso Albuquerque Lima – no horário 16h30min às 18h30min;
- e) implantação do serviço de precursão nas visitas oficiais do Presidente do TJCE;
- f) Plano de Policiamento para a posse de novos Desembargadores do TJCE;
- g) implantação do serviço de visita diária por parte de Oficiais aos Fóruns da Região Metropolitana (Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Caucaia e Eusébio);
- h) Plano de Policiamento para o Centro Administrativo do Cambeba, em face ao bolsão de estacionamento da Copa das Confederações;
- segurança Pessoal do Sr. Ministro Gilmar Mendes, realizada nos dias 30/06 e 01/07/2013;
- j) segurança no evento da nomeação dos 34 juízes no TJCE;
- k) apoio aos Magistrados em ocorrências de acidente de trânsito;
- implantação do controle de acesso dos visitantes junto ao TJCE, através do uso de crachás de identificação, em PVC, para serem utilizados em local de fácil identificação pela Guarnição da segurança;
- m) segurança para garantir as ações do Mutirão Carcerário de ordem do TJCE e
   CNJ durante o recebimento e devolução dos processos na Região
   Metropolitana, Região Norte e Região Sul do Estado do Ceará;

- n) solenidade alusiva à comemoração do 14º Aniversário da 3ª CPG, com a outorga de 25 títulos de Amigos da OPM e entrega de botons às Autoridades;
- o) implantação do SISCONVI (Sistema de Controle de Visitantes) para controle de acesso dos visitantes junto ao TJCE, com cadastramento no sistema, inclusive com fotografia e uso de crachás de identificação, em PVC, para serem utilizados em local de fácil identificação pela Guarnição da segurança;
- p) confecção de panfletos com orientações de segurança;
- q) precursão e segurança do Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE),
   em reunião com juízes da Zona Judiciária dos municípios de Crateús,
   Limoeiro do Norte e Juazeiro do Norte;
- r) precursão e segurança do Presidente do TJCE na homenagem da Comenda de Distinção Honorífica, durante a comemoração dos 87 anos da Casa Militar, no Palácio da Abolição;
- s) aquisição de 214 detectores portáteis de metais, 260 portais eletrônicos de detecção de metais e software de sistema de visitantes, prevendo-se ainda a compra de 70 catracas eletrônicas de acesso pessoal. Em fase final de processo licitatório estão a aquisição e instalação de circuito fechado de televisão. Também será instituído sistema para Cadastro de Armas de Fogo do Poder Judiciário (CADARME);
- t) palestra do Assistente Militar do TJCE durante o encerramento do Curso de Brigada de Incêndio nos municípios de Sobral-CE e Tianguá-CE;
- u) palestra ministrada pelo Assistente Militar aos servidores do TJCE, sobre o tema "Segurança Pessoal";
- v) palestra ministrada pelo Assistente Militar aos servidores do Fórum Clóvis Beviláqua, sobre o tema "Segurança Pessoal";
- w) treinamento para utilização dos detectores de metais em 26 (vinte e seis) municípios, realizado por duas equipes de policiais militares pertencentes a estrutura de segurança do TJCE.

#### 2.1 Operações executadas pelo Setor de Recolhimento de Armas

O Sistema de Cadastramento, Acompanhamento e Destruição de Armas – CADARMS, já em fase de teste, fará com que o Poder Judiciário do Ceará tenha a real informação sobre todas as armas existentes nos Fóruns em todo o Estado do Ceará, facilitando

o acompanhamento e destruição das mesmas, evitando que os Fóruns sejam alvos de arrombamentos que visem à subtração de armas.

Vale destacar, por oportuno, a determinação da Presidência do TJCE, acompanhada pela Corregedoria da Justiça e reforçada pela Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, em destruir todas as armas de processos anteriores ao ano de 2008, ação que contribuiu sensivelmente ao desafogamento da Casa de Armas, a qual já teria sido isolada devido ao grande número de armas que ali se encontravam armazenadas. Contudo, ressalta-se a necessidade de medidas que facilitem a destruição de armas com pelo menos 3 (três) anos de guarda.

A Assistência Militar, cumprindo determinação da Presidência do TJCE e orientação da Corregedoria da Justiça, bem assim em atendimento à Resolução nº 134/2011 do CNJ, à Portaria nº 199/2012 do TJCE e aos Ofícios-Circulares nº 019/2011-CSP e nº 99/2013 da Corregedoria da Justiça, recolheu e destruiu 18.320 (dezoito mil, trezentos e vinte) armas, além de 5.200 (cinco mil e duzentas) armas que foram catalogadas para recolhimento e destruição no final do mês de dezembro/2013, totalizando, assim, 23.520 (vinte e três mil, quinhentas e vinte) armas retiradas de 157 (cento e cinquenta e sete) Fóruns das Comarcas do Interior do Estado do Ceará e da Comarca de Fortaleza ao longo do ano de 2013. Tal montante, além de ultrapassar a meta inicial prevista pelo setor para o ano de 2012, que era de 20.000 armas, representa mais que o dobro do quantitativo de armas recolhidas e destruídas no ano de 2012 (10.564 armas), resultado que corrobora com o sucesso no planejamento e na execução das ações da Assistência Militar desta Corte, a qual foi a quem mais destruiu armas no Estado do Ceará.

Vale ressaltar que além das armas foram destruídas 14.738 (catorze mil setecentos e trinta e oito) cartuchos de calibres diversos não deflagrados, 15.529 (quinze mil quinhentos e vinte e nove) estojos de munição deflagrados, 200 (duzentos) kg de chumbo, 166 (cento e sessenta e seis) kg de pólvora, 15 (quinze) bananas de dinamite e ainda estão prontos para destruição mais 2.000 (dois mil) cartuchos de calibres diversos e vários quilogramas de pólvora.

Segue abaixo os quantitativos de armas recolhidas e destruídas pela Assistência Militar junto ao Exército Brasileiro no ano de 2013, em conformidade com o Art. 25 da Lei n.º 10.826, de 22/12/2003, e Resolução n.º 134/CNJ, de 20/06/2011:

Tabela 1 – Distribuição das Armas destruídas no ano de 2013:

DATA	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
19/02/13	1210	2152	3362
12/03/13	189	2911	3100
25/06/13	294	2835	3129
30/07/13	912	501	1413
22/10/13	738	2177	2915
29/10/13	42	4359	4401
TOTAL	3385	14935	18320

Fonte: Capitão PM Sabóia, Responsável pelo Recolhimento das Armas.

Tabela 2 – Distribuição das Armas destruídas no período de 2004 à 2013:

PERÍODO	ARMAS DE	ARMAS DESTRUÍDAS			
PERIODO	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL		
ANO 2004	8	0	8		
ANO 2005	23	0	23		
ANO 2006	47	0	47		
ANO 2007	703	0	703		
ANO 2008	1.185	0	1.185		
ANO 2009	320	0	320		
ANO 2010	0	0	0		
ANO 2011	3.042	6.549	9.591		
ANO 2012	1.607	8.957	10.564		
ANO 2013	5.080	18.440	23.520		
TOTAL	12.015	33.946	45.961		

Fonte: Capitão PM Sabóia, Responsável pelo Recolhimento das Armas.

Tabela 3 – Previsão de Destruição de Armas para o mês de Dezembro de 2013:

DATA	CAPITAL	INTERIOR	TOTAL
DEZEMBRO/2013	1695	3505	5200

Fonte: Capitão PM Sabóia, Responsável pelo Recolhimento das Armas.

# 2.2 Atividades Operacionais desenvolvidas pelo Grupo de Segurança do Fórum Clóvis Beviláqua.

Seguindo as diretrizes da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua e as orientações da Assistência Militar do TJCE, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) acompanhamento de cumprimento de mandados: foram efetivadas 215 (duzentas e quinze) ações de auxílio aos oficiais de justiça, por determinação judicial, no cumprimento de mandado, utilizando sempre dois (02) policiais do efetivo do Grupo de Segurança do Fórum Clóvis Beviláqua;
- b) condução de presos ou menores/adolescentes: foram executadas 98 (noventa e oito) determinações para condução às Delegacias e aos Centros Educacionais para menores e Projeto Justiça Já, sendo 31 (trinta e uma) prisões e 67 (sessenta e sete) apreensões;
- c) apoio ao plantão judicial e urgência (cumprimento de mandados): foram realizados 28 (vinte e oito) acompanhamentos aos Oficiais de Justiça, sendo 04 (quatro) no Plantão Judiciário, em saídas durante os finais de semana e feriados, e 24 (vinte e quatro) em caráter de Urgência, para o cumprimento de Mandados Judiciais;
- d) atendimento de ocorrências: foram atendidas 24 (vinte e quatro) diferentes tipos de ocorrências, tanto interna como externamente, para garantir a tranquilidade na execução do mister do Poder Judiciário, bem como cumprir o ditame constitucional de preservação da ordem pública;
- e) acompanhamento de audiências das varas do júri e dos plantões: foi realizada segurança em 188 (cento e oitenta e oito) sessões de julgamentos e audiências, onde foram empregados de 01 (um) ou 02 (dois) policiais em cada, dependendo da solicitação do Magistrado e/ou da quantidade de réus.

### 2.3 Ações desenvolvidas com o apoio da 8ª Seção de Bombeiros.

Seguindo as diretrizes da Presidência do Tribunal de Justiça e o cronograma de atividades estabelecido pela Assistência Militar para o ano de 2013, a 8ª Seção de Bombeiros, unidade avançada do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará no âmbito do Poder Judiciário, é responsável pelas atividades de prevenção e combate ao princípio de incêndio, atendimento pré-hospitalar e ações de salvamento no âmbito das Unidades do Poder Judiciário Estadual, visando a integridade física dos Desembargadores, Magistrados, Serventuários, colaboradores e usuários deste Poder.

Durante o transcurso do ano sucederam-se as seguintes atividades:

a) poda de árvores em situação de iminente risco na sede do Palácio da Justiça,
 no Fórum Clóvis Beviláqua, nas Unidades de Juizado Especial, no CDI, no

- Fórum das Turmas Recursais e na Creche Escola Felisbela Benvindo Guimarães;
- b) atuação preventiva de combate a incêndio e primeiros socorros nas Missas de Ação de Graças, Solenidades de Posse dos novos Desembargadores, nos Órgãos Especiais, Câmaras Cíveis e Criminais, Conselho da Magistratura, e nos eventos: Júris (Fórum Clóvis Beviláqua), Semana da Conciliação (Fórum Clóvis Beviláqua e Unidades dos Juizados Cíveis e Criminais) e nas Palestras e Seminários ocorridas na ESMEC;
- c) atendimento Pré-Hospitalar, com verificação de Pressão Arterial no Palácio da Justiça e no Fórum Clóvis Beviláqua;
- d) realização, no auditório da Corregedoria, da solenidade do 5° aniversário da 8ª SB/1° GB, onde foram homenageadas, com condecorações várias, autoridades civis e militares;
- e) elaboração, pela equipe de vistoria e prevenção de incêndio da 8ª SB/1º GB, das ROTAS DE FUGA do pavimento três (terceiro piso) do Tribunal de Justiça do Ceará, visando um bom deslocamento dos Magistrados e funcionários em caso de evacuação do prédio;
- f) realização, também pela equipe de vistoria da 8ª SB/1º GB, de vistorias no Parque Gráfico do TJCE e no Fórum Clóvis Beviláqua, visando identificar e corrigir possíveis alterações nas respectivas instalações, para que, de maneira preventiva, fossem eliminados possíveis riscos existentes e evitados danos às pessoas e ou ao patrimônio;
- g) implantação do Curso de Brigada de Incêndio do Poder Judiciário no Tribunal de Justiça, no Fórum Clóvis Beviláqua, nas Comarcas de Maracanaú, Caucaia Sobral e Tianguá;
- h) entrega da Rota de Fuga do 3º Andar do prédio do TJCE, nos Gabinetes do Desembargadores;
- i) retirada de uma colméia de abelhas na área externa do prédio do TJCE;
- j) realização de reuniões periódicas de manutenção das Brigadas de Incêndio do TJCE, do Fórum Clóvis Beviláqua e da Comarca de Maracanaú;

#### 3 RESULTADOS

Adotou-se como meta, a busca constante na melhoria da capacidade de resposta frente ao cumprimento das atribuições pertinentes às atividades da Assistência Militar, mesmo diante das situações mais adversas possíveis. Salienta-se, por oportuno, que tais adversidades somente foram superadas devido o engajamento, a qualificação e a boa vontade dos militares que integram esta Unidade de assessoramento, quando da realização das ações.

O que realizado no campo administrativo e operacional pode parecer pouco ante a grandeza do Poder Judiciário do Estado do Ceará, contudo, tem-se a plena convicção de que foram envidados todos os esforços para que restassem superadas as carências e as situações imprevisíveis que notadamente permeiam a atividade de segurança pública, em todos os níveis, e ampliam o grau de dificuldade no cumprimento da missão do setor, a qual foi e sempre será cumprida, procurando-se, ainda, atender aos anseios dos magistrados e servidores que fazem a Justiça deste Estado.

Com a certeza de que ainda se tem muito a avançar, a Assistência Militar pretende, nos próximos meses, implantar novas medidas que contribuam para o fortalecimento e a ampliação das ações até aqui efetivadas.



### 1 DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS

A Auditoria Administrativa de Controle Interno é um órgão técnico de controle e de assessoramento vinculado à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com atuação plena junto aos seus órgãos e entidades administrativas que percebam ou arrecadem recursos em nome do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

A necessidade da implantação de um Sistema de Controle Interno para o Poder Público está definida nos artigos 70 e 74 da Carta Magna de 1988, nos artigos 68 e 190-A da Constituição do Estado do Ceará e no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000, denominada "Lei de Responsabilidade Fiscal".

As atribuições e competências da Auditoria Administrativa de Controle Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por seu turno, estão previstas no artigo 9° da Lei Estadual nº 12.483 de 03 de agosto de 1995 - alterada pela Lei Estadual nº. 13.956 de 13 de agosto de 2007 - e em consonância com o artigo 190-A da Constituição do Estado do Ceará que registra que a "Auditoria Administrativa de Controle Interno tem por finalidade comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional no âmbito das unidades administrativas do Poder Judiciário", competindo-lhe:

- a) exercer a coordenação geral, a orientação normativa, a supervisão técnica e a realização de atividades inerentes ao controle interno;
- avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos planos, programas e orçamento do Poder Judiciário do Estado do Ceará;
- c) realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional nas unidades administrativas;
- d) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Tribunal de Justiça, mediante convênios, ajustes, acordos ou outro instrumento congênere;
- emitir certificado de auditoria atestando a regularidade ou a irregularidade das prestações e tomadas de contas dos responsáveis pela guarda e aplicação de valores e bens públicos administrados pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará;
- f) submeter à aprovação do Presidente do Tribunal de Justiça o plano anual de auditoria;
- g) submeter à ciência do Presidente do Tribunal de Justiça os resultados de

- auditorias e inspeções realizadas no âmbito das unidades administrativas judiciárias, inclusive para o fim disposto no inciso deste artigo;
- h) avaliar normas e procedimentos administrativos, recomendando os pontos de controle necessários à segurança dos sistemas estabelecidos;
- avaliar o nível de execução de metas, o alcance de objetivos e a adequação das ações dos gestores diretamente responsáveis;
- j) auxiliar os gestores na gerência e nos resultados de suas ações, por meio de recomendações que visem a aprimorar procedimentos e controles;
- k) orientar as unidades na prática de atos administrativos, garantindo a conformidade com a legislação específica e normas correlatas;
- apoiar o controle externo do Estado e da União, zelando pelo saneamento dos processos que devam ser submetidos ao seu exame, acompanhando o cumprimento de suas determinações e recomendações;
- m) dar ciência ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará dos casos que configurem improbidade administrativa, praticados por responsáveis pela guarda e aplicação de recursos públicos administrados pelo Poder Judiciário Estadual, sob pena de responsabilidade solidária;
- n) verificar a conformidade da execução orçamentária com as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;
- prestar assessoramento direto e imediato ao Presidente do Tribunal de Justiça, nos assuntos relativos ao controle interno, especialmente no que diz respeito aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- p) propor normas e procedimentos de auditoria e fiscalização de gestão da administração judiciária;
- q) executar outras atividades que lhe forem correlatas, ou conferidas legalmente,
   no âmbito de sua competência."

O Conselho Nacional de Justiça, por meio das Resoluções nº 86, de 08 de setembro de 2009 e nº 171 de 1º de março de 2013, também dispõe sobre a organização e funcionamento de unidades ou núcleos de controle interno nos Tribunais, disciplinando as diretrizes, os princípios, os conceitos e as normas técnicas necessárias à sua integração.

Assim, a AUDIN, seguindo os pressupostos instituídos, tem ainda por finalidade desenvolver ações de assessoramento no sentido de que os procedimentos e os atos praticados por gestores e demais colaboradores do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará observem

sempre os princípios que regem a Administração Pública, previstos no artigo 37 da Carta Magna.

À AUDIN, como órgão integrante do sistema de controle interno, são impostas diversas atribuições de caráter operacional, administrativo, de gestão, de apoio, de orientação e de assessoramento, entre as quais se podem enfatizar:

- a) monitorar o cumprimento das recomendações e determinações feitas nos relatórios das auditorias realizadas, orientando os gestores em caso de dificuldades;
- avaliar nos trabalhos de auditoria realizados, os controles internos e os fluxos dos processos, com vistas à prevenção de erros, omissões, simulações e fraudes, sugerindo pontos de controle para mitigar essas fragilidades;
- c) contribuir para a melhoria contínua dos processos e procedimentos, sugerindo ações para torná-los eficazes e seguros;
- d) promover a padronização e otimização das rotinas e atividades de auditoria.

As premissas, competências e diretrizes aqui apresentadas se constituem o escopo deste Relatório, no qual se consolidam informações sobre as atividades realizadas pela AUDIN relativamente ao exercício de 2013, refletindo o empenho da equipe no cumprimento de sua missão institucional e visão de futuro, a seguir expostas:

- Missão: contribuir para a garantia da excelência nas atividades administrativas do Poder Judiciário do Estado do Ceará, atuando para o fortalecimento dos controle internos.
- Visão de Futuro: ser reconhecida como referência em termos de controle interno no âmbito do Poder Judiciário.

### 2 AÇÕES E PROJETOS

#### 2.1 Plano Anual de Auditoria

As atividades de auditoria têm como suporte os Planos Anuais das Atividades de Auditoria, aprovados Presidência do TJCE, os quais são balizadores das ações de controle ao longo dos períodos considerados, destacando-se que são passíveis de alterações para se adequarem a novos cenários e atenderem às demandas extraordinárias de órgãos internos e externos.

As atividades de auditoria realizadas no exercício de 2013 estão especificadas a seguir, destacadas por tipo a que se referem:

Tabela 1 – Atividades da Auditoria em 2013

#### **ATIVIDADES**

#### 1. Atividades de Gestão, Acompanhamento e Assessoramento

Elaboração do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna

Elaboração do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna para o ano de 2014

Elaboração do Plano de Longo Prazo de Auditoria Interna (PALP)

Análise e certificação das Prestações de Contas de 2012 do TJCE

Análise e certificação das Prestações de Contas de 2012 do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (FERMOJU)

Análise e certificação das Prestações de Contas de 2012 do Fundo Especial Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG)

Análises e certificação dos Relatórios Quadrimestrais da Gestão Fiscal - 2012

Acompanhamento da Execução Orçamentária de 2013

Monitoramento das recomendações formuladas em relatórios de auditoria

Análise e emissão de parecer sobre atos e processos administrativos

Participação nas reuniões do Comitê Executivo - COEX

Participação na Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico – CPEEOPE

Análise de cálculos pertinentes a verbas trabalhistas indenizatórias – Resolução Nº 98 do CNJ

Monitoramento do Portal da Transparência e do Portal de Acesso à Informação

Apoio aos órgãos de controle externo

Participação na atividade de avaliação dos Contadores do Sistema de Distribuição, realizado pela SETIN

#### 2. Auditorias de Processos Operacionais ou de Regularidade

Exames, por amostragem, de Prestações de Contas de Suprimentos de Fundos

Continua

#### Continuação

#### ATIVIDADES

#### 2. Auditorias de Processos Operacionais ou de Regularidade

FERMOJU - PIMPJ Fonte 15

Folha de Pagamento – Levantamento de Dados

Folha de Pagamento - Despesa de Pessoal

Despesas de Exercícios Anteriores

FERMOJU - Recursos Diretamente Arrecadados

Equipamentos e Material Permanente

Execução Orçamentária

Acompanhamento da Gestão Fiscal (três rório quadrimestrais)

Prestação de Contas Anual - TESOURO, FERMOJU e FUNSEG

#### 3. Auditorias de Contratos

Contrato Nº 44/2010 - Consórcio Justo (Empresas: JFJ Tecnologia e Targa Tecnologia)

Contrato Nº 51/2012 - Lotil Construções e Incorporações Ltda

Contrato Nº 26/2011 – Softplan – Planejamento e Sistemas Ltda

Contrato Nº 39/2011 - Banco do Nordeste do brasil S.A.

ARP Nº 45/2 012 – Braxis Outsourcing S.A.

#### 4. Auditorias Especiais

Segurança da Informação

Construtora Nocal (Contrato Nº 34/2009)

Avaliação de Controle Interno - Ação coordenada com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Obras Públicas – Ação coordenada com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ (Contrato Nº 51/2012 - Lotil Engenharia Ltda e Contrato Nº 57/2012 – Construtora Tecnos Nordeste Ltda).

Contratos de Tecnologia da Informação - Ação coordenada com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

#### 5. Auditorias Preventivas

Realização de atividades de auditoria de cunho preventivo, buscando-se, em parceria concomitante com os demais órgãos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará aprimorar os processos e procedimentos no seu nascedouro, de sorte a se evitar ou minimizar distorções operacionais posteriores, entre as quais se destacam os processos licitatórios, envolvendo os seguintes processos: Pregão Eletrônico 57/2012, Pregão Eletrônico 59/2012, Pregão Eletrônico 63/2012, Pregão Eletrônico 67/2012, Pregão Eletrônico 71/2012 e Tomada de Preços 07/2012.

#### 06. Atividades de Monitoramento

Realização de atividades de acompanhamento das recomendações insertas nos relatórios de auditoria, quanto a sua efetiva e tempestiva implantação por parte dos gestores das áreas objeto dos trabalhos de auditoria.

Fonte: Auditoria – TJCE

Destaca-se, por oportuno, a adesão dos gestores no sentido de se reportarem às recomendações inseridas nos relatórios de auditoria, o que colaborou para o êxito no propósito de conscientizá-los quanto à necessidade de adoção de controles eficazes em suas áreas de atuação, ocasionando, assim, melhoria dos processos e procedimentos operacionais, administrativos e de gestão, possibilitando, ainda, minimizar riscos na execução das atividades da administração pública.

É importante registrar, também, que, com relação às auditorias realizadas em contratos no ano de 2013, foram analisados 07 (sete) aditivos pactuados com os contratantes (posição em outubro/2013).

#### 2.2 Apoio ao controle externo

Esta Unidade de Controle Interno prestou apoio e assessoramento aos trabalhos de inspeção e às visitas realizadas pelos órgãos de controle externo no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, cumprindo atribuições e competência normativas.

#### 2.3 Seminário interno de auditoria

Objetivando-se nivelar e integrar a equipe da AUDIN sobre os procedimentos de auditoria, é realizado anualmente o Seminário Interno de Auditoria, contanto com a participação de todos os servidores da unidade, onde são discutidas ações e procedimentos de interesse do grupo a serem implementados ou aprimorados.

A participação efetiva da equipe no Seminário é fator decisivo para o sucesso do fórum, onde são apresentados e discutidos temas impactantes para as atividades de controle interno, tais como planejamento, procedimentos e novas tendências de auditoria.

#### 2.4 Atividades de assessoramento e orientação

Para a consecução da missão da Unidade de Auditoria, indispensáveis se tornam ações de assessoramento e de orientação aos demais órgãos do Poder Judiciário, desde que dentro dos limites de sua área de atuação e de competências.

Nesse sentido, foram executadas as seguintes e principais atividades:

- a) participação nas reuniões do Comitê Executivo COEX;
- b) participação de um servidor na Comissão Participativa de Elaboração e
   Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico CPEEOPE;
- c) elaboração de pareceres sobre atendimentos e orientações às consultas formuladas pelas áreas administrativas;
- d) transmissão de orientações e monitoramento dos prazos para cumprimento de recomendações;
- e) apoio aos órgãos de controle externo.

#### 2.5 Capacitação

Para o exercício eficaz de suas atividades profissionais, o cumprimento de sua missão institucional e apoio aos órgãos de controles externos, a equipe da AUDIN necessita de treinamento contínuo e de capacitação multidisciplinar.

Afora o seminário de auditoria e os intercâmbios de informações, que já se constituem oportunidades de agregação de conhecimentos sobre controles, os integrantes da equipe da Auditoria tiveram também as seguintes e principais oportunidades de treinamento:

Tabela 2 – Treinamentos Realizados em 2013

Título da Tabela						
Capacitação	Realização	Horas/Aula	Participantes			
Avaliação de Controles Internos	CNJ/TCU	24	1			
Auditoria Governamental (a Distância)	CNJ/TCU	80	3			
Análise de Balanços do Setor Público de Acordo com a Nova Estrutura Contábil (a Distância)	TCE/CE	16	3			

Fonte: Auditoria - TJCE

#### 2.6 Sistema de Auditoria e Controle Interno - SISAUD (projeto PJSETIN2013047)

As atividades de auditoria compreendem o planejamento, a execução, a supervisão e a emissão de relatórios, além do acompanhamento das recomendações efetivadas nas auditorias realizadas.

Para tanto, faz-se necessário dotar a Unidade de Controle Interno com uma solução de tecnologia que automatize tais atividades de avaliação e controle do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tornando-as mais céleres e eficientes.

Diante dessa necessidade, a AUDIN, em parceria com a Secretaria de Tecnologia do TJCE, está participando do processo de definição dos requisitos do Sistema de Auditoria, cuja solução irá proporcionar: automatização e integração dos procedimentos e sistemas; racionalização, padronização e otimização das rotinas de trabalho; garantia da infraestrutura adequada para a excelência na gestão; economicidade e eficiência na utilização dos recursos e maior transparência e intercâmbio de conhecimento entre os membros da equipe.

#### 2.7 Plano anual e de longo prazo de atividades de auditorias

Ao final de cada exercício é elaborado por esta unidade de auditoria o Plano Anual de Auditoria (PAA), contendo princípios norteadores fundamentados nas determinações legais, nos objetivos e nas metas do Poder Judiciário, bem assim nos riscos dos recursos públicos aplicados. A construção do referido planejamento envolve, ainda, a materialidade, a criticidade, a complexidade e a relevância das atividades previstas.

A partir de 2013, por exigência da Resolução nº 171 de 1º de março de 2013 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, a AUDIN elaborou o primeiro Plano de Auditoria de Longo Prazo, compreendendo as atividades dos próximos quatro anos.

Considera-se que o apoio recebido das áreas administrativas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e, sobremodo, do esforço e união da equipe da AUDIN possibilitaram a obtenção de êxito em relação às expectativas para as atividades alusivas ao exercício de 2013.

#### 3 RESULTADOS

Além dos projetos já citados, algumas ações de cunho estruturante foram realizadas do exercício de 2013, ensejando dotar a AUDIN das condições necessárias ao regular desempenho de suas atribuições e competências, como as exemplificadas abaixo.

#### 3.1 Meta 16 do Conselho Nacional de Justiça

O Conselho Nacional de Justiça estabeleceu como meta o fortalecimento da estrutura de controle interno dos Tribunais de Justiça, visando ao combate aos desperdícios de dinheiro público e ao estabelecimento de ações preventivas a eventuais atos de improbidade que possam vir a ser cometidos no âmbito do Poder Judiciário.

Ao longo de 2013, a Unidade Administrativa de Controle Interno do TJCE envidou esforços em prol do cumprimento da meta estabelecida pelo CNJ, alcançando, até novembro do corrente ano, 88,2% de cumprimento.

#### 3.2 Seleção interna

Em prol da garantia de cumprimento da sua missão, estabelecida nas atribuições legais, nos objetivos estratégicos do Poder Judiciário e nas diretrizes do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, a AUDIN encaminhou à Presidência do TJCE, em março de 2013, solicitação de seleção interna para reposição do quadro técnico do setor, totalizando 06 vagas para servidores efetivos, dentre os quais 01 com conhecimento na área de Tecnologia da Informação e 01 da área de Engenharia.

O resultado final do processo seletivo foi divulgado pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará no Diário da Justiça de 25 de junho de 2013.

#### 3.3 Manual de Procedimentos de Auditoria

O Manual de Procedimentos de Auditoria, editado em janeiro de 2013 e em fase de atualização, objetiva a definição de procedimentos e padrões de auditoria, a uniformização de papéis de trabalho e o fornecimento de orientações e diretrizes gerais para o planejamento, para a execução e para o monitoramento dos trabalhos de auditoria, possibilitando, assim, o cumprimento das atividades sob as normas técnicas de auditoria e em observância aos princípios da eficiência, da eficácia e da efetividade.

Com a disponibilização desta ferramenta técnica, necessária a um maior controle e confiabilidade no planejamento e na execução das atividades fiscalizatórias, pretende-se contribuir para dar maior qualidade aos trabalhos de auditoria, de sorte a favorecer o fortalecimento dos controles internos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

#### 3.4 Considerações finais

As ações desenvolvidas no período considerado refletem a evolução do processo de consolidação do sistema de controles internos do Poder Judiciário, a despeito dos grandes desafios ainda existentes em torno da criação e manutenção das condições básicas para um eficaz gerenciamento de riscos.

Enfatiza-se, por fim, a importância das ações realizadas para o fortalecimento dos laços institucionais com os demais órgãos de controle interno, objetivando, precipuamente, o aprimoramento das práticas e sistemas de controles internos.



### 1 DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS

Conforme preceitua o art. 2°, da Lei Estadual n° 14.813/2010, a Consultoria Jurídica é "órgão técnico-jurídico vinculado diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça", tendo como missão o assessoramento ao Presidente nas áreas judicial e administrativa, para a resolução de problemas jurídicos e nas relações institucionais do Poder, devendo ainda velar pela uniformidade possível dos pareceres e soluções encaminhados à Presidência, bem como responder às consultas oriundas da Presidência e da Secretaria Geral, e, quando autorizadas, de outros setores da Administração do Tribunal.

À Consultoria Jurídica, aqui incluindo o Departamento de Execução e Controle Processual e a Divisão de Distribuição e Controle de Feitos, compete, de maneira conjunta e sistematizada:

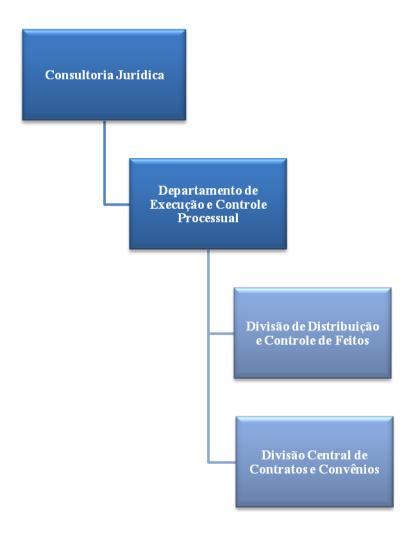
- a) desenvolver as atividades de organização, direção e o controle dos processos encaminhados à Consultoria Jurídica;
- b) a administração dos recursos humanos lotados na Consultoria Jurídica;
- c) o gerenciamento do pessoal terceirizado e dos estagiários;
- d) o desenvolvimento das funções administrativas relativas à elaboração de relatórios, ofícios e outras atividades correlatas;
- e) o controle de todos os processos encaminhados à Consultoria Jurídica, preparando-os e distribuindo-os aos Assessores.

A Divisão Central de Contratos e Convênios, unidade criada pela supracita Lei, tem como finalidade estabelecer uma relação mais ágil às partes envolvidas nos contratos e convênios firmados pelo Tribunal de Justiça, bem como promover um elo mais firme entre a Consultoria Jurídica e a Comissão Permanente de Licitação desta Corte Judicial, competindolhe:

- a) estabelecer, em consonância com as diretrizes fixadas pela Administração
   Superior, as condições contratuais prévias, de interesse do Tribunal de Justiça,
   a serem incluídas e observadas nos processos licitatórios;
- preparar e encaminhar, em tempo hábil, à Comissão de Licitação do Tribunal de Justiça as minutas de contrato a serem firmados de acordo com o art. 40 de Lei 8.666/93;
- elaborar as versões finais dos contratos ou convênios a serem firmados pela
   Administração Superior do Tribunal de Justiça;

- d) acompanhar, em conjunto com as unidades executoras, o cumprimento da execução e a observância das obrigações previstas nas cláusulas e condições de todos os contratos ou convênios celebrados, para efeito de enquadramento das solicitações de pagamento e emissão das notas de empenho pertinentes;
- e) emitir, mensalmente, e quando solicitado, relatórios sobre o acompanhamento dos contratos e convênios celebrados, devidamente analisados, com apreciação conclusiva sobre desvios ou irregularidades, se for o caso;
- f) providenciar a publicação no Diário de Justiça, observados os prazos legais, dos extratos dos contratos e convênios celebrados, e respectivos aditivos, alimentar o sistema de controle de contratos e convênios do Tribunal de Contas do Estado do Ceará com informações ao Tribunal de Justiça;
- g) registrar e controlar a vigência de convênios, contratos por meio do sistema de contrato de controle de contratos e convênios do Tribunal de Justiça.

### 2 ORGANOGRAMA



### 3 AÇÕES E PROJETOS

A Consultoria Jurídica, órgão técnico-jurídico de assessoramento da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tem como atividade meio, a análise dos processos judiciais e administrativos, bem como a execução dos contratos e convênios firmados pelo TJ-CE.

Nesta senda, a CONJUR, no decorrer de 2013, promoveu o exame minucioso de alguns projetos de relevante interesse desta Corte Judicial, da mesma forma que contribuiu com análise de processos judiciais de grande impacto à sociedade cearense.

No tocante aos processos administrativos, foram encaminhadas ao crivo desta Consultoria as mais diversificadas matérias relativas aos servidores do Poder Judiciário, além de outras medidas de interesse do Tribunal de Justiça, destacando-se as seguintes ações:

- a) elaboração da Resolução de Especialização das Varas da Comarca do Crato-CE;
- b) análise da Minuta da Resolução do Coral do TJ-CE;
- c) parecer conclusivo em Consulta sobre a Gratificação de Atividade Técnico
   Relevante para Grupo de Trabalhos do TJ-CE;
- d) elaboração da Resolução de acesso aos equipamentos públicos pelos usuários do Poder Judiciário;
- e) participação na reestruturação do Projeto de Lei da Isonomia;
- f) participação na reestruturação da Lei Estadual 14.415/2009 (Lei do PIMPJ).

Em relação aos projetos de contratação pública para aquisição de bens, obras e serviços, e convênios desta Egrégia Corte, a CONJUR foi responsável pela elaboração de uma série de pareceres referentes às minutas de editais, contratos, convênios e aditivos, destacando-se:

- a) reestruturação do Convênio de Cessão de Servidores dos Municípios ao TJ-CE;
- aprovação da minuta padrão do Termo de Cooperação Técnica que seria apresentada aos órgãos da Administração Pública interessados em firmar parceria para agilizar a comunicação com esta Corte, por meio da concessão do uso do sistema "Malote Digital" para troca eletrônica de correspondências oficiais;
- c) aprovação dos Convênios com diversas entidades, dentre elas, o Movimento
   Emaús Amor e Justiça, Fundação Franklin Roosevelt e Centro Educacional

- da Juventude Padre João Piamarta, para doação de bens e materiais inservíveis ao TJCE;
- d) análise e aprovação do Edital de Credenciamento para professores da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará;
- e) análise e aprovação de diversos cursos de treinamento para a capacitação de servidores do TJCE;
- f) análise e aprovação da contratação, por dispensa de licitação de Agente de Integração de Estágio, adequando à Resolução nº 08/2013 do Órgão Especial;
- g) análise e aprovação da contratação, por dispensa de licitação, da Fundação
   Demócrito Rocha para executar o Projeto de Cidadania Judiciária;
- h) adequação dos novos contratos que contenham mão de obra residente à Resolução nº 169/2013 do Conselho Nacional de Justiça;
- reformulação das exigências quanto à garantia contratual, que passam a conter cobertura de multas e obrigações trabalhistas e previdenciárias, sendo vedada cláusulas que prevejam a sub-rogação dos serviços.

No âmbito dos processos judiciais, foram analisados pela Consultoria Jurídica 203 pedidos de suspensão de antecipação de tutela ou liminares proferidas em desfavor do Poder Público, em sintonia com o entendimento do Exmo. Sr. Presidente, com especial destaque para os seguintes processos de pedido de suspensão de liminar:

- a) Município de Fortaleza x Faroeste Serviço em Eventos e Entretenimento Ltda.-ME (processo nº 0027574-05.2013.8.06.0000);
- b) Estado do Ceará x Cajuína São Geraldo Ltda. (processo nº 0027557-66.2013.8.06.0000);
- c) Estado do Ceará x Mais Sabor Indústria e Comércio de Refrigerantes Ltda. (processo nº 0027161-89.2013.8.06.0000);
- d) Estado do Ceará x Ministério Público Estadual (processo nº 0131312-43.2012.8.06.0000);
- e) União Federal/Fazenda Nacional x Dominus Consultoria Empresarial (processo nº 0004626-69.2013.8.06.0000);
- f) Estado do Ceará x Mercurius Engenharia S/A-MESA, Goetze Lobarto Engenharia Ltda.-GEL e Construtora Cidade Ltda.-CIDADE (processo nº 0320324-77.2013.8.06.0000);
- g) Município de Mucambo x Vandenir de Alcântara Machado e Outros (processo nº 0031318-02.2013.8.06.0000);

- h) Estado do Ceará x Mendes Júnior Trading e Engenharia S/A (processo nº 0031124-08.2013.8.06.0000);
- Estado do Ceará x Consórcio Mobilidade Urbana Representado por Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A, Construtora Queiroz Galvão S/A e Construtora Marquise S/A (processo nº 0031005-47.2013.8.06.0000).

Da Divisão Central de Contratos e Convênios, registra-se que, ao longo de 2013, a unidade vem realizando atividades importantes e prestando papel preponderante na célere elaboração das minutas e firmamento dos contratos e convênios, destacando-se:

- feitura das minutas relativas ao Convênio de Cessão de Servidores dos Municípios do Ceará e envio às comarcas via malote digital ou correio eletrônico, em decorrência da emissão do Ofício Circular nº 02, da Consultoria Jurídica da Presidência;
- apostilamento de todos os Contratos vigentes no TJ-CE com a dotação orçamentária para o respectivo exercício;
- c) cadastramento dos apostilamentos no Sistema de Gerenciamento Financeiro-SGF.

#### 4 RESULTADOS

Adiante, seguem os resultados da Consultoria Jurídica obtidos no ano de 2013, divididos de acordo com as áreas de atuação, iniciando-se com os processos judiciais examinados:

Tabela 1 – Processos Judiciais no Ano de 2013

PROCESSOS JUDICIAIS - ANO 2013						
	Acervo	Entrada 2013	Saída 2013	Saldo		
Suspensão de Liminar ou Ant. de Tutela	52	187	210	29		
Agravo Regimental	53	102	63	92		
Agravo	14	33	27	20		
Susp. de Execução de Sentença	8	29	33	4		
Embargos de Declaração	9	95	19	85		
Reclamação	3	8	8	3		
Agravo de Instrumento	1	12	5	8		
Mandado de Segurança	2	4	3	3		
Ação Penal	0	1	0	1		
Apelação / Reexame Necessário	1	28	11	18		
Petição	0	3	2	1		
Apelação	1	115	6	110		
Recurso Administrativo	0	2	2	0		
Restauração de autos	0	2	2	0		
Avocatória de autos	0	3	3	0		
Ação Rescisória	0	1	1	0		
Revisão Criminal	0	19	16	3		
Total	144	644	411	377		

Fonte: Consultoria Jurídica/TJCE

Em continuidade, segue detalhamento das atividades realizadas no âmbito da Divisão Central de Contratos e Convênios:

Tabela 2 – Contratos e Convênios Firmados

CONTRATOS E CONVÊNIOS FIRMADOS	2013
Contratos Formalizados	41
Aditivos de Prorrogação de Contratos (sem ajustes)	29
Aditivos de Prorrogação de Contratos (com ajustes)	8
Aditivos de Prorrogação de Contratos (com supressões)	4
Aditivos de Prorrogação de Contratos (com redução de valor)	1
Aditivos de Acréscimos	5
Aditivos de Alteração de Cláusulas	6
Aditivos de Realinhamento	3
Atas de Registros de Preço	45
Convênios	154
Aditivos de Convênios	9
Termos de Concessão de Uso	4
Total	312

Fonte: Consultoria Jurídica/TJCE

Por fim, seguem quadros sintéticos e analíticos dos processos administrativos tramitados na Consultoria Jurídica:

Tabela 3 – Processos Administrativos Tramitados na Consultoria Jurídica – Ano 2013

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS TRAMITADOS NA CONSULTORIA JURÍDICA – ANO 2013							
UNIDADE	ENTRADA	SAÍDA	ARQUIVADO	SALDO	TRAMITADO		
Consultoria Jurídica	798	1079	28	142	1249		
Depto. de Execução e Controle Patrimonial	3	1	0	2	3		
Depto. de Execução e Controle Processual	1211	1226	14	76	1316		
Divisão de Distribuição e Controle de Feitos	160	123	1	36	160		
TOTAL	2172	2429	43	256	2728		

Fonte: Consultoria Jurídica/TJCE

<u>Tabela 4 – Processos Administrativos Físicos e Digitais – 1ª Parte</u>

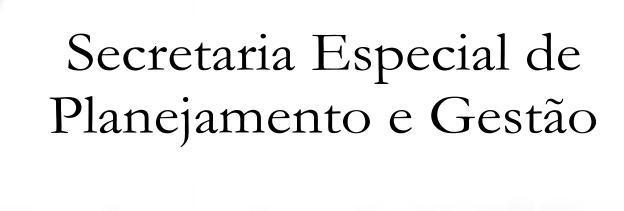
	Tabela 4 – Processos Administrativos Físicos e Digitais – 1ª Parte  PROCESSOS ADMINISTRATIVOS FÍSICOS E DIGITAIS								
MÊS/ANO	INDICADOR	CONSU	LTORIA JU	RÍDICA	DEPARTAMENTO DE EXECUÇÃO E CONTROLE PATRIMONIAL				
		DIGITAL	FÍSICO	TOTAL	DIGITAL / TOTAL				
	Entrada	154	1	155	-				
ion/2012	Saída	156	6	162	-				
jan/2013	Arquivado	-	-	-	-				
	Saldo	167	56	223	-				
	Entrada	122	2	124	1				
for/2012	Saída	88	7	95	-				
fev/2013	Arquivado	-	-	-	-				
	Saldo	202	51	253	1				
	Entrada	52	-	52	1				
mar/2013	Saída	118	1	119	1				
IIIaI/2013	Arquivado	2	-	2	-				
	Saldo	134	52	186	1				
	Entrada	50	4	54	-				
abr/2013	Saída	48	2	50	-				
a01/2013	Arquivado	4	1	5	-				
	Saldo	132	53	185	1				
	Entrada	50	-	50	-				
mai/2013	Saída	66	217	283	-				
	Arquivado	3	-	3	-				
	Saldo	115	50	165	1				
	Entrada	86	-	86	-				
jun/2013	Saída	94	-	94	-				
Jun/2013	Arquivado	2	-	2	-				
	Saldo	106	50	156	1				
	Entrada	79	3	82	-				
jul/2013	Saída	96	3	99	-				
Jul/2013	Arquivado	9	-	9	-				
	Saldo	79	50	129	1				
	Entrada	64	2	66	-				
ago/2013	Saída	68	3	71	-				
ag0/2013	Arquivado	4	-	4	-				
	Saldo	71	50	121	1				
	Entrada	39	1	40	-				
set/2013	Saída	31	2	33	-				
300/2013	Arquivado	1	-	1	-				
	Saldo	78	50	128	1				
	Entrada	81	8	89	1				
out/2013	Saída	64	9	73	-				
Out/2013	Arquivado	2	-	2	-				
	Saldo Iltoria Jurídica/TJC	93	49	142	2				

Fonte: Consultoria Jurídica/TJCE

Tabela 5 – Processos Administrativos Físicos e Digitais – 2ª Parte

	PROCESSOS ADMINISTRATIVOS FÍSICOS E DIGITAIS							
MÊS/ANO		DEPARTAN		EXECUÇÃO	DIVISÃO	DE DISTRII ROLE DE F	BUIÇÃO E EITOS	
		DIGITAL	FÍSICO	TOTAL	DIGITAL	FÍSICO	TOTAL	
	Entrada	240	67	307	43	-	43	
jan/2013 fev/2013	Saída	238	94	332	3	-	3	
	Arquivado	-	-	-	-	-	-	
	Saldo	45	35	80	40	-	40	
fev/2013	Entrada	74	17	91	1	-	1	
	Saída	100	24	124	41	-	41	
	Arquivado	-	-	-	-	-	-	
	Saldo	18	28	46	-	-	-	
	Entrada	86	39	125	-	-	-	
/2012	Saída	79	38	117	-	-	-	
mar/2013	Arquivado	4	-	4	-	-	-	
	Saldo	21	29	50	-	-	-	
	Entrada	49	17	66	-	-	-	
1 /2012	Saída	52	19	71	-	-	-	
abr/2013	Arquivado	-	-	-	-	-	-	
	Saldo	18	27	45	-	-	-	
	Entrada	56	17	73	16	-	16	
	Saída	51	15	66	-	-	-	
mai/2013	Arquivado	1	-	1	-	-	-	
	Saldo	22	29	51	16	-	16	
	Entrada	50	29	79	18	-	18	
/2012	Saída	55	28	83	24	-	24	
jun/2013	Arquivado	-	-	-	-	-	-	
	Saldo	18	30	48	10	-	10	
	Entrada	79	41	120	48	1	49	
: 1/2012	Saída	71	37	108	19	-	19	
jul/2013	Arquivado	6	-	6	-	-	-	
	Saldo	20	34	54	39	1	40	
	Entrada	78	39	117	28	-	28	
/2012	Saída	73	31	104	31	1	32	
ago/2013	Arquivado	1	-	1	1	-	1	
	Saldo	24	42	66	35	-	35	
	Entrada	66	52	118	5	-	5	
nat/2012	Saída	53	34	87	1	-	1	
set/2013	Arquivado	1	-	1	-	-	-	
	Saldo	36	60	96	39	-	39	
	Entrada	75	40	115	-	-	-	
0114/2012	Saída	83	51	134	3	-	3	
out/2013	Arquivado	1	-	1	-	-	-	
	Saldo	27	49	76	36	-	36	

Fonte: Consultoria Jurídica/TJCE

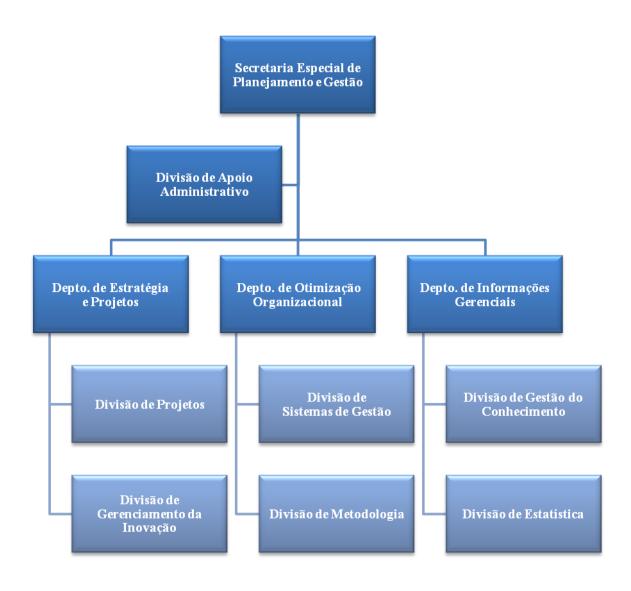


# 1 DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS

Criada pela Lei nº 14.816, de 14 de dezembro de 2010, a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão – Seplag é o órgão diretamente vinculado à Presidência que tem por objetivo maior fornecer subsídios para que as ações desenvolvidas no âmbito da gestão do Poder Judiciário do Estado do Ceará contribuam para o alcance da missão e da visão institucionais. Em decorrência desse objetivo maior, a Seplag possui os seguintes objetivos específicos:

- a) assegurar, conjuntamente com a Secretaria de Finanças, que os programas e atividades priorizados e as metas institucionais estabelecidas estejam compatíveis com o orçamento;
- acompanhar a execução orçamentária do Poder Judiciário cearense, assessorar a tomada de decisões quanto a prioridades na aplicação dos recursos disponíveis e recomendar suplementações orçamentárias, quando necessário;
- c) assessorar a direção do Tribunal de Justiça nos processos de desenvolvimento organizacional, de modo a assegurar a perspectiva sistêmica na tomada de decisões, cabendo, inclusive, a disponibilização de informações gerenciais que subsidiem a decisão;
- d) primar pela otimização organizacional através da normatização, da análise crítica de processos e métodos de trabalho, e da implantação de sistemas integrados de gestão.

## 2 ORGANOGRAMA



# 3 AÇÕES E PROJETOS

Ao longo de 2013, tomando como princípios norteadores a missão, a visão e os valores institucionais do TJCE, a Seplag capitaneou uma série de iniciativas no intuito de promover o atendimento às metas e objetivos estratégicos, bem como subsidiar a Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará na construção de um modelo de gestão moderno e eficiente.

## 3.1 Padronização organizacional

Visando à instituição de normas para elaboração, identificação e controle de documentos no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a Seplag desenvolveu o Sistema de Padronização Organizacional, cujas entregas serão realizadas em módulos, na medida em que estudos técnicos forem realizados. Já foram entregues, em 2013, dois módulos, a saber:

- a) Padronização dos Atos Administrativos;
- b) Sistema Normativo Administrativo.

Ainda no campo da padronização organizacional, a Seplag elaborou proposta de padronização contendo os parâmetros para criação, denominação e remuneração dos grupos de trabalho do TJCE, com o objetivo de disciplinar e padronizar a instituição e o funcionamento dos mesmos. Após minucioso estudo técnico, a proposta foi finalizada e encaminhada à Secretaria de Gestão de Pessoas.

## 3.2 Redesenho de processos

No intuito de otimizar processos de trabalho do TJCE, foram conduzidas as seguintes ações:

Tabela 1: Ações de Otimização de Processos

Nome do Projeto/Ação	Objetivos	Entregas	<b>Unidades Envolvidas</b>	Fase Atual
Macroprocesso de Aquisições	Proporcionar rotinas mais eficientes e eficazes pelas unidades funcionais envolvidas por meio da melhoria dos processos organizacionais	Processos redesenhados, Manuais de Aquisição de Bens de Consumo e Bens Permanentes, de Serviços de Engenharia, de Soluções de TI e de Serviços de Consultoria	Divisão de Sistemas de Gestão/ Divisão de Metodologia/ Secad/ Setin/ CPL	Concluído

Continua

Continuação

Nome do Projeto/Ação	Objetivos	Entregas	Unidades Envolvidas	Fase Atual
Suporte à Meta 17 – questão P17.6 do CNJ	Padronizar a emissão e o recebimento de Atestados de Capacidade Técnica	Modelo padrão para emissão de Atestados de Capacidade Técnica	Seplag/Setin/SGP/Secad	Concluído
Implantação do Escritório de Processos	Contratar consultoria para estruturar um modelo de Escritório Corporativo de Processos adequado ao Poder Judiciário cearense e acompanhar sua implementação na Seplag	Proposta de Estruturação do Escritório de Processos Corporativos e Proposta de implementação com acompanhamento do Escritório de Processos	Divisão de Sistemas de Gestão/Divisão de Metodologia/ Assessoria Técnica	Estudos preliminares

Fonte: Seplag-TJCE

Além dos projetos elencados, a Seplag ainda participa da condução metodológica do projeto de "Análise, Modelagem e Otimização dos Processos de Trabalho da Jurisdição Criminal do Fórum Clóvis Beviláqua (FCB)", que trata da otimização dos processos relacionados à área criminal que possuem inter-relação com outros órgãos, tais como: Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Justiça e Cidadania e OAB.

Referido projeto terá como principais entregas o termo de referência para contratação de consultoria, o acompanhamento das atividades da consultoria por parte do Departamento de Otimização Organizacional, o diagnóstico e o redesenho dos processos trabalhados. Acrescenta-se, ainda, que os trabalhos se encontram sua fase inicial, com reuniões semanais com representantes do Fórum Clóvis Beviláqua e da Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) para definição do escopo do projeto.

#### 3.3 Inovação

No que se refere ao gerenciamento da inovação, foi realizada a manutenção do Banco de Boas Práticas do Poder Judiciário do Estado do Ceará, por meio da análise e publicação periódica de boas práticas internas (originárias do Judiciário cearense) e externas (originárias de outros órgãos); e procedidas as seguintes ações: reorganização do Banco em uma nova plataforma, visando a uma melhor gestão das suas informações, e alteração do Provimento nº 12/2012, no intuito de esclarecer o conceito de boas práticas, bem como de alterar as regras da seleção das melhores práticas de gestão.

Com vistas a estimular a implementação de boas práticas, foram disseminadas práticas junto a algumas unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) e

realizada a divulgação do Prêmio Innovare 2013, bem assim a inscrição, no versado Prêmio, das práticas GAM (Gratificação por Alcance de Metas Estratégicas) e ECP (Escritório Corporativo de Projetos).

## 3.4 Execução da Estratégia do TJCE

Em respeito à execução da estratégia do Poder Judiciário do Estado do Ceará, foram realizadas as seguintes ações:

- a) instituição do Comitê Executivo (Coex), em parceria com a Secretaria de Finanças (Sefin), com os objetivos de acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico e a execução orçamentária do TJCE (Portaria nº. 289/2013);
- b) revisão do Plano Estratégico 2010-2014 para a gestão 2013-2015, incluindo a realização de reuniões de sensibilização com a Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico do TJCE (Comissão Participativa), a validação das metas institucionais pelos gestores e a revisão do portfólio de projetos para 2013 e 2014 pelas unidades;
- revisão dos indicadores setoriais para fins de percepção da GAM, no intuito de desdobrar as metas institucionais em setoriais.

Ressalte-se, de igual forma, o preenchimento e envio do "Diagnóstico de Gestão Estratégica do Poder Judiciário", realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a participação do TJCE no Subcomitê da Justiça Estadual, por meio da Seplag, para fins de elaboração do Plano Estratégico Nacional do Poder Judiciário 2015-2020, trabalho que resultou na elaboração de propostas de iniciativas, indicadores e metas com vistas ao alcance dos macrodesafios do Judiciário nacional, propostas estas elaboradas pela Comissão Participativa sob a coordenação da Seplag. Demais disso, a Seplag apoiou a Secretaria de Finanças (Sefin) na elaboração da proposta orçamentária 2014.

Outras ações relacionadas à execução da estratégia foram a realização de reuniões com os gestores para traçar planos de ação para cumprimento das metas institucionais e o acompanhamento dos projetos estratégicos.

No que se refere aos projetos, a Seplag, por meio do Escritório Corporativo de Projetos (ECP), prestou informações mensais nas Reuniões do Comitê Executivo – Coex e publicou relatórios periódicos na internet/intranet sobre os status dos projetos e contendo os gastos com iniciativas estratégicas. Cabe mencionar, ainda, o desenvolvimento do "Sistema

SGAM", em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) e com a Comissão Gestora da GAM, o qual permitirá a gestão de indicadores e metas institucionais e setoriais, bem como de projetos estratégicos.

Com o objetivo de disseminar a cultura do planejamento no TJCE foram empreendidas as seguintes ações: elaboração do Plano Estratégico da Assessoria de Precatórios, que contribuiu de forma relevante para a reestruturação daquele setor; desenvolvimento e divulgação da "Ferramenta de Elaboração e Acompanhamento de Planos de Ação"; e realização de cursos voltados a servidores e magistrados, abordando os temas Planejamento Estratégico e Administração Judiciária.

Em 2013, a Seplag focou, também, no aprimoramento da comunicação da estratégia do Poder Judiciário do Estado do Ceará. Além da manutenção do *Blog* "Plano Estratégico em Ação", com a publicação de *posts* e artigos relacionados à gestão estratégica, foram empreendidas outras ações, a saber: apoio à realização do "I Concurso Cultural sobre Gestão Estratégica", pelo Comitê Estratégico, no âmbito da semana do servidor; consolidação do "Plano de Comunicação da Estratégia do Judiciário cearense" e realização da "Pesquisa sobre a Compreensão da Estratégia", ambos em atendimento à Recomendação do CNJ para a Gestão Estratégica de 2013; e estruturação/atualização do conteúdo relacionado à estratégia no Portal da Seplag.

### 3.5 Escritório Corporativo de Projetos (ECP)

No intuito de elevar o nível de maturidade em gerenciamento de projetos do TJCE, o ECP realizou as seguintes atividades: implementação de melhorias/atualizações nas ferramentas (softwares livres) utilizadas para gerenciamento de projetos; realização de encontros para transferência de conhecimentos entre a consultoria que presta suporte técnico e a equipe do ECP; e revisão da Metodologia de Gerenciamento de Projetos.

Outro ponto focal da Seplag, por meio do ECP, foi a profissionalização dos gerentes de projetos do Poder Judiciário do Estado do Ceará. Dentre as ações realizadas, destacam-se reuniões, oficinas e cursos abordando tópicos específicos do gerenciamento de projetos, bem como o lançamento de Fórum de Discussão, com o objetivo de promover a interação e a troca de experiências entre os gerentes de projetos.

Cabe destacar, ainda, a realização de estudo para normatização da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR) a gerentes de projetos, aprovada na portaria nº. 938/2013.

## 3.6 Gestão do conhecimento organizacional

Tendo como objetivo a implantação de práticas relacionadas aos processos de identificação, armazenamento, estruturação e compartilhamento do conhecimento organizacional, foram conduzidas diversas ações ao longo de 2013, merecendo realce:

- a) elaboração de regras e realização de capacitação junto às unidades do TJCE para elaboração do Relatório Anual de gestão, em conformidade com as regras da ABNT, bem como com as diretrizes dos órgãos de controle externo e os objetivos institucionais de retenção de conhecimento;
- b) reestruturação do Portal da Transparência do TJCE, com a reorganização das páginas e menus de acesso, propiciando um melhor detalhamento das informações e a disponibilização de arquivos em formatos abertos (planilhas). Foram realizados, ainda, mapeamento de informações, prazos e periodicidades de atualização, bem como um alinhamento junto às unidades responsáveis pelos dados como forma de garantir a completude e atualização dos dados disponibilizados ao cidadão;
- c) participação da diretoria da divisão de gestão do conhecimento em Oficina de Construção de Metodologias Participativas (Técnicas Avançadas de Compartilhamento e Captação de Conhecimento Tácito), visando a futura realização de capacitações internas em gestão do conhecimento voltadas a servidores e gestores;
- d) desenvolvimento de repositório central de informações e conhecimentos organizacionais – a Central do Conhecimento;
- e) realização das palestras "Transformando Conhecimento em Valor" no Tribunal de Justiça e no Fórum Clóvis Beviláqua, com o objetivo de difundir a importância dos conhecimentos organizacionais e estimular a cultura de compartilhamento e criação de novos conhecimentos no Poder Judiciário do Estado do Ceará.

### 3.7 Acompanhamento das Estatísticas do TJCE

No campo das estatísticas, foi empreendida uma série de ações buscando o acompanhamento sistemático e um maior suporte a magistrados e servidores em relação a metas e indicadores do TJCE, destacando-se:

- a) criação de novos modelos de acompanhamento das metas do Judiciário Nacional, que apresentam tabelas e gráficos com os resultados alcançados por cada instância do TJCE;
- reformulação do Boletim Estatístico Semestral, tornando mais detalhada e amigável a apresentação dos resultados do TJCE em indicadores estratégicos, do Justiça em Números e demais metas;
- c) acompanhamento e repasse semanal de dados e listagens de processos pendentes das unidades visitadas pelo gestor da meta 18 de 2013, como forma de subsidiar os trabalhos voltados para o cumprimento da referida meta;
- d) constante revisão e adequação de parâmetros de extração das informações referentes ao relatório Justiça em Números, às Metas do Conselho Nacional de Justiça e à Produtividade da Presidência, em prol da fidedignidade dos dados. Os trabalhos vêm sendo conduzidos pela divisão de estatística da Seplag, em parceria com Secretaria Judiciária, com a Secretaria de Tecnologia da Informação e com a Presidência;
- e) elaboração de Nota Técnica sobre o Relatório Justiça em Números 2013, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça, com vistas ao esclarecimento dos resultados obtidos pelo TJCE no âmbito judiciário, financeiro e de pessoal;

Elenca-se, finalmente, os projetos iniciados no âmbito do Departamento de Informações Gerenciais ao longo do exercício de 2013:

Tabela 2: Projetos iniciados do Departamento de Informações Gerenciais

Nome do Projeto	Objetivos	Entregas	Unidades Envolvidas	Fase Atual
Projeto Produtividade	Extração via sistemas processuais dos dados referentes à produtividade dos magistrados, como forma de dar maior consistência e confiabilidade às informações	Relatórios automatizados das estatísticas forenses nos sistemas SPROC, SAJ e PROJUDI	Seplag, Corregedoria, Sejud, Setin e Fórum Clóvis Beviláqua	Análise prévia das distorções existentes nos sistemas
Projeto de Modernização dos Portais	Renovação e reestruturação de todos os portais do TJCE na intranet e na internet	Nova intranet, novo portal do TJCE na internet e uma Rede Social Coorporativa	Seplag/Setin	Levantamento dos requisitos e conclusão dos protótipos

Fonte: Seplag-TJCE

## 3.8 Desenvolvimento de competências gerenciais

Tendo como objetivo o aprimoramento de competências gerenciais e estratégicas dos seus servidores, a Seplag promove, semanalmente, o Café da Gestão – ciclo de palestras ministradas por gestores, servidores e convidados, sobre temas relacionados à gestão. Os encontros proporcionam integração, compartilhamento de conhecimentos e debates em torno das lições aprendidas e das oportunidades de melhorias identificadas.

Além dos colaboradores da SEPLAG, uma vez por mês também são convidados servidores de outras áreas do Tribunal. Durante o ano de 2013, foram realizados 35 encontros do Café da Gestão, dos quais dois foram conduzidos por palestrantes convidados de outras instituições governamentais.

# 3.9 Apoio à Assessoria Especial da Presidência

A Seplag, por intermédio da sua Assessoria Técnica, também prestou apoio à Assessoria Especial da Presidência, conforme projetos e ações abaixo relacionados:

Tabela 2: Projetos da Assessoria Técnica

Nome do Projeto/Ação	Objetivos	Entregas	Unidades Envolvidas	Fase Atual
Elaboração de Mapas Temáticos	Apresentar informações do TJCE com visão geográfica de forma a subsidiar a tomada de decisão	Mapas de Ocupação de Cargos de Juízes e Varas não instaladas	Assessoria Especial/ Assessoria Técnica Seplag/ Seger/ SGP/CGJ	Concluído
Roteiro de Viagens da Presidência ao Interior	Consolidar informações administrativas referentes a região em visitação pelo Presidente	Roteiros de Viagens de Cratéus, Limoeiro do Norte e Juazeiro do Norte	Assessoria Especial/ Assessoria Técnica Seplag/ Seger/SGP/Secad/ Cerimonial	Concluído
Sala de Situação	Disponibilizar a Presidência do TJCE informações administrativas e judiciárias consolidadas de forma a subsidiar a tomada de decisão	Módulo de Dados Consolidados de Magistrados e Dados Administrativos	Assessoria Especial/ Assessoria Técnica Seplag /Seger/ Sgp/Secad/Setin	Em Planejamento

Fonte: Seplag-TJCE

#### 4 RESULTADOS

Por meio da implantação do Sistema de Padronização Organizacional, a Seplag iniciou um processo interativo de construção de padrões documentais que virá a orientar e a contribuir para a padronização das atividades administrativas e judiciárias do TJCE, bem assim para a melhoria contínua da ação finalística do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

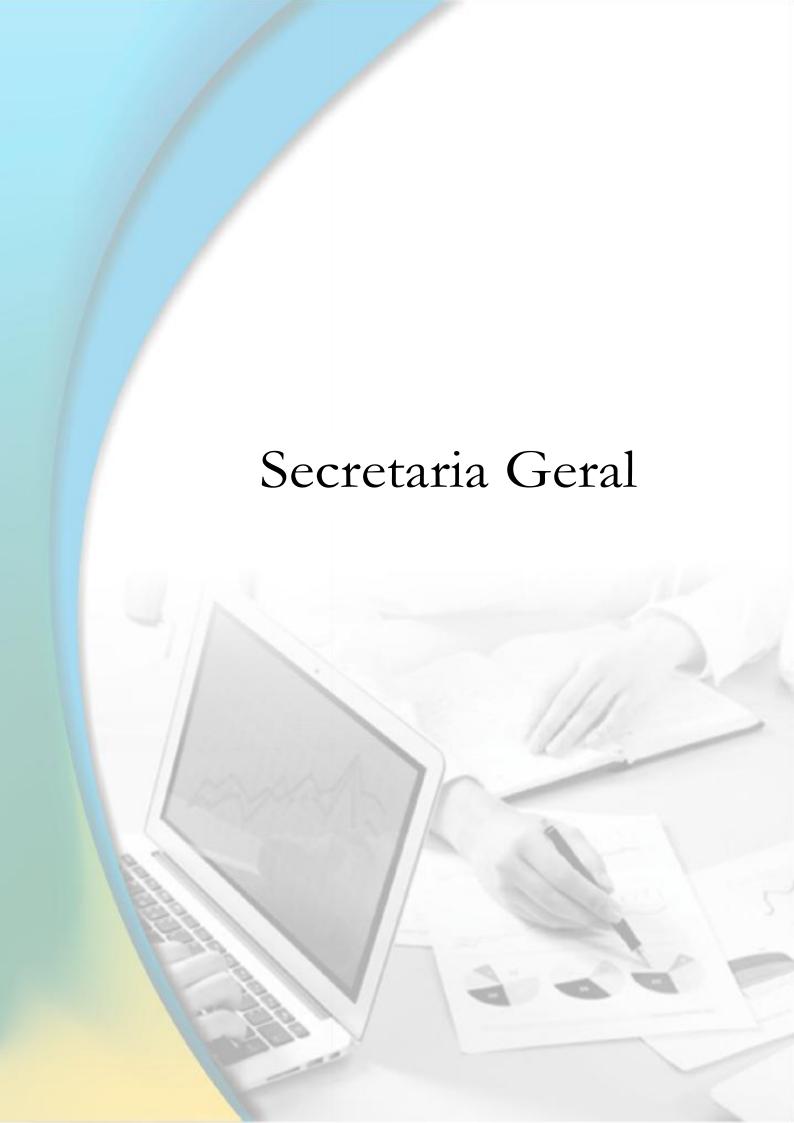
O projeto "Macroprocesso de Aquisições", por sua vez, que teve como produtos o redesenho dos processos e a elaboração do "Manual de Aquisição de Bens de Consumo e Bens Permanentes, de Serviços de Engenharia, de Soluções de TI e de Serviços de Consultoria", contribuiu significativamente para a melhoria dos citados processos organizacionais e proporcionou, às unidades, rotinas de trabalho mais eficientes e eficazes.

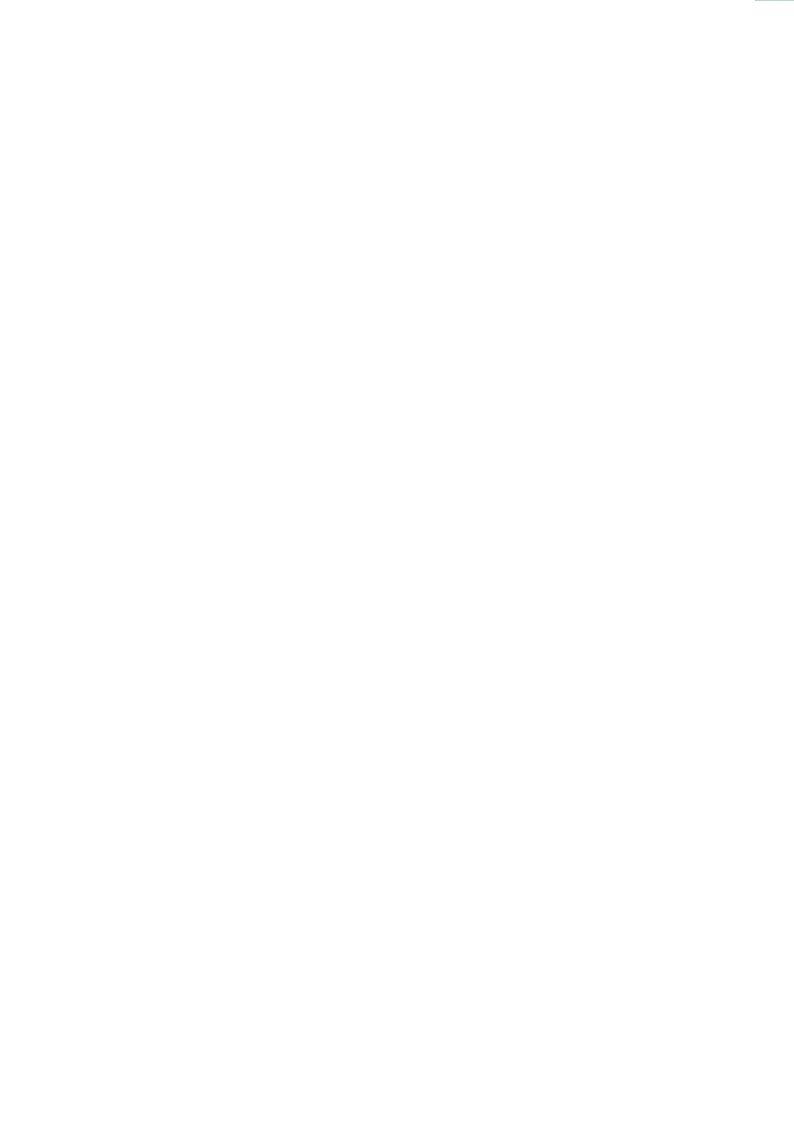
Destaca-se, de igual forma, a revisão do Planejamento Estratégico 2010-2014, que garantiu o alinhamento das ações e pessoas à estratégia do judiciário cearense. Iniciativas como a "Ferramenta de Elaboração e Acompanhamento de Planos de Ação", o "Plano de Comunicação da Estratégia do Judiciário cearense", a "Pesquisa sobre Compreensão da Estratégia", o "I Concurso Cultural sobre Gestão Estratégica" e a realização de cursos abordando os temas Planejamento Estratégico e Administração Judiciária, contribuíram também para a disseminação da cultura do planejamento e para o aprimoramento da comunicação da estratégia do TJCE.

No âmbito dos projetos estratégicos, a revisão da Metodologia de Gerenciamento de Projetos e o aperfeiçoamento das ferramentas de monitoramento de projetos impactaram positivamente o nível de maturidade de gerenciamento de projetos do Tribunal. Além disso, a realização de reuniões de alinhamento, oficinas, e cursos sobre o tema foram de grande relevância para a profissionalização dos gerentes de projetos desta Instituição.

Oportuno realçar, ainda, que os estudos e análises estatísticas realizadas pela Seplag ao longo do ano, tais como a reestruturação e a publicação periódica dos relatórios de metas, do Boletim Estatístico e da Nota Técnica sobre o Relatório Justiça em Números 2013, garantiram o acompanhamento sistemático das metas e indicadores do TJCE, promovendo, ainda, um melhor entendimento e engajamento por parte de magistrados e servidores.

Ressalta-se, por fim, a implantação da Central do Conhecimento do TJCE, desenvolvida para ser o repositório central de informações e conhecimentos do TJCE no ambiente web (intranet) e que proporcionará aos servidores, gestores e magistrados um acesso ampliado e simplificado aos conhecimentos organizacionais existentes, bem como uma plataforma virtual de compartilhamento e colaboração.

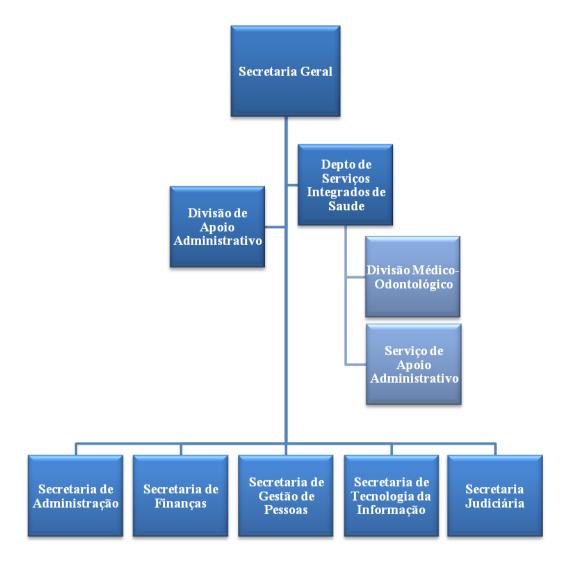




# 1 DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS

A Secretaria Geral é um órgão administrativo subordinado à Presidência do Tribunal de Justiça, com a competência de exercer, além das funções de secretariado ao Tribunal Pleno, Órgão Especial e ao Conselho Superior da Magistratura, atribuições de gerenciamento superior das demais unidades administrativas do Poder Judiciário que não sejam diretamente supervisionadas pelo Presidente, Vice-Presidente, Corregedor Geral da Justiça e demais magistrados.

## 2 ORGANOGRAMA



# 3 AÇÕES E PROJETOS

Destacam-se as seguintes ações realizadas pela Secretaria Geral, em parceria com outras unidades administrativas, no período enfocado neste relatório:

- a) revisão da metodologia de cálculo dos precatórios com sugestão de formulação de consulta ao CNJ;
- recadastramento dos pedidos de auxílio moradia, havendo sido analisados cerca de 90 processos administrativos, com verificação da instrução, expedição de comunicações, informações e despachos, bem como planilhamento dos processos deferidos, implantados em folha, indeferidos ou com pendências;
- c) análise de processos administrativos referentes às escolhas de Juízes Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, nas classes de Juiz de Direito e Jurista, efetivos e suplentes, inclusive preparando-se os expedientes necessários às votações durante sessão do Tribunal Pleno para a indicação dos escolhidos;
- d) criação de pasta compartilhada com informações sobre magistrados de 1° e 2° graus, para acesso por parte do Gabinete da Presidência, Secretaria Geral e Fórum Clóvis Beviláqua;
- e) revisão da normatização do Diário da Justiça;
- f) levantamento sobre todas as situações de "respondência" dos magistrados lotados em comarcas do interior do Estado - dentro e fora da respectiva zona judiciária de atuação, com a elaboração de portarias para definição de novas situações;
- g) elaboração das pautas das sessões do Órgão Especial, a cargo da SEGER a partir do mês de julho de 2013.

Na área do Departamento de Serviços Integrados de Saúde, coordenado pela SEGER, ressalta-se a realização da Campanha de Triagem Vocal e da Campanha de Vacinação contra Gripe e Hepatite B, realizada no dia 25 de julho de 2013.

## 3.1 Secretariado à administração dos magistrados de 2º grau

- a) nova composição do Órgão Especial, havendo nele tomado posse novos membros desta Corte de Justiça, nas seções de antiguidade e de eleição;
- b) publicação de Acórdãos: foi atingido em 100% o Indicador Estratégico
   Nacional referente ao índice de agilidade na publicação de acórdãos;
- c) edição do Assento Regimental nº 43, de 28 de junho de 2013, alterando a redação do art. 19 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que dispõe sobre transferência de magistrados para órgãos jurisdicionais fracionários;
- d) assessoramento à Sessão do Tribunal Pleno para a formação de lista tríplice, tendo em vista o provimento de uma vaga de Desembargador classificada para o quinto constitucional da classe de Advogados, bem como de escolha de Juízes de Direito de Entrância Final para acesso ao cargo de Desembargador, pelos critérios de merecimento e de antiguidade;
- e) plantão judiciário do 2º grau: programação, controle das designações dos magistrados plantonistas e elaboração de expedientes referentes aos plantões, com a edição de 43 portarias que designaram magistrados para exercer os plantões de fins de semanas, feriados e dias de pontos facultativos. Registrase, de igual forma, o controle das permutas entre Desembargadores;
- f) análise e informações em processos de interesse dos Desembargadores sobre férias, licenças e outros afastamentos.

## 3.2 Secretariado à administração dos magistrados de 1º grau (comarcas do interior)

- a) reabertura da Sala de Apoio aos Magistrados, localizada no térreo do TJCE;
- nomeação e posse de 39 novos magistrados para comarcas de entrância inicial;
- c) audiência pública para a escolha de comarcas pelos novos juízes;
- d) controle das movimentações e afastamentos dos magistrados;
- e) análise de processos encaminhados pela Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, referentes a licenças para tratamento de saúde ou outros, para deliberação presidencial;
- f) análise de solicitações de acesso aos sistemas RENAJUD e INFOSEG, cujas autorizações estão a cargo do Secretário Geral.

# 4 RESULTADOS

### 4.1 Tribunal Pleno

A SEGER passou a elaborar as pautas de julgamento do Órgão Especial e do Tribunal Pleno, tendo sido realizados, no exercício de 2013, 17 sessões, em que foram julgados processos judiciais e administrativos, conforme abaixo quantificado:

Tabela 1 - Julgamentos do Tribunal Pleno

JULGAMENTOS	2013
Embargos de Declaração em Proc. Adm. Disciplinar	1
Processo Administrativo Disciplinar	7
TOTAL DE JULGADOS	8

Fonte: Seger/TJCE

# 4.2 Órgão Especial

Realizadas, em 2013, 36 sessões ordinárias, em que foram julgados processos judiciais e administrativos, conforme detalhamento abaixo:

Tabela 2 - Julgamentos do Órgão Especial

JULGAMENTOS	2013
Ação Direta de Inconstitucionalidade	5
Agravo Regimental	201
Embargos de Declaração	153
Mandados de Segurança	356
Processado de Reclamação	1
Processo/Recurso Administrativo	18
Habeas Corpus	2
Ação Penal	2
Arguição de Inconstitucionalidade	5
Conflito de competência	11
Ação rescisória	3
Embargo infringente	1
Embargo à execução	23
Conflito Jurisdicional	1
Inquérito policial	1
Cautelar em ADIN	1
TOTAL DE JULGADOS	784

Fonte: Seger/TJCE

# 4.3 Conselho Superior da Magistratura

Ao longo de 2013 foram realizadas 15 (quinze) sessões ordinárias, a saber:

Tabela 3 - Processos julgados/apreciados

JULGAMENTO/APRECIAÇÃO	2013
Inspeção administrativa	9
Correição geral	1
Reclamação administrativa	1
Recurso administrativo	1
Expedientes apreciados	329
Recurso administrativo	1
Pedido de providência administrativa	1
Certidão "nada consta"	68
Ofícios expedidos	326
Memorandos	406
Mandado de intimação	110
Editais	15

Fonte:Conselho Superior da Magistratura

# 4.4 Controle da edição de resoluções, provimentos, assentos regimentais, portarias e atos normativos do Tribunal Pleno ou da Presidência do Tribunal

## 4.4.1 Assentos regimentais

Em 2013, o Tribunal de Justiça emendou seu Regimento Interno, modificando os artigos 35 e 36 para autorizar, nos casos de substituição eventual do Vice-Presidente e do Corregedor Geral da Justiça, que o magistrado substituto possa exercer jurisdição nos órgãos dos quais, ordinariamente, faça parte, ficando excluído, unicamente, da distribuição por equidade. Modificou, ademais, a redação do artigo 19 que dispõe sobre transferência de magistrados para órgão fracionário.

# 4.4.2 Resoluções do Tribunal Pleno 2013 (janeiro a outubro de 2013)

Tabela 4 - Resoluções do Tribunal Pleno 2013 - Jan a Out 2013

RESOLUÇÃO	EMENTA		
Resolução nº 01,de 25/10/2013	Dispõe sobre a instalação da 5ª Vara da Comarca do Crato, a especialização de competências das varas do referido Foro, modifica a denominação de juízos e dá outras providências.		

Fonte: Seger/TJCE

# 4.4.3 Resoluções do Órgão Especial do Tribunal de Justiça (janeiro a outubro de 2013)

Tabela 5 – Resoluções do Órgão Especial do Tribunal de Justiça-CE – Jan a Out 2013

RESOLUÇÃO	EMENTA
Resolução nº 01, de 21/03/2013 DJ de 22/03/2013	Institui o auxílio alimentação para os membros do Poder Judiciário do Estado do Ceará no efetivo exercício dos respectivos cargos.
Resolução nº 02, de 18/04/2013 DJ de 19/04/2013	Institui o Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – NURER.
Resolução nº 03, de 16/05/2013 DJ de 17/05/2013	Estabelece novos parâmetros para concessão do auxílio alimentação aos servidores ativos do Poder Judiciário do Estado do Ceará e dá outras providências.
Resolução nº 04, de 25/07/2013 DJ de 26/07/2013	Estabelece novos parâmetros para concessão de diárias e de indenização de transporte para magistrados vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e dá outras providências.
Resolução nº 05, de 25/07/2013 DJ de 25/07/2013	Dispõe sobre o processo de ascensão funcional dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Ceará.
Resolução nº 06, de 25/07/2013 DJ de 25/07/2013	Dispõe sobre a revisão do Plano Estratégico 2010-2014 e alterações na Resolução nº 13/2011 do Órgão Especial.
Resolução nº 07, de 25/07/2013 DJ de 25/07/2013	Institui no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará o Gestor de Sistemas.
Resolução nº 08, de 22/08/2013 DJ de 23/08/2013	Dispõe sobre a concessão de estágio a estudantes universitários no âmbito do Poder Judiciário estadual e dá outras providências.
Resolução nº 09, de 22/08/2013 DJ de 23/08/2013	Dispõe sobre a concessão de diárias para os servidores no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
Resolução nº 10, de 19/09/2013 DJ de 27/09/2013	Dispõe sobre regime de plantão judiciário em primeiro e segundo graus de jurisdição do Poder Judiciário cearense em cumprimento ao disposto no art. 10 da Resolução nº 71 do CNJ.
Resolução nº 11, de 26/09/2013 DJ de 27/09/2013	Aprova o Plano Estratégico da Assessoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
Resolução nº 12, de 17/10/2013 DJ de 18/10/2013	Altera dispositivos da Resolução nº 10, de 24 de novembro de 2011, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça e dá outras providências.
Resolução nº 13, de 17/10/2013 DJ de 18/10/2013	Regulamenta o processo eletrônico no tocante à expedição e tramitação de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências

Fonte: Seger/TJCE

#### 4.4.4 Provimentos

Foram editados 25 Provimentos no período de janeiro a outubro de 2013, em sua maioria tratando de designações para Juiz de Paz em Distritos e sedes de Comarcas da Capital e do interior do Estado.

# 4.4.5 Mensagens do Poder Judiciário à Assembléia Legislativa

A Secretaria Geral responde pelo controle das mensagens enviadas à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, após apreciação e autorização pelos membros do Órgão Especial, para o devido encaminhamento das matérias a serem convertidas em lei.

Foram enviadas à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, no exercício de 2013, 03 (três) Mensagens, havendo sido aprovadas e editadas.

Tabela 6 – Mensagens do Poder Judiciário à Assembleia Legislativa

MENSAGEM Nº e DATA	EMENTA	LEI DECORRENTE DOE
Nº 01/2013, em 03/01/2013	Altera a Lei nº 14.527, de 8 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a revisão dos subsídios dos membros do Poder Judiciário do Estado do Ceará.	Lei nº 15.310, de 04/032013 DOE de 08/03/2013
N° 02/2012, em 24/06/2013	Altera os dispositivos da Lei nº 12.483, de 3 de agosto de 1995, que indica; reestrutura órgãos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e dá outras providências.	Lei nº 15.380, de 11.07.2013 DOE de 15/07/2013
Nº 03/2012, em 21/06/2013	Reduz os valores de atos notariais e parcelas do FERMOJU referentes ao registro de imóveis dos programas habitacionais da Companhia de Habitação do Ceará – COHAB-CE.	Lei nº 15.381, de 11/07/2013 DOE de 15.07.2013

Fonte: Seger/TJCE

#### 4.4.6 Portarias

Dentre as atividades desenvolvidas pela Secretaria Geral destaca-se a de controle da numeração e da publicação de todas as Portarias editadas pela Presidência do Tribunal de Justiça, com a instituição de livro de folhas soltas, numeradas e rubricadas para efetivação desse controle. No período de 2 de janeiro a 30 de outubro de 2013 foram editadas 1469 (mil quatrocentas e sessenta e nove) Portarias.

# 4.5 Competências exercidas por força de delegação, mediante portarias nºs. 452, 453, 454 e 455, de 3 de maio de 2013

Autorização, análise e revisão de informações em processos de compras e outros serviços cujo valor seja superior ao estabelecido para a modalidade Carta Convite: compete ao Secretário Geral, conjuntamente com os Secretários das áreas, assinar pagamentos de despesas, autorização de abertura de licitação, celebração de convênios, autorização de emissão de empenho, assinatura de notas de empenhos e reconhecimento de dívida, o que elevou, significativamente, o número de processos que tramitam pela SEGER.

# 4.6 Análise de processos administrativos e elaboração de despachos

Para dimensionar essa atividade, que é bastante volumosa e exige rapidez para dar vazão ao fluxo diário de processos, apresenta-se a estatística dos processos tramitados pela Secretaria Geral:

Tabela 7 – Quantitativos de Processos Físicos e Digitais tramitados na Secretaria Geral

Período: jan/2013 a out/2013				
UNIDADE	ENTRADA	SAÍDA	ARQUIVADOS	
Gabinete da Secretaria Geral - despacho	35	27	0	
Gabinete do Secretário Geral	146	142	2	
Secretaria Geral	8.276	7.967	337	
Total	8.457	8.136	339	

Fonte: Setin/TJCE

Analisando-se os dados apresentados, se observa que o número de saídas de processos, adicionado ao dos arquivamentos, perfaz um total de 8.475 (oito mil, quatrocentos e setenta e cinco) processos, representando uma média mensal de 847,50 saídas/arquivamentos. Constata-se, assim, que foi superado o número dos processos que ingressaram na SEGER no período considerado – 8.459 (oito mil, quatrocentos e cinqüenta e nove) – ou seja, foi reduzido o estoque remanescente do período anterior, sendo importante destacar, também, o saldo existente em 31 de outubro de 2013, de 194 processos, que representa apenas 2,30 % sobre o total de tramitações processuais.

## 4.7 Provimentos, remoção, promoção e acesso de magistrados

Segue relação de procedimentos apreciados pelo Tribunal Pleno e Órgão Especial no ano de 2013, referentes à promoção e acesso ao tribunal, pelo critério de merecimento e antiguidade:

Tabela 8 - Total de ocorrências no período

NATUREZA	2013
Acesso	3
Promoção	3
Remoção	8
Vitaliciedade	2
Permuta	0
Nomeação de novos juízes	39

Fonte: Seger/TJCE

# 4.8 Movimentação de magistrados/atos editados

Tabela 9 – Movimentação de Magistrados/Atos Editados

NATUREZA	2013
Designação para atuar em processo em virtude de suspeição/impedimento do titular	28
Auxílio em comarca	6
Respondência por motivo de férias	52
Respondência por motivo de licenças	14
Respondência por vacância	22
Respondência por comarca durante ausência	0
Afastamentos	3
Designação para diretoria de fóruns	17
Revogação de portarias	19
Celebração de casamento	24

Fonte: Seger/TJCE

## 4.9 Projeto: Custeio da Prova em Processos Cíveis com Gratuidade Judicial

O objetivo deste projeto é possibilitar o pagamento, com fonte de custeio definida no orçamento do Poder Judiciário estadual, de honorários de peritos, tradutores e intérpretes em processos cíveis, em que deferido o benefício da justiça gratuita.

Este projeto, que tem a Secretaria Geral como gestora, teve realizado 46% do seu planejamento, incluindo-se a edição, em 2012, da Resolução do Órgão Especial nº 10, que prevê a implantação de cadastro de profissionais para fins de nomeação pelo Juiz da causa para realização da perícia ou outra.

O Edital de Credenciamento já se encontra minutado para deliberação pela Presidência do Tribunal de Justiça, estando prevista, depois de editado, a criação de Comissão responsável pela execução do projeto.

## 4.10 Indicador relacionado à melhoria da produtividade de magistrados de 2º grau

Para 2013 foi estabelecida a meta de obtenção de 637 decisões terminativas por magistrado, representando uma média mensal de 53 processos decididos por Desembargador.

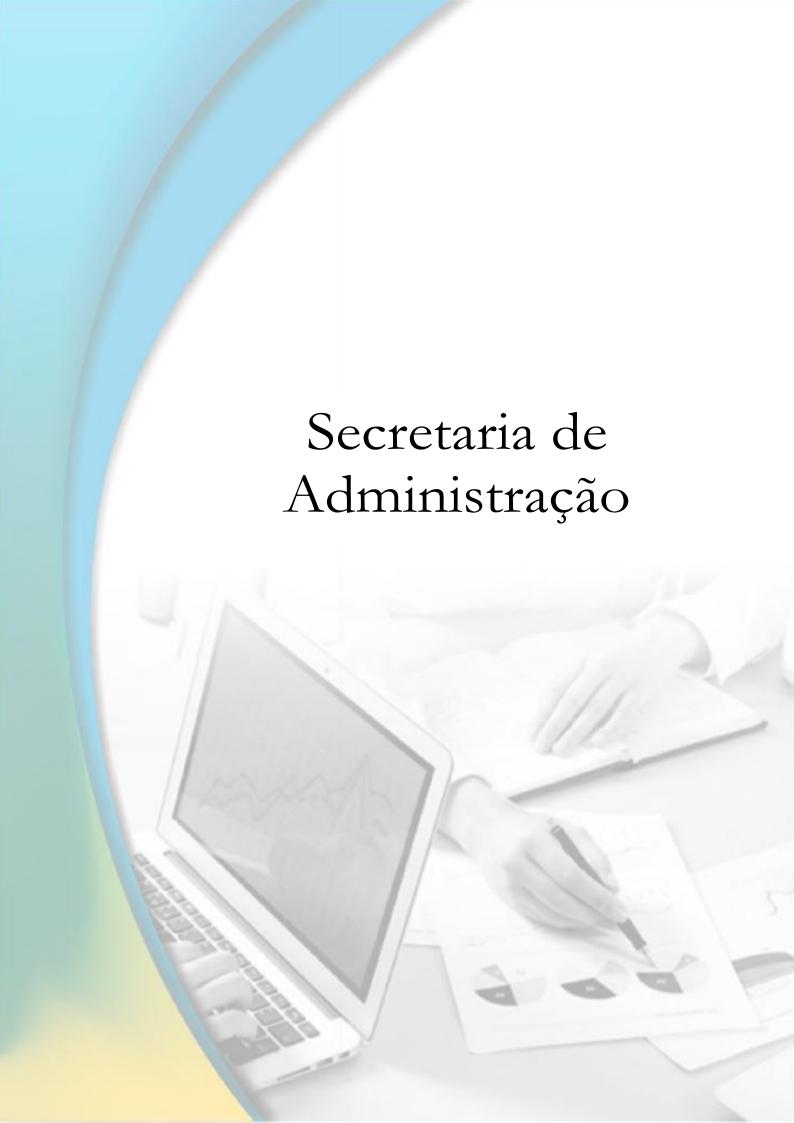
Os resultados do Indicador para o período de 2 de janeiro a 31 de outubro de 2013 estão abaixo indicados:

Tabela 10 - Total de Decisões no 2º Grau

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Jan – Out
DecCrim2º – Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau	457	451	213	348	284	155	93	97	435	539	3.072
DecNCrim2º – Decisões que põem fim à relação processual no processo não criminal no 2º Grau	1.069	1.352	1.195	1.545	1.074	906	1.188	960	1.461	1.818	12.568
Total de decisões	1.526	1.803	1.408	1.893	1.358	1.061	1.281	1.057	1.896	2.357	15.640

Fonte: Seplag/TJCE

Considerando que a meta proporcional para esse período equivale a 530 processos por Desembargador, o número obtido de decisões por magistrado (412) representou um cumprimento proporcional de 77% da meta.



# 1 DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS

Criada mediante a Lei nº 12.483, de 03 de agosto de 1995, a qual sofreu alterações das Leis nº 13.956, de 13 de agosto de 2007, Lei nº 14.311, de 23 de março de 2009, Lei nº 14.813, de 14 de dezembro de 2010, e Lei nº 15.144, de 23 de abril de 2012, a SECAD é o órgão ao qual incumbe desenvolver as atividades de planejamento, organização, direção e controle das funções administrativas do Poder Judiciário.

A esta Secretaria compete, especificamente, a gestão de material e patrimônio, a administração de serviços gerais, incluindo as atividades de transporte e zeladoria, e os serviços de engenharia, compreendendo as etapas do projeto, cálculo e acompanhamento da execução das obras.

A Missão da Unidade consiste em "prover condições físicas adequadas à realização do trabalho jurisdicional e administrativo em todas as Unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.", tendo por Visão "ser reconhecido pela eficiência e qualidade no atendimento às demandas de infraestrutura e suprimento de materiais e serviços pelos prestadores e usuários da Justiça.".

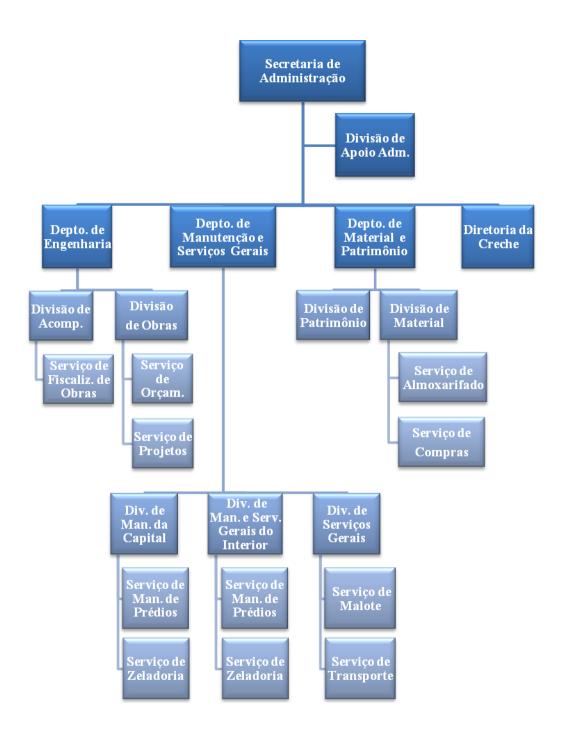
Subordinam-se à SECAD os Departamentos de Engenharia – DENGE, Manutenção e Serviços Gerais – DESEG e Material e Patrimônio – DEMAP.

O DENGE é a unidade ao qual compete planejar, coordenar, dirigir, fiscalizar e controlar as atividades e tarefas integrantes dos sistemas de obras, edificações e instalações afetas ao Poder Judiciário.

O DESEG é a unidade responsável pelo planejamento, direção, coordenação e controle das atividades relacionadas aos serviços de manutenção, segurança, transporte, zeladoria e malote.

O DEMAP, por sua vez, tem por atribuições o planejamento, a direção, a coordenação e o controle das atividades relacionadas à aquisição, à guarda, ao suprimento e à distribuição de materiais, bem como o controle de estoques, registro e inventário de bens patrimoniais.

## 2 ORGANOGRAMA



# **3 AÇÕES E PROJETOS**

A SECAD possui 14 (quatorze) Projetos Estratégicos, dos quais 13 (treze) são administrados pelo DENGE e 01 (um) pelo DESEG, a saber:

Tabela 1 – Projetos Estratégicos

		Projetos estratégicos
	Nome	Reforma do Fórum Clóvis Beviláqua
	Objetivo	Executar as readequações do Fórum Clóvis Beviláqua.
	Entregas previstas (I)	Serviços de alvenarias e painéis, esquadrias, pisos e revestimentos internos, instalações, demolições e remoções.
	Progresso	97% (incluído o processo de elaboração dos projetos até execução da obra)
1	Entregas previstas (II)	Serviços de instalações elétricas, de cabeamento estruturado (dados e voz), retirada de entulho e limpeza da obra.
	Progresso	38% (incluído o processo de elaboração dos projetos até execução da obra)
	Unidades envolvidas	SECAD / DENGE
	Progresso total	92%
	Fase atual	Realização (execução da obra)
	Nome	Construção do Fórum de Boa Viagem
	Objetivo	Execução da obra de construção do novo Fórum.
2	Entregas previstas	Fórum com 02 (duas) Varas, estacionamento coberto, depósito de lixo e casa de gás.
2	Unidades envolvidas	SECAD / DENGE
	Progresso	38% (incluído o processo de elaboração dos projetos até execução da obra)
	Fase atual	Realização (assinatura do contrato)
	Nome	Construção do Fórum de Assaré
	Objetivo	Execução da obra de construção do novo Fórum
3	Entregas previstas	Fórum com 01 (uma) Vara, totalizando área construída de 770,89 m².
	Unidades envolvidas	SECAD / DENGE
	Progresso	38% (incluído o processo de elaboração dos projetos até execução da obra)
	Fase atual	Realização (execução da obra)

Continua

# Continuação

	PRO	OJETOS ESTRATÉGICOS
	Nome	Construção do Fórum de Crateús
	Objetivo	Execução da obra de construção do novo Fórum
4	Entregas previstas	Fórum com 03 (três) Varas, totalizando área construída de 1.366,18 $\rm m^2$
4	Unidades envolvidas	SECAD / DENGE
	Progresso	70% (incluído o processo de elaboração dos projetos até execução da obra)
	Fase atual	Realização (assinatura do contrato)
	Nome	Construção do Fórum de Itapipoca
	Objetivo	Execução da obra de construção do novo Fórum
5	Entregas previstas	Fórum com 03 (três) Varas, totalizando área construída de 1.300,00 $\rm m^2$
3	Unidades envolvidas	SECAD / DENGE
	Progresso	50% (incluído o processo de elaboração dos projetos até execução da obra)
	Fase atual	Realização (elaboração do orçamento)
	Nome	Construção Fórum de Milagres
	Objetivo	Execução da obra de construção do novo Fórum
6	Entregas previstas	Fórum com 01 (uma) Vara e Cartório Eleitoral, totalizando área construída de 785,00 m²
O	Unidades envolvidas	SECAD / DENGE
	Progresso	47% (incluído o processo de elaboração dos projetos até execução da obra)
	Fase atual	Realização (elaboração do orçamento)
	Nome	Adaptação de Residência oficial para o JECC de Aracati
	Objetivo	Adaptação da Residência Oficial para uso do Juizado Especial Civil e Criminal – JECC.
7	Entregas previstas	Criação de estrutura independente para o JECC com depósito de bens e arquivo.
	Unidades envolvidas	SECAD / DENGE
	Progresso	58% (incluído o processo de elaboração dos projetos até execução da obra)
	Fase atual	Realização (elaboração do edital)
	Nome	Construção do Fórum de Várzea Alegre
	Objetivo	Execução da obra de construção do novo Fórum.
	Entregas previstas	Fórum com 02 (duas) Varas, totalizando área construída de 810 m²
8	Unidades envolvidas	SECAD / DENGE
	Progresso	30% (incluído o processo de elaboração dos projetos até execução da obra)
	Fase atual	Concepção (elaboração dos projetos)
		Continua

Continua

Continuação

Con	tinuação Do	
		OJETOS ESTRATÉGICOS
	Nome	Construção do Fórum de Tabuleiro do Norte
	Objetivo	Execução da obra de construção do novo Fórum
9	Entregas previstas	Fórum com 01 (uma) Vara e Cartório Eleitoral, totalizando área construída de 889,64 m²
	Unidades envolvidas	SECAD / DENGE
	Progresso	17% (incluído o processo de elaboração dos projetos até execução da obra)
	Fase atual	Realização (alterar projetos)
	Nome	Construção do Fórum de Pereiro
	Objetivo	Execução da obra de construção do novo Fórum
10	Entregas previstas	Fórum com 01 (uma) Vara e Cartório Eleitoral, totalizando área construída de 838,71 m²
10	Unidades envolvidas	SECAD / DENGE
	Progresso	35% (incluído o processo de elaboração dos projetos até execução da obra)
	Fase atual	Realização (Compatibilizar os projetos)
	Nome	Construção do Fórum de Senador Pompeu
	Objetivo	Execução da obra de construção do novo Fórum
	Entregas previstas	Fórum com 01(uma) Vara e Cartório Eleitoral, totalizando área construída de 960,00 m²
11	Unidades envolvidas	SECAD / DENGE
	Progresso	10% (incluído o processo de elaboração dos projetos até execução da obra)
	Fase atual	Concepção
	Nome	Construção do Fórum de Russas
	Objetivo	Execução da obra de construção do novo Fórum
10	Entregas previstas	Fórum com 02 (duas) varas, totalizando área construída de 960,00 m²
12	Unidades envolvidas	SECAD / DENGE
	Progresso	5% (incluído o processo de elaboração dos projetos até execução da obra)
	Fase atual	Concepção
	Nome	Eficiência Energética
	Objetivo	Aplicar ferramentas com foco em eficiência energética nos serviços de manutenção do TJCE.
13	Entregas previstas	Aquisição de condicionadores de ar; aquisição de subestações elétricas áreas; automação de sistemas elétricos do TJCE.
	Unidades envolvidas	SECAD / DESEG
	Progresso	5%
	Fase atual	Assinatura do Termo de Abertura
	to: DENCE / DESEC	

Fonte: DENGE / DESEG

A SECAD possui também alguns Projetos Setoriais em andamento, sob responsabilidade do DENGE, que são divididos em Projetos Setoriais na Capital e no Interior:

Tabela 2 – Projetos Setoriais

### PROJETOS SETORIAIS – DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

#### **CAPITAL**

Reestruturação do Sistema de proteção contra descargas atmosféricas - SPDA do Fórum Clóvis Beviláqua

Reforma na coberta e impermeabilização do Fórum Clóvis Beviláqua

Contratação da elaboração do projeto de climatização do Fórum Clóvis Beviláqua

Reforma do auditório Dom Aloísio Lorscheider do TJCE

Execução dos serviços de modernização do sistema de áudio e vídeo do Auditório do Pleno do TJCE

#### **INTERIOR**

Reforma e ampliação do Fórum de Maracanaú

Reforma dos Fóruns de Horizonte, Campos Sales, Itaiçaba, Miraíma, Jaguaruana, Crato e Araripe

Construção do Fórum de Pacajus

Fonte: DENGE

Em relação às demais ações desenvolvidas por esta Secretaria, destacam-se:

#### a) DESEG:

- contenção de Águas Pluviais;
- mudança da sistemática da coleta de lixo do Tribunal;
- redução de custos de telefonia móvel em 24,75%;
- 239 (duzentos e trinta e nove) atendimentos em unidades da Região I, II,
   III e IV;
- auditoria na gestão dos contratos do DESEG;
- capacitação da equipe: realização de 10 eventos, totalizando 1.297,5h;
- organização e catalogação de peças oriundas de manutenções e veículos depreciados;
- definição, em parceria com o DENGE, do padrão de cobertas e formas de impermeabilização a serem empregadas em novas reformas e novos Fóruns;
- redução de custos em valores de postagens e impressões, através do uso intensificado e orientado do Malote Digital.

## b) DEMAP:

- contratação de empresa especializada no suporte à vida (ambulância), para atender ao TJCE e ao Fórum Clóvis Beviláqua;
- aquisição de detectores de metais portáteis e portais, dentro do escopo traçado para a efetivação da segurança nas unidades judiciárias;
- aquisição, em andamento, de 40(quarenta) veículos tipo sedan e 2(duas)
   pickups, no intuito de renovar a frota do Poder Judiciário Estadual;
- manutenção de extintores de incêndio no Palácio da Justiça, Corregedoria,
   CDI e Fórum Clóvis Beviláqua, com prazo para finalização, em todo
   Poder Judiciário, em dezembro de 2013;
- celebração de convênios com instituições filantrópicas para doação de bens.

#### 4 RESULTADOS

No decorrer de 2013 a SECAD passou por grandes desafios, reestruturando-se a fim de melhorar continuamente a qualidade dos serviços prestados.

A unificação do Departamento de Engenharia em um único ambiente promoveu, logo no início da gestão, significativos avanços para o setor, tendo em vista que o mesmo se encontrava disperso por várias salas e andares do prédio do Palácio da Justiça, o que atrapalhava a comunicação e o consequentemente desenvolvimento de suas atividades. Os resultados da ação podem ser observados diariamente, através da realização das atividades de forma mais participativa e sistêmica.

O setor também avalia como positiva a sua contribuição para o alcance dos objetivos estratégicos e metas traçadas para o Poder Judiciário Estadual em 2013.

No decorrer do ano foram concluídas 02(duas) obras e iniciadas outras, a saber:

- a) reforma do muro de contorno do Depósito de Bens Apreendidos de Fortaleza (concluída);
- reforma do muro de contorno da Escola Superior de Magistratura do Estado do Ceará – ESMEC (concluída);
- c) construções de Fóruns nas Comarcas de Assaré, Boa Viagem e Crateús (iniciadas);
- d) reforma do Fórum de Maracanaú (iniciada);
- e) obras de melhoria na infraestrutura no Fórum Clóvis Beviláqua (iniciada);
- f) instalação do sistema de áudio e vídeo do som do Pleno do TJCE (iniciada);
- g) reforma do auditório D. Aloísio Lorscheider (iniciada).

Na área de Manutenção e Serviços Gerais foi realizado intenso trabalho de mapeamento, planejamento e aplicação de ações de melhorias em todas as Comarcas do Interior e na Capital, principalmente nas áreas que apresentavam criticidade nos itens de segurança predial, considerados como emergenciais.

Foram desenvolvidas, também, ações no sentindo de revitalizar as instalações do prédio do Palácio da Justiça, proporcionando uma melhoria notória no ambiente de trabalho, tornando-o mais seguro, limpo e confortável, tanto para os servidores quanto para os usuários da Justiça em geral.

No âmbito da responsabilidade socioambiental, vale ressaltar o inicio da implantação da Gerência Verde de Projetos, voltada à otimização de resultados e com atenção à redução de desperdícios durante a realização dos projetos, independente dos produtos

estarem relacionados à sustentabilidade do planeta.

Entre os resultados mais expressivos obtidos em 2013, está ainda a redução dos custos com telefonia móvel, que em 2012 totalizava R\$ 381.220,67 (trezentos e oitenta e um mil, duzentos e vinte reais e sessenta e sete centavos) e em 2013 foi reduzida para R\$ 297.558,82 (duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos), representando 22% de redução, conforme demonstra o gráfico a seguir:

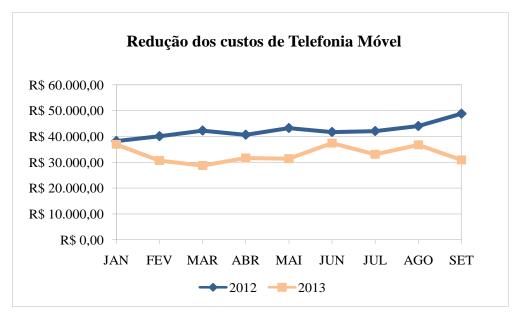


Gráfico 1 – Redução dos custos de Telefonia Móvel

Fonte: DESEG

Em relação à gerência dos bens patrimoniais, foram obtidos resultados satisfatórios ao longo do ano, como o desfazimento de bens inservíveis, que criou espaços para uma melhor guarda e controle dos bens

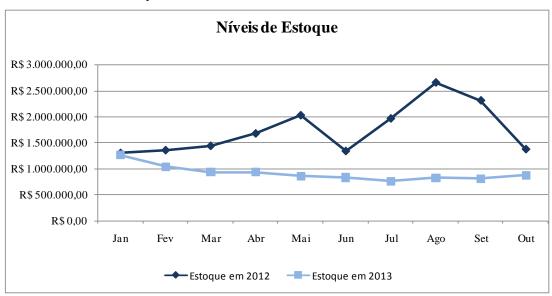
Destaque-se, ainda, a diminuição do estoque de materiais e consumo, proporcionando uma estrutura enxuta e com o mínimo de imobilização de capital, conforme demonstrado na planilha a seguir:

Tabela 3 – Níveis de estoque – Comparação – Anos de 2012 e 2013

NÍVEIS DE ESTOQUE – COMPARAÇÃO – ANOS 2012 e 2013								
Variável	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio			
Estoque em 2012	R\$ 1.305.629,56	R\$ 1.359.880,16	R\$ 1.441.857,92	R\$ 1.679.725,43	R\$ 2.027.596,96			
Estoque em 2013	R\$ 1.263.810,07	R\$ 1.039.720,54	R\$ 936.392,27	R\$ 935.360,22	R\$ 859.639,54			
Redução na Imobilização	R\$ 41.819,49	R\$ 320.159,62	R\$ 505.465,65	R\$ 744.365,21	R\$ 1.167.957,42			
REDUÇÃO	3,20%	23,54%	35,06%	44,31%	57,60%			
	NÍVEIS DE ES	STOQUE – COMI	PARAÇÃO – ANC	OS 2012 e 2013				
Variável	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro			
Estoque em 2012	R\$ 1.344.029,66	R\$ 1.966.287,07	R\$ 2.653.610,04	R\$ 2.311.481,99	R\$ 1.379.533,80			
Estoque em 2013	R\$ 832.085,73	R\$ 761.898,65	R\$ 825.284,24	R\$ 804.687,03	R\$ 872.817,18			
Estoque em 2013  Redução na Imobilização	R\$ 832.085,73 R\$ 511.943,93	R\$ 761.898,65 R\$ 1.204.388,42	R\$ 825.284,24 R\$ 1.828.325,80	R\$ 804.687,03 R\$ 1.506.794,96	R\$ 872.817,18 <b>R\$ 506.716,62</b>			

Fonte: DEMAP/Serviço de Almoxarifado

Gráfico 2 – Níveis de estoque



Fonte: DEMAP/Serviço de Almoxarifado



# 1 DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS

A Secretaria de Finanças tem por finalidade desenvolver as atividades de planejamento, organização, direção e controle das funções financeiras do Poder Judiciário, competindo-lhe, especificamente, a administração financeira do TJCE, abrangendo seus sistemas de gestão orçamentária, financeira e de contabilidade.

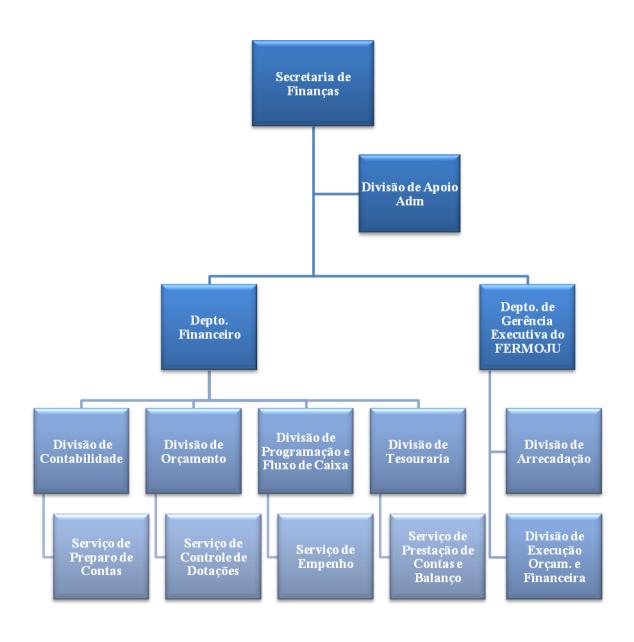
Sua estrutura foi inicialmente concebida pela Lei nº 13.956, de 13 de agosto de 2007. Ressalte-se que até o advento do versado normativo, suas atribuições estavam encampadas nas competências da "Secretaria de Administração e Finanças", conforme o que dispunha a Lei nº 12.483, de 03 de agosto de 1995.

Compete também à Secretaria de Finanças a administração financeira do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará - Fermoju, instituído pela Lei nº 11.891, de 20 de dezembro de 1991, e regido pela Lei nº 14.605, de 05 de janeiro de 2010, que, dentre outras providências, incorporou a este a administração dos recursos financeiros destinados a subsidiar os Cartórios de Registro Civil na prestação gratuita dos serviços indicados na Lei Federal nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997.

Em cumprimento à Resolução nº 104, de 06 de abril de 2010, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, incumbe também à Secretaria de Finanças os atos necessários à operacionalidade do Fundo de Segurança dos Magistrados – FUNSEG, quanto à sua organização administrativa, contábil, financeira e orçamentária. O Fundo em referência foi instituído pela Lei Estadual Nº 15.145, de 04 de maio de 2012, com a finalidade de fortalecer e aperfeiçoar meios para combater situações de vulnerabilidade, ameaças e atentados aos membros do Judiciário cearense.

Além das disposições elencadas do Texto Constitucional, as ações administrativas no âmbito da Secretaria de Finanças norteiam-se pelo marco regulador geral para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (Lei Nº 4.320 de 17 de março de 1964), e pelas demais normas gerais da legislação orçamentária e financeira pública, sem prejuízo da adoção de medidas advindas da fiscalização e do controle exercido pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, e ainda do Controle Interno deste Poder.

## 2 ORGANOGRAMA



# 3 AÇÕES E PROJETOS

Em 2013, a Secretaria de Finanças priorizou ações que contribuíssem para a celeridade, a modernização e o aperfeiçoamento dos serviços prestados, podendo-se destacar:

- a) empenho global: visando racionalizar a despesa e propiciar a devida agilidade na execução orçamentária e financeira, a Secretaria de Finanças passou a adotar a modalidade de empenho por estimativa global das despesas corporativas contratadas, vez que até então o pagamento destas se dava através de várias notas de empenho, que seguiam todo o fluxo determinado pela Lei 4.320/64 quando da ocorrência de novos pagamentos;
- b) regularização dos imóveis dos mutuários da COHAB: em parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará e a Prefeitura Municipal de Fortaleza, o Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário viabilizou a redução em 70% das taxas relativas aos atos notariais e parcelas do Fermoju decorrentes da emissão de documentos das casas dos mutuários residentes em imóveis construídos pela Companhia de Habitação (Cohab) por meio do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), através da Lei Estadual nº 15.381, de 11 de julho de 2013, beneficiando, inicialmente, 22.877 (vinte e duas mil, oitocentas e setenta e sete) famílias;
- c) projeto de implantação do Selo Digital Extrajudicial: em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e a Corregedoria Geral da Justiça, a Secretaria de Finanças tem envidado esforços comuns para a implantação do selo digital a ser utilizado nos cartórios do Estado do Ceará. Alinhado à visão de prover mecanismos de automação, o projeto viabilizará, dentre outros benefícios, maior controle e facilidade nas atividades de correição, maior transparência à sociedade para validar documentos expedidos pelos cartórios, redução de custos de aquisição e distribuição dos selos por parte do Poder Judiciário, bem como minimização do risco de fraude e eliminação do risco de roubo dos mesmos;
- d) alteração da Lei do PIMPJ: através da Lei nº 15.454, publicada em 29 de outubro de 2013, foi acrescentado dispositivo à Lei nº 14.415/09, com o fito de alterar o percentual dos recursos destinados ao Programa de Inovação, Desburocratização, Modernização da Gestão e Melhoria da Produtividade do

Poder Judiciário – PIMPJ, bem como do percentual destinado ao Fundo de Reserva, correspondendo, respectivamente, a 30% e 70% dos Depósitos Judiciais. Registre-se, também, a inclusão do Estado do Ceará como garantidor para possível necessidade de recomposição dos saldos utilizados, viabilizando o certame que tratará de nova contratação para administrar a conta única;

- e) monitoramento das receitas do Fermoju: face à necessidade de encontrar outros mecanismos que venham a aportar os necessários recursos para financiar as despesas do Poder Judiciário, está sendo constituída, no âmbito da Secretaria de Finanças, comissão para monitorar diretamente as receitas arrecadadas do Fermoju (fonte 70), como forma de aperfeiçoar os controles já implementados para o ingresso das referidas receitas;
- f) implantação de sistema de avaliação de custos: proposição de medidas a serem adotadas pelo Poder Judiciário, com foco na eficiência, transparência, otimização das despesas e racionalização do gasto público;
- g) aperfeiçoamento do modelo de arrecadação: instituição de grupo de trabalho no âmbito da Secretaria de Finanças com a finalidade de identificar mecanismos de elevação das receitas do Fermoju, através de estudo técnico para a implementação de ações voltadas ao aperfeiçoamento do modelo arrecadatório da Sefin.

#### 4 RESULTADOS

A Lei 15. 268, de 28 de dezembro de 2012, estimou a receita e fixou a despesa do Estado do Ceará para o exercício financeiro de 2013, tendo consignado créditos orçamentários ao Poder Judiciário no montante de R\$ 886.200.000 (oitocentos e oitenta e seis milhões e duzentos mil reais).

Importante destacar que, em atendimento às recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE), a peça orçamentária do exercício financeiro em apreço foi elaborada com observância da regionalização preconizada pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, em conformidade com as macrorregiões de planejamento.

Vale destacar ainda as alterações imprimidas na Lei Orçamentária Anual – LOA, decorrente da criação de fonte de recursos específica para o registro e controle da receita com a venda de selos de autenticidade (Fonte 29).

A despesa com pessoal para fins de apuração do limite estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000 representou, no segundo quadrimestre do ano corrente, 5,13% da Receita Corrente Líquida do Estado – RCL, refletindo o cumprimento do artigo 20, alínea "b", da Lei supramencionada.

## 4.1 Gestão orçamentária (créditos e execução)

Com as supressões e créditos orçamentários ocorridos no exercício financeiro de 2013, o orçamento final obtido foi de R\$ 933,9 milhões, representando incremento de R\$ 47,6 milhões (5,38%). No exercício corrente, a Despesa com Pessoal teve acréscimo de 4,30% (fonte TESOURO) e as Despesas Correntes (fonte FERMOJU) ampliaram-se em 12,35%, enquanto houve redução de 4,00% no orçamento para Investimentos (fonte FERMOJU) em relação ao exercício anterior.

A execução consolidada do orçamento alcançou R\$ 683,5 milhões em valores empenhados (73,19% do orçamento). As despesas com Pessoal realizaram 82,53% do seu orçamento, as Despesas Correntes, 66,21% e os Investimentos, 9,75%.

## 4.2 Gestão financeira – restos a pagar

Os restos a pagar constituem compromissos financeiros exigíveis e podem ser caracterizados como as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de

cada exercício financeiro. Dos R\$ 18,6 milhões inscritos em restos a pagar nos exercícios de 2011 e 2012, foram pagos 85,32%, ou seja, restou honrado no mesmo exercício de 2013 o volume de R\$ 15,9 milhões. O valor de Restos a Pagar, compreende, principalmente, o saldo de empenhos referente aos pagamentos relativos à Parcela Autônoma de Equivalência – PAE, que dependem de alvará judicial para a liberação do valor, como também de obras em andamento.

# 4.3 Despesa com pessoal (Tesouro)

As despesas com pessoal em Vencimentos e Vantagens Fixas (Pessoal Civil) representou 81,81% do total empenhado neste grupo de despesa. Ressalte-se que a rubrica referente às despesas de pessoal de exercícios anteriores representaram apenas 3,79 % do total, considerando que a Parcela Autônoma de Equivalência – PAE integra esta natureza de despesa.

Tabela 1 – Despesas do Tesouro em 2013 – Pessoal e Encargos Sociais (em R\$)

Despesa	Orçamento (a)	Empenhado (b)	% (b)/(a)	Pago (c)	A pagar (d)	% (d)/(b)
Vencimentos – pessoal civil	563.056.636	456.949.182	81	453.154.645	3.794.538	0,83
Obrigações patronais ao RPPS	69.543.473	69.543.160	100	64.488.951	5.054.209	7,27
Despesas de exercícios anteriores	29.030.390	21.156.953	72,88	19.753.287	1.403.665	6,63
Obrigações patronais ao RGPS	5.684.821	4.464.998	78,54	4.019.961	445.038	9,97
Vencimentos – pessoal militar	3.357.409	2.926.919	87,18	2.926.919	0	0,00
Pensões, exclusive do RGPS	5.327.937	2.821.964	52,97	2.805.282	16.682	0,59
Outras despesas com pessoal	793.492	686.896	86,57	635.557	51.339	7,47
Geral	676.794.157	558.550.072	82,53	547.784.601	10.765.471	1,93

Fonte: SIOFWEB

A despesa com pessoal manteve-se, no somatório do exercício financeiro 2013, no patamar de 5,13%, abaixo dos limites prudencial e máximo.

## 4.4 Despesas de custeio

Das despesas com recursos de custeio oriundos do Tesouro (R\$ 19,1 milhões) 68,91% foram concentrados nas despesas de locação de mão-de-obra e auxílio alimentação.

Tabela 2 – Despesas do Tesouro em 2013 – Custeio (em R\$)

Despesa	Orçamento (a)	Empenhado (b)	% (b)/(a)	Pago (c)	A pagar (d)	% (d)/(b)
Auxílio alimentação	14.889.480	11.720.127	78,71	11.720.127	0	0,00
Locação de mão-de- obra	10.155.538	7.409.131	72,96	6.958.091	451.040	4,44
Outros serviços de terceiros – pessoa física	5.356.174	4.096.153	76,48	4.094.373	1.780	0,03
Diárias – civil	1.390.415	1.105.074	79,48	1.065.764	39.310	2,83
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	4.283.477	1.080.052	25,21	1.001.129	78.923	1,84
Passagens e despesas com locomoção	1.067.800	808.018	75,67	795.620	12.398	1,16
Indenizações e restituições	666.600	647.772	97,18	629.204	18.567	2,79
Despesas de exercícios anteriores	779.889	636.708	81,64	632.213	4.495	0,58
Outras Despesas de Custeio	535.703	257.362	48,04	228.331	29.031	5,42
Geral	39.125.077	27.760.396	70,95	27.124.851	635.544	1,62

Fonte: SIOWEB

Com relação ao custeio que tem como fonte o Fermoju, 85% dos recursos arrecadados com a venda dos selos extra-judiciais são vinculados aos próprios cartórios e não podem ser alocados para pagamento de outras despesas. Assim, o total restituído aos cartorários, até o período em apreço, foi de R\$ 15,7 milhões. As demais despesas de custeio com esta fonte chegaram a R\$ 88,9 milhões, dos quais cerca de R\$ 40,3 milhões foram destinados ao pagamento de "Outros Serviços de Terceiros — Pessoa Jurídica" (telefonia, energia elétrica, dentre outras), R\$ 20,9 milhões para "Locação de Mão-de-Obra" e R\$ 15,9 milhões para "Indenização e Restituições".

Tabela 3 – Despesas do FERMOJU em 2013 – Custeio (em R\$)

Despesa	Orçamento (a)	Empenhado (b)	% (b)/(a)	Pago (c)	A pagar (d)	% (d)/(b)
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	67.523.347	40.372.907	59,79	33.506.700	6.866.208	17,01
Locação de mão-de-obra	27.755.876	20.956.126	75,50	20.610.009	346.117	1,65
Indenizações e restituições	24.913.756	15.999.930	64,22	15.999.930	0	0,00
Despesas de exercícios anteriores	10.317.493	9.421.790	91,32	9.388.474	33.316	0,35
Material de consumo	3.677.632	2.157.870	58,68	1.076.751	1.081.119	50,10
Outras Despesas com Custeio	2.980.264	25.506	0,86	22.442	3.064	12,01
Geral	137.168.368	88.934.128		80.604.305	8.329.823	9,37

Fonte: S2GPR

Tabela 4 – Despesas do FERMOJU em 2013 – Investimento (em R\$)

Despesa	Orçamento (a)	Empenhado (b)	% (b)/(a)	Pago (c)	A pagar (d)	% (d)/(b)
Obras e instalações	30.972.156	6.456.411	20,85	6.187.456	268.955	4,17
Equipamentos e material permanente	40.118.477	1.235.063	3,08	299.758	935.305	75,73
Despesas de exercícios anteriores	642.011	63.863	9,95	63.863	0	0,00
Material de consumo	6.254.400	0	0,00	0	0	-
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	1.000.000	0	0,00	0	0	-
Geral	78.987.044	7.755.337	9,82	6.551.077	1.204.260	15,53

Fonte: SIOFWEB

# 4.5 Gestão da arrecadação

O Departamento de Gerência Executiva do FERMOJU administra os recursos originários da arrecadação própria e dos Depósitos Judiciais. O desempenho da arrecadação no exercício financeiro foi de R\$ 71,9 milhões, incluindo os Depósitos Judiciais do PIMPJ (R\$ 4,1 milhões), os rendimentos financeiros dos saldos bancários (R\$ 1,5 milhões), as receitas próprias (R\$ 48,5 milhões), e as receitas destinadas ao ressarcimento dos atos gratuitos do registro civil (R\$ 17,8 milhões).

Tabela 5 – Arrecadação FERMOJU

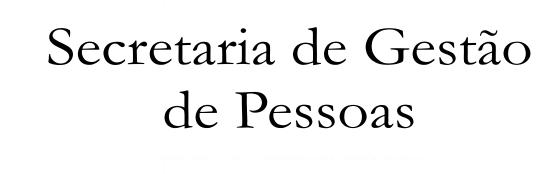
Mês	Receitas Fermoju	Rendimentos Fermoju	Depósito Judicial (PIMPJ)	Total de Receitas Não Vinculadas	Receita Vinculada Selos 85%	Geral Receitas
jan	4.863.920	118.445	477.133	5.459.498	1.756.292	7.215.790
fev	4.136.380	115.998	391.860	4.644.238	1.557.709	6.201.947
mar	4.566.479	141.886	399.909	5.108.274	1.660.876	6.769.149
abr	5.002.228	150.524	493.153	5.645.904	1.760.362	7.406.267
mai	5.410.282	135.951	422.559	5.968.793	2.034.856	8.003.649
jun	4.461.252	135.565	382.831	4.979.648	1.631.465	6.611.114
jul	4.947.770	159.537	416.527	5.523.834	1.799.049	7.322.883
ago	5.198.957	163.441	386.076	5.748.473	2.062.267	7.810.740
set	4.931.761	179.455	355.223	5.466.439	1.778.828	7.245.266
out	5.078.469	210.889	379.087	5.668.445	1.778.829	7.447.273
Total	48.597.498	1.511.690	4.104.359	54.213.546	17.820.533	72.034.079

Fonte: S2GPR

As receitas próprias incluem Receitas sobre Emolumentos (R\$ 15,4 milhões) e as oriundas das custas processuais (R\$ 27,5 milhões), que obtiveram incremento de 15,27% e 5,67%, respectivamente, com relação ao exercício anterior, tomando como referência o mês de outubro. A arrecadação dos depósitos judiciais para o PIMPJ atingiu R\$ 4,1 milhões, correspondendo apenas ao rendimento (spread) do saldo da "Conta PIMPJ – Recursos a Utilizar", existente no Banco do Nordeste do Brasil – BNB.

## 4.6 Relação orçamento x receitas 2013

A arrecadação de recursos próprios apresentou desempenho superior ao previsto no orçamento inicial, proporcionando suplementação orçamentária de R\$ 15,6 milhões. A gestão financeira possibilitou melhorar a remuneração das contas bancárias, gerando saldo financeiro na ordem de R\$ 1,5 milhões.



# 1 DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS

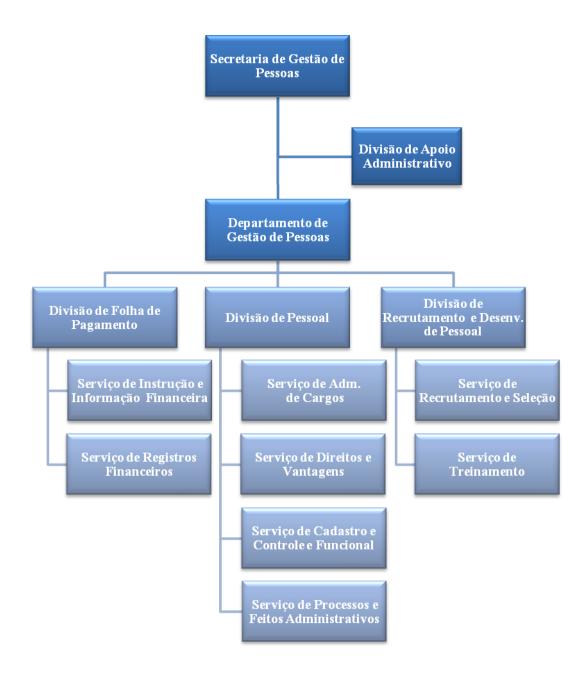
A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) é o órgão central incumbido da administração dos recursos humanos, incluindo recrutamento, seleção, educação corporativa e desenvolvimento de pessoas; planejamento, organização, administração e controle do Quadro de Carreiras, vencimentos, vantagens e benefícios; registro funcional do pessoal técnico-administrativo auxiliar e aplicação de regime disciplinar, bem como o gerenciamento do pessoal terceirizado.

A SGP foi criada pela Lei n° 14.916 de 03 de maio de 2011, que alterou o texto original de criação da Secretaria de Recursos Humanos e de gestão do FERMOJU, constante na Lei n°12.483, de 03 de agosto de 1995.

O Departamento de Gestão de Pessoas, por sua vez, é a unidade integrante da Secretaria de Gestão de Pessoas ao qual compete planejar, coordenar, dirigir e controlar as atividades e tarefas componentes dos sistemas sob sua área gerencial. É subdividido em três Divisões (Pessoal, Folha de Pagamento, Recrutamento e Desenvolvimento de Pessoal) e tem como principais incumbências:

- a) coordenar em nível gerencial as ações de Educação Corporativa de servidores e gerenciar de projetos realizados pela SGP;
- coordenar as ações de recrutamento, seleção, concursos internos de remoção e atualização de cadastro funcional;
- c) manter atualizado o sistema de registro dos dados funcionais dos magistrados e dos servidores, da mão de obra terceirizada e estagiários; operando todos as ações de gestão de pessoal como: nomeação, posse, exoneração, aposentadoria e demais atividades;
- d) efetuar o controle e garantia do pagamento de direitos remuneratórios, previdenciários e obrigações tributárias, inerentes aos servidores, magistrados (ativos/ aposentados), serventuários da justiça aposentados, pensionistas provisórios de montepio, estagiários, servidores à disposição e militares exercendo função de segurança no Poder Judiciário.

### 2 ORGANOGRAMA FUNCIONAL



# 3 AÇÕES E PROJETOS

# 3.1 Projetos

Atualmente, a Secretaria de Gestão de Pessoas gerencia os seguintes Projetos Estratégicos:

# 3.1.1 Projeto de Valorização do Servidor (PJSGP2011001)

Tem como principal objetivo garantir a valorização dos servidores através de ações que lhe promovam bem-estar e um sentido de afiliação à Instituição.

Dentre seus objetivos específicos está a Implementação de 3 (três) ações que visem preparar o servidor para a aposentadoria; promover a integração dos novos servidores, atingindo no mínimo 70% do público-alvo e realizar pelo menos 1 (um) evento de convivência (campeonatos, corridas etc.), dentre outros.

O projeto encontra-se atualmente em fase de realização, com 81% das tarefas finalizadas e data de conclusão prevista para 16/06/2014.

### 3.1.2 Desenvolver o Plano de Capacitação (PJSGP2011003)

Tem como objetivo fundamental garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário através da Educação Corporativa, aprimorando a excelência na prestação jurisdicional.

Dentre seus objetivos específicos está a elaboração do Levantamento de Necessidade de Treinamento (LNT), a contratação de empresa para viabilizar Plano de Desenvolvimento de Líderes – PDL e a elaboração de portarias de credenciamento de facilitadores internos e externos.

O projeto encontra-se em fase de realização, com 91% das tarefas finalizadas e data de conclusão prevista para 17/12/2013.

3.1.3 Solução Integrada em Mapeamento de Competências, Avaliação e Gestão por Desempenho, Ascensão Funcional e Plano de Capacitação Funcional dos Servidores do Poder Judiciário Cearense (PJSGP2012002)

Tem como objetivo fundamental realizar o mapeamento de competências estratégicas, técnicas e gerenciais dos 28 (vinte e oito) cargos efetivos e dos 181 (cento e oitenta e um) cargos em comissão, envolvendo, aproximadamente, 3.500 (três mil) servidores do Poder Judiciário cearense.

Além disso, busca implementar modelo de avaliação e gestão por desempenho com base em competências e resultados para os servidores do Poder Judiciário cearense, inclusive daqueles que se encontram em estágio probatório; definir a nova sistemática de Ascensão Funcional (promoção e progressão) baseada em critérios objetivos, com sistema de pontuação baseado nos critérios definidos no modelo de avaliação e gestão por desempenho (parte quantitativa) e formular Plano de Educação Corporativa integrado ao modelo de avaliação e gestão por desempenho, com o desenho de, pelo menos, 25 (vinte e cinco) programas de capacitação voltados para as áreas Judiciárias e Administrativas do Poder Judiciário cearense.

O projeto encontra-se atualmente em fase de aquisição, com 36% das tarefas concluídas e previsão de conclusão para 13/08/2014.

# 3.1.4 Acompanhamento Psicossocial de Magistrados (PJSGP2013008)

Tem como principal objetivo diagnosticar os principais estressores psicossociais da magistratura cearense, com vistas a propor ações que diminuam a incidência dos mesmos.

O projeto é realizado em parceria com a ACM (Associação Cearense de Magistrados) e encontra-se atualmente em fase de realização, com previsão de conclusão para 18/12/2013.

# 3.1.5 Concurso Público para Ingresso de Novos Servidores e Cadastro de Reserva (PJSGP2013002)

Objetiva realizar concurso público para provimento de cargos de servidores efetivos no Poder Judiciário cearense.

O Projeto encontra-se em fase de concepção.

## 3.2 Principais ações desenvolvidas em 2013

3.2.1 Início da organização de concursos públicos para provimento de cargos de servidores efetivos e de cargos de juiz substituto

A realização de concurso público para provimento de cargos de servidores efetivos visa prover as unidades do Poder Judiciário cearense, especialmente do interior do Estado, com quantitativo suficiente de servidores, tornando a prestação jurisdicional mais célere, ágil e suficiente, para facilitar o acesso do cidadão à Justiça, viabilizar o atendimento num prazo razoável e, por conseguinte, cumprir Objetivo Estratégico que preceitua "Maximizar o acesso dos cidadãos à Justiça"

Com intuito de dar andamento a organização e realização do concurso público, foi instituída, através da Portaria nº 1114/13, publicada em 23 de setembro de 2013, a Comissão do Concurso Público. Dentro do prazo previsto de 180 dias, a Comissão terá a atribuição de fornecer as informações necessárias à elaboração do concurso; aprovar os editais e comunicados aos candidatos; acompanhar e fiscalizar todas as etapas do desenvolvimento dos serviços prestados pela Organizadora do concurso; e notificar a contratada a respeito de imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

Foi designada ainda, mediante portaria nº 1820/2013, equipe servidores da SGP para, no prazo de 180 dias, auxiliarem a Comissão Examinadora do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Juiz Substituto nas providências necessárias à realização do referido concurso.

## 3.2.2 Educação Corporativa de servidores do Poder Judiciário Cearense

No ano de 2013 foram capacitados 981 (novecentos e oitenta e um) servidores, através da oferta de 115 (cento e quinze) cursos nas áreas de Formação Continuada, Capacitação em Competências Estratégicas, Treinamentos Específicos e Qualidade de Vida, conforme o Plano de Capacitação dos Servidores do Poder Judiciário Cearense 2013. No total, 328 servidores foram capacitados em competências estratégicas no corrente ano, em obediência ao Indicador Estratégico nº 23 do Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense 2010-2014, que prevê "obter 50% de servidores treinados nas competências estratégicas até 2014".

### 3.2.3 Semana do Servidor Público 2013

Por meio do Projeto de Valorização do Servidor, realizou-se uma ação de convivência intitulada Semana do Servidor 2013 para comemorar o dia do Servidor Público Estadual em 28 de outubro.

Houve homenagem aos servidores com 40 anos ou mais de Serviço Público no Poder Judiciário cearense e um show de talentos com apresentações de servidores. Ocorreu também o I Concurso Cultural de Redação em parceria com a Secretaria Especial de Planejamento e Gestão, bem como exposição de fotografia com tema livre.

#### 4 RESULTADOS

# 4.1 Proposta de isonomia salarial

A Mensagem de Lei foi aprovada pelo Tribunal Pleno na sessão do dia 1º de novembro de 2013, tendo sido entregue ao Presidente da Assembléia Legislativa pelo Presidente do TJCE no dia 06 de novembro.

A proposta é oriunda do pleito dos servidores efetivos para sanar as diferenças vencimentais entre ocupantes de mesmo cargo e com as mesmas atribuições, por estarem lotados na capital ou no interior, ou por ter ingressado no Poder Judiciário cearense na capital entre os anos de 2002 e 2006.

Serão beneficiados mais de 1300 (mil e trezentos) servidores. O pagamento darse-á em 5 (cinco) etapas anuais, a primeira com efeitos financeiros a partir de julho de 2014 e as demais no mesmo mês dos anos subsequentes, progressivamente.

# 4.2 Normatização da concessão de Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR)

A Portaria nº 938/2013, publicada em 26 de agosto de 2013, estabeleceu critérios e parâmetros eminentemente técnicos com o fim de gerenciar a utilização da Gratificação por Execução de Trabalho Relevante, Técnico ou Científico (GTR), prevista no inciso IV do art. 132, da Lei estadual nº 9.826/74, no âmbito do Poder Judiciário cearense.

Trata-se de regulamento cujo escopo mostra-se inédito na medida em que promoveu, de maneira consistente, a revisão de antigos critérios, o redimensionamento de valores defasados e a inclusão de novos parâmetros, estabelecendo, ainda, condições objetivas para a concessão e a cessação da gratificação. Soma-se, a isso, o efeito de interiorização da gratificação, que passa a ser estendida a servidores que prestam assistência direta a magistrado nas comarcas de entrância intermediária e inicial.

## 4.3 Implantação do novo sistema de Gestão de Recursos Humanos (GRH)

O novo sistema GRH será responsável por gerenciar as informações de recursos humanos, como nomeações, promoções, substituições, exonerações, aposentadorias, histórico

de lotações, férias, licenças, consulta e validação de frequência. Há previsão de implantação de módulos de treinamento e concursos.

Trata-se de um novo sistema unificado e padronizado que substituirá os sistemas de recursos humanos atuais, a saber: SIRH, SGFU, SFERIAS, SMED, SPONTO, SPONTO Interior e Abono on-line.

A previsão para a implantação definitiva é no início de Dezembro de 2013. Até Novembro de 2013 o GRH será usado em paralelo aos sistemas legados para ajustes dos últimos detalhes e testes de integração com o sistema da Folha de Pagamento (SIPP).

#### 4.4 Reajuste das diárias de viagem de serviço

As Resoluções do Órgão Especial n°s 04 e 09 reajustaram os valores das diárias concedidas em viagem de serviço a servidores e magistrados, além de atualizarem e disciplinarem as regras para concessão das mesmas. As regulamentações anteriores sobre o assunto datavam de 2009.

# 4.5 Nova Resolução de Estágio

A Resolução do Órgão Especial nº 08/2013, normatiza a concessão de estágios a estudantes universitários no âmbito do Poder Judiciário cearense, trazendo como principal inovação a possibilidade de celebrar com agentes de integração, públicos ou privados, convênio ou contrato para recrutamento e pré-seleção de candidatos a estágio, bem como o acompanhamento das atividades realizadas pelos estagiários.

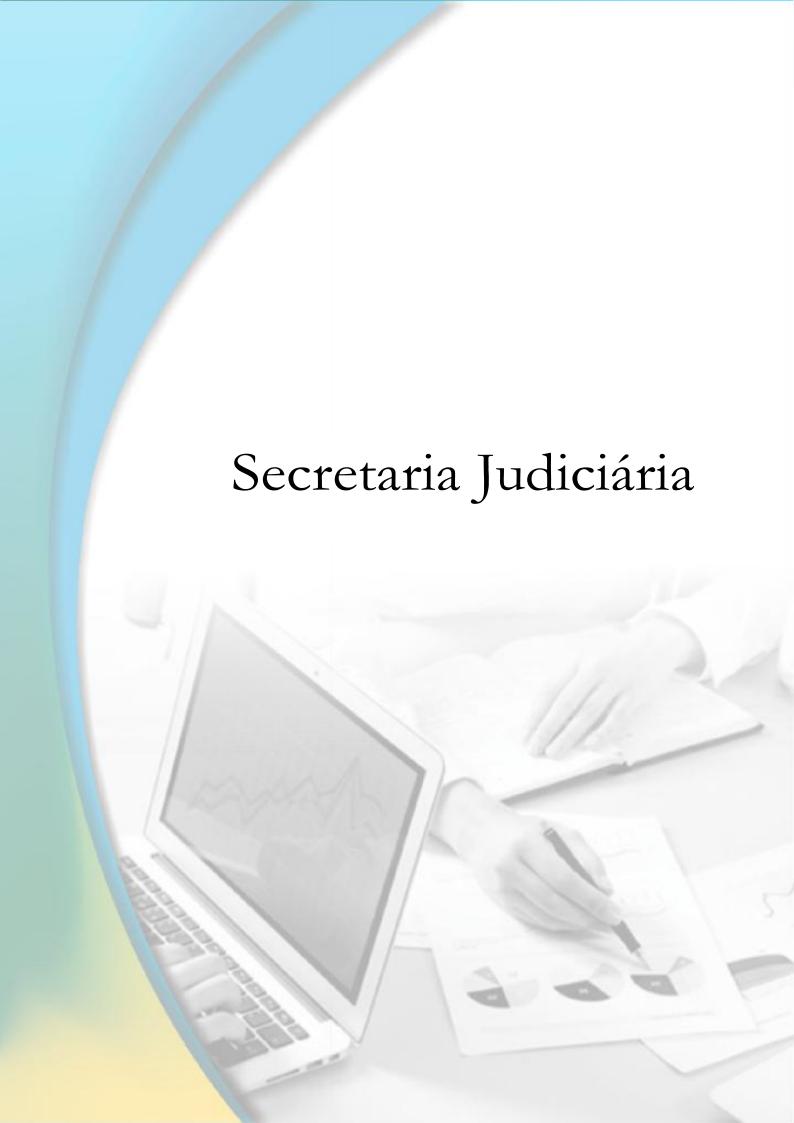
## 4.6 Folha de Pagamento

A Divisão de Folha de Pagamento efetivou pagamentos no exercício de 2013 (compreendendo o período de janeiro a novembro/2013, incluindo antecipação do 13º Salário), em média, mensalmente, nos seguintes quantitativos e valores:

- a) 4.795 servidores/magistrados/comissionados, ativos, no valor de R\$ 45.467.722,15;
- b) 20 beneficiários concernentes à DEA (Despesa de Exercícios Anteriores) de indenização de férias não usufruídas, no valor de R\$ 114.990,32;
- c) 41 beneficiários (aproximadamente) relativos à DEA Despesas de

- Exercícios Anteriores (diversos), correspondentes a R\$ 370.056,34;
- d) 483 estagiários, equivalente a R\$ 411.811,56;
- e) 495 beneficiários referentes à PAE Parcela Autônoma de Equivalência.
- f) Além dos ATIVOS (pagos por este Poder), elaborou 12 (doze) folhas de pagamentos de servidores/magistrados/serventuários aposentados, os quais são pagos pelo Poder Executivo Estadual.

Registra-se, por fim, a elaboração de 12 (doze) GFIP's, bem como a elaboração e envio à Delegacia da Receita Federal de 6.134 registros financeiros concernentes ao Ano-Calendário 2012.





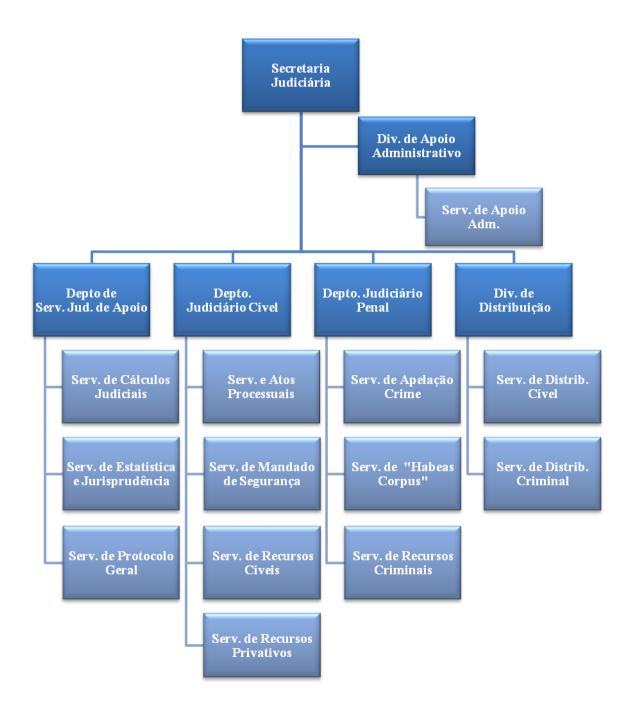
# 1 DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS

A Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, alinhada aos objetivos do plano estratégico 2010-2014, que visa, dentre outros objetivos, assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva, exercer responsabilidade socioambiental, maximizar o acesso à Justiça e fortalecer as relações entre os Poderes, setores e instituições, é a unidade administrativa encarregada do planejamento, da organização, da direção e do controle das seguintes atividades auxiliares desta Corte:

- a) distribuição dos feitos;
- b) preparo dos processos para julgamento;
- c) emissão, divulgação e publicidade dos despachos, acórdãos e decisões monocráticas, resoluções e outros atos processuais e administrativos;
- d) realização de cálculos aritméticos e judiciais informações e relatórios aos julgadores, partes e advogados;
- e) elaboração da estatística judiciária que é publicada periodicamente no Diário da Justiça, conforme art. 13, *caput*, da Lei nº 13.956/2007.

Vale ressaltar que compete à Secretária Judiciária, também, fornecer subsídios ao Presidente desta Corte para a organização e modernização dos serviços judiciários do Estado.

### 2 ORGANOGRAMA



# 3 AÇÕES E PROJETOS

# 3.1 Ações da Secretaria Judiciária

3.1.1 Implantação do núcleo da digitalização do 2º grau vinculado ao Departamento de Serviços Judiciários de Apoio

A Secretaria Judiciária empreendeu esforços, em parceria com a Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, no sentido de elaborar a normatização necessária para a formalização dos Núcleos de Digitalização de 1° e 2° graus, resultando na Portaria n° 593/2013, DJE de 12.06.2013.

Assim, o Serviço de Protocolo Geral realizou a digitalização dos processos e recursos, bem como petições físicas, conforme explanado no item 6.1(resultados).

3.1.2 Construção, validação e implantação do fluxo digital do plantão judiciário

Esta Secretaria planejou, analisou, construiu e implantou, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, o fluxo digital do Plantão Judiciário de segundo grau, a fim de possibilitar o recebimento, o cadastramento e o encaminhamento, no sistema SAJSG, dos processos recebidos durante os Plantões Judiciários realizados nos finais de semana e nos feriados.

3.1.3 Participação no manual de racionalização de procedimentos do Conselho Nacional de Justiça e validação da nova tabela de índices para realização de cálculos judiciais

A SEJUD contribuiu efetivamente na análise do Manual de Racionalização de Procedimentos do Conselho Nacional de Justiça e validação de nova tabela de índices para a realização de cálculos judiciais.

3.1.4 Promoção de curso de redação oficial em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas

Foi promovido curso de Redação Oficial para capacitação dos servidores e terceirizados lotados nos departamentos judiciários desta egrégia Corte, tendo em vista o

conhecimento da língua portuguesa e das normas referentes à redação oficial serem imprescindíveis para a correta elaboração dos expedientes e correspondências.

# 3.1.5 Participação da SEJUD no procedimento de virtualização do precatório

Esta Secretaria, em participação no procedimento de tramitação dos precatórios, disponibilizou uma servidora para a realização das tarefas de elaboração de informações processuais, digitalização e indexação dos autos.

### 3.1.6 Reforma nas instalações físicas das unidades administrativas vinculadas à SEJUD

Foram realizadas reformas nas instalações do Departamento Judiciário Cível, bem como Divisão de Distribuição, através da retirada das divisórias e criação dos grupos de trabalho, subdividindo os procedimentos de maneira a racionalizar o espaço físico, adequando-o à realidade do processo eletrônico.

### 3.1.7 Racionalização do uso de papel

No ano de 2013, foi promovida uma ação de conscientização dos servidores dos departamentos da SEJUD, no sentido de adotar o procedimento de reutilização de papel para impressão, com vistas a reduzir o quantitativo desse material de expediente solicitado ao almoxarifado.

3.1.8 Incremento da equipe responsável pelo envio dos processos em sede de Recursos Especial e Extraordinário aos Tribunais Superiores

Alinhado ao plano estratégico deste tribunal, o qual visa à harmonia nas relações entre todos os Órgãos, foram alocados três servidores exclusivamente para digitalização e envio dos processos em sede de Recursos Especial e Extraordinário.

#### 3.2 Projetos da Secretaria Judiciária

Durante o exercício de 2013 a Secretaria Judiciária encaminhou à Secretaria de Planejamento deste Tribunal 05 (cinco) propostas de projetos e realizou o replanejamento de 02 (dois) projetos, conforme discriminado abaixo:

3.2.1 Racionalização, mapeamento e manualização de procedimentos e rotinas de trabalho alusivos à tramitação processual no âmbito do Tribunal de Justiça do Ceará

Este projeto tem como objetivos:

- a) produzir documentação contendo o mapeamento do fluxo processual nos setores da Secretaria Judiciária do TJCE;
- analisar e racionalizar, quando necessário, os procedimentos desses setores, identificando problemas (gargalos/sobreposição) de atividades, o tempo de execução em cada atividade e a possibilidades de delegação, evitando retrabalhos;
- c) padronizar as rotinas das unidades conforme suas competências;
- d) elaborar Manual de Normas e Procedimentos Internos do TJCE, compreendendo tanto os procedimentos humanos quanto os de sistema (SAJ-SG e SAJ-PRO) e a ser instituído por ato normativo próprio;
- e) divulgar, inclusive através de disponibilização na Intranet, o mapeamento dos fluxos processuais vinculados às normas e procedimentos a serem seguidos, informando ao usuário interno o motivo, o tempo e a forma de fazer as suas atividades diárias, facilitando a multiplicação dos conhecimentos.

O referido projeto encontra-se atualmente na fase de planejamento.

3.2.2 Garantir a descentralização do acesso dos cidadãos às certidões cíveis e criminais

Objetiva aprimorar o atual sistema existente de "Certidão *on line*", para contemplar os processos do SAJ.

Atualmente, o projeto encontra-se na fase de planejamento.

3.2.3 Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER)

Esta secretaria elaborou a minuta de criação do Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos (NURER) no âmbito desta Corte, nos termos da Resolução nº 160, de 19.10.2012, do Conselho Nacional de Justiça, vinculado à Vice -Presidência, o que resultou na publicação da Resolução do Órgão Especial nº 02/2013, disponibilizada no DJE de19 de abril de 2013.

O NURER tem como objetivos normatizar sua instituição, composição e atribuições; definir condições mínimas de seu funcionamento, no tocante a espaço físico, composição de equipe e sistema de informações; promover capacitação dos integrantes da equipe, através de treinamentos e cursos.

Atualmente, o projeto encontra-se na fase de execução.

## 3.2.4 Reestruturação do Setor de Cálculos Judiciais

A reestruturação desse setor objetiva:

- a) aumentar o espaço físico;
- b) aumentar o quadro funcional da unidade em 02 analistas;
- c) substituir 02 computadores com a configuração de monitores duplos;
- d) capacitar os servidores, através da promoção de curso contendo 3 módulos, a saber: Direito Tributário, Matemática Financeira e Excel Avançado;
- e) estreitar o relacionamento com o Serviço de Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua, bem como com os demais Tribunais do país, promovendo o intercâmbio de boas práticas de gestão;
- f) racionalizar, padronizar e manualizar os procedimentos e metodologias de cálculos financeiros adotados no Tribunal de Justiça e no Serviço de Contadoria do Fórum Clóvis Beviláqua.

Este projeto se encontra na fase de execução.

### 3.2.5 Criação de cargo de chefe de serviço das Câmaras Cíveis

Visa adequar a estrutura existente no Departamento Judiciário Cível ao novo "modelo organizacional" do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, haja vista que a estrutura vigente, dotada de 02 (dois) chefes de serviço, foi desenhada em um momento em que o TJCE contava com apenas 04 (quatro) Câmaras Cíveis, ou seja, os expedientes eram realizados para atender às determinações de 16 (dezesseis) relatores. Porém, o TJCE hoje é composto por 08 (oito) Câmaras Cíveis, sendo 32 (trinta e dois) relatores, o que resultou no dobro da quantidade de relatores, sem a devida adequação da estrutura a essa nova demanda. O projeto encontra-se na fase de planejamento.

# 3.2.6 Criação de serviço de certidões de 2º grau

No exercício de 2012 as certidões eram elaboradas nos Departamentos Judiciários, Cível e Penal, utilizando, para tanto, servidores responsáveis por diversas atividades próprias dos atos de secretaria, as quais ficam paralisadas por ocasião da preparação das certidões.

Assim, este projeto, que foi aprovado no ano de 2012 e hoje se encontra em fase de replanejamento, visa à instituição do Serviço de Certidão, apresentando dois objetivos principais: a celeridade na expedição das certidões relacionadas aos processos com tramite nesta instância de 2º grau e a otimização dos trabalhos realizados pelos Departamentos Judiciários Cível e Penal.

## 3.2.7 Criação do cargo de assessor técnico da Secretaria das Câmaras Reunidas

Aprovado no exercício de 2012 e replanejado no exercício de 2013, este projeto se encontra na fase de planejamento e apresenta relevantes objetivos, que podem ser resumidos abaixo:

- a) fornecer celeridade à publicação dos acórdãos dos julgamentos proferidos pelas Câmaras Reunidas, a fim de manter o atendimento à Meta 04 estabelecida pelo CNJ;
- agilizar a preparação, durante a sessão de julgamento, das movimentações a serem realizadas nos processos eletrônicos do sistema SAJ e, desse modo, contribuir para o aprimoramento do Poder Judiciário;
- c) promover integração de bancos de dados entre os diversos setores supervisionados pela Secretaria das Câmaras Reunidas, tendo em vista que o trabalho de pesquisa e compilação de informações a ser executado pelo Assessor Jurídico propiciará o compartilhamento e a disponibilização de dados na rede interna (intranet);
- d) estabelecer atividade de assessoria na confecção dos mapas estatísticos a serem preenchidos pelos Gabinetes dos Relatores, agilizando a execução dos trabalhos da baixa e exclusão de processos e, desta forma, contribuindo para a redução da taxa de congestionamento do Poder Judiciário.

#### 4 RESULTADOS

## 4.1 Implantação do núcleo de digitalização

O Núcleo de Digitalização do TJCE promoveu, no período de 01.01.2013 a 31.10.2013, a digitalização de cerca de 7.153 (sete mil cento e cinquenta e três) processos e petições recebidos pelo protocolo ou vindas dos acervos em tramitação dos gabinetes.

Tabela 1- Quantidade de processos e petições digitalizados

Discriminação	Quantidade
Processos e petições inicias recebidas do Protocolo	5.553
Processos do acervo em tramitação dos gabinetes	1.600
TOTAL	7.153

Fonte: Núcleo de Digitalização TJCE, referente ao período de 01.01. a 31.10.13

# 4.2 Construção e validação do fluxo digital do plantão judiciário

A construção e implantação do fluxo digital do Plantão Judiciário, bem como a reestruturação das suas instalações físicas, com a aquisição de equipamentos de informática e realocação da sala para o pavimento térreo, resultaram em uma melhor acessibilidade das partes e dos advogados e um maior controle e celeridade do trâmite processual.

# 4.3 Promoção de curso de redação oficial em conjunto com a secretaria de gestão de pessoas

Concluída a capacitação dos servidores foi possível constatar aumento da motivação dos servidores, bem como uma significativa diminuição do quantitativo de erros anteriormente verificados.

## 4.4 Reformas na sala

A racionalização do espaço físico, trazida pela reforma, apresentou um quadro positivo de controle das atividades exercidas pelos servidores, melhorando o desempenho dos mesmos, a exemplo da concentração dos Serviços de Recursos das Câmaras em uma única área.

# 4.5 Racionalização do uso de papel

No ano de 2012, foram solicitadas pela Secretaria Judiciária 3.720 resmas de papel ao almoxarifado, ou seja, uma média de 310 resmas/mês. Já neste ano, até a data de 31.11.2013, a quantidade solicitada desse material ficou em torno de 2.517, ou seja, a média reduziu para 251 resmas/mês, o que significou uma economia de material de cerca de 20%.

# 4.6 Incremento da equipe responsável pelo envio dos processos em sede de recursos especial e extraordinário aos tribunais superiores

Tabela 2- Comparativo da quantidade de processos encaminhados aos Tribunais Superiores

Discriminação	2012	2013
Recursos para STF (digitais e físicos)	54	165
Recursos para STJ (digitais e físicos)	947	1.073
TOTAL	1.001	1.238

Fonte: Dados colhidos até 31 de outubro de 2013 e fornecidos pelo Serviço de Recursos Privativos

# 4.7 Elaboração de expedientes

Alinhado ao plano estratégico 2010-2014, deu-se continuidade à deliberação que instituiu que decisões que ensejam a elaboração de expedientes devem ser assinadas diretamente pelo Secretário Judiciário, de ordem do Desembargador Relator, a exemplo do que ocorre no Superior Tribunal de Justiça, como forma de dar maior celeridade ao cumprimento desses. Neste contexto, foi expedida, de ordem, a quantidade de expedientes discriminados na tabela abaixo.

Tabela 3 – Quantitativo de Expedientes

Тіро	2012	2013
Cartas e Mandados Intimação Cível	6.087	11.104
Oficios Cíveis Expedidos	7.047	7.627
Certidões Cíveis Expedidas	385	384
Mandados Criminais Expedidos	345	174
Oficios Criminais Expedidos	4.612	4.809
Certidões Criminais Expedidas	1.983	1.438
Geral	20.459	25.536

Fonte: Dados colhidos até 31 de outubro de 2013 e fornecidos pelos Departamentos Judiciários Cível, Criminal e Gabinete da Secretária Judiciária

Importa registrar que, para o cumprimento de despachos, visando à intimação pessoal da parte, de forma mais célere e, também, a redução de custos com postagem, a Secretaria Judiciária continua expedindo Mandado de Intimação ao invés de Carta de Intimação, dentro da Cidade de Fortaleza. Assim, até a data de 31/10/2013 foram encaminhados 5697 (cinco mil, seiscentos e noventa e sete) mandados à sala dos oficiais de justiça, sendo que, destes, 5685 (cinco mil, seiscentos e oitenta e cinco) mandados foram devolvidos cumpridos, findando o mês de outubro/2013 com apenas 12 (doze) mandados em cumprimento e atingindo o percentual de 99,78% de cumprimento.

# 4.8 Distribuição de Processos

Dando continuidade à análise de prevenção e a distribuição dos feitos ingressos nesta eg. Corte de Justiça, pela via originária e recursal, durante período de 1º/01/2013 a 07/11/2013 foi realizada a distribuição de **32131** (trinta e dois mil, cento e trinta e um) processos, ingressos neste Tribunal pela via originária e recursal, no Sistema de Automação da Justiça- SAJ e no Sistema Processual - SPROC, além de **9354** (nove mil, trezentos e cinquenta e quatro) processos redistribuídos devido à transferência do acervo dos desembargadores aposentados.

### 4.9 Sessões de Julgamento

Ressalta-se, também, o preparo integral dos processos para julgamento das Câmaras Reunidas Cíveis e Criminais, ou seja, a elaboração de pautas, certidões de julgamento e atas, que resultou no quantitativo de processos julgados descrito na tabela abaixo.

Tabela 4 - Quantitativo de sessões realizadas e processos julgados nas Câmaras Reunidas

Sessões e Julgamentos	2012	2013
Sessões realizadas nas câmaras reunidas cíveis	12	9
Sessões realizadas nas câmaras reunidas criminais	11	9
Processos julgados nas câmaras r. cíveis	110	72
Processos julgados nas câmaras r. criminais	105	54

Fonte: Dados colhidos até 31 de outubro de 2013 e fornecidos pelo Gabinete da Secretaria Judiciária

Frisa-se que até o dia 31 de outubro de 2013 foram baixados 14.792 (quatorze mil, setecentos e noventa e dois) processos cíveis.

#### 4.10 Meta 4 CNJ

Em atendimento à Meta 4 do CNJ, que fixa o prazo de 10 (dez) dias para publicação de acórdãos, após a sessão de julgamento, obteve-se, até o dia 25 de outubro de 2013, 99,94% de cumprimento da referida meta.

#### 4.11 Elaboração de cálculos judiciais

No ano de 2013, o setor de Serviço de Cálculos realizou atualizações de valores em processos administrativos e processos cíveis, além de precatórios requisitórios do Estado do Ceará, do Município de Fortaleza e demais municípios deste Estado, perfazendo, até 31 de outubro de 2013, um total de 1.209 cálculos judiciais.

#### 4.12 Prestação de Informações a outros órgãos

A SEJUD forneceu à Presidência desta Corte subsídios para elaboração de informações inerentes aos processos judiciais e administrativos em trâmite nesta instância, solicitadas por outros órgãos públicos e privados, conforme quantitativos apresentados abaixo:

Tabela 5 - Quantitativo de informações prestadas e ofícios expedidos

Discriminação	2012	2013
Informações processuais prestadas à Presidência, Vice-Presidência, Desembargadores, Juízes e Corregedoria	201	377
Ofícios diversos	556	201
Ofícios Circulares	43	19
Informações em processos administrativos – CPA	599	1.097

Fonte: Dados colhidos até 31 de outubro de 2013 e fornecidos pelo Gabinete da Secretaria Judiciária





## 1 DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS

A missão da Secretaria de Tecnologia da Informação (SETIN) é prover soluções de tecnologia da informação e comunicação (TIC) efetivas, auxiliando o Judiciário cearense no cumprimento de sua função institucional.

Entre os objetivos da SETIN, destacam-se:

- a) aprimorar a comunicação com os usuários de TIC;
- b) melhorar a Governança de TI;
- c) garantir satisfação do cliente de TIC;
- d) facilitar o acesso à justiça, promovendo a capilaridade dos sistemas e serviços;
- e) garantir a infraestrutura de TIC necessária para as atividades judiciais e administrativas;
- f) garantir a disponibilidade de sistemas de TIC essenciais ao Judiciário;
- g) prover sistemas de TIC interoperáveis e documentados;
- h) desenvolver competências.

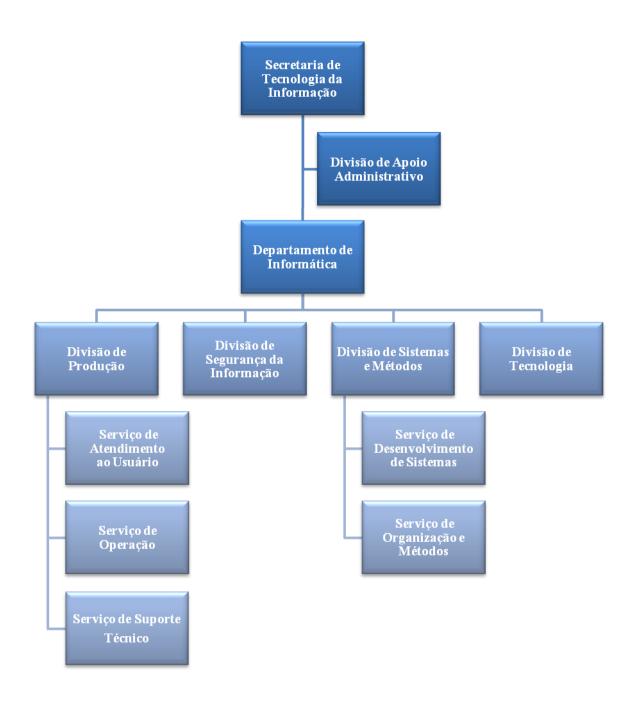
A SETIN é o órgão central responsável pelo desenvolvimento das atividades de planejamento, organização, direção e controle das funções ligadas à tecnologia da informação e comunicação do Poder Judiciário, competindo-lhe especificamente a administração dos serviços de informática, a administração dos serviços de comunicação de dados e a gestão da segurança da informação. As ações da SETIN têm abrangência para todo o Estado do Ceará e para o público que acessa a internet através dos serviços disponibilizados no portal.

Em 22 de maio de 1989, através da Lei nº. 11.557, foi criado o Departamento de Informática do TJCE. Em 13 de agosto de 2007, a SETIN foi criada através da Lei Estadual nº 13.956, publicada no dia 21 de agosto de 2007 no Diário Oficial do Estado nº. 158, que incorporou o Departamento de Informática e o Departamento de Gestão de Documentos.

Em 14 de dezembro de 2010, a Lei nº 14.813, publicada no Diário Oficial de 17 de dezembro de 2010, alterou a lei nº 13.956 e realocou o Departamento de Gestão de Documentos abaixo da Assessoria Institucional, restando desta forma à SETIN um único departamento: o Departamento de Informática.

O quadro de pessoal da SETIN é formado atualmente por noventa e quatro (94) colaboradores, sendo: 69 servidores efetivos, 21 terceirizados e 4 servidores somente comissionados.

#### 2 ORGANOGRAMA



## **3 AÇÕES E PROJETOS**

A Tabela 2 apresenta os diversos projetos da SETIN, com detalhamentos sobre seus objetivos, as unidades envolvidas, a fase atual e o progresso em valores percentuais:

Tabela 2 – Projetos da SETIN

Projetos					
Nome	Objetivos / Entregas	Unidades Envolvidas	Progresso	Fase Atual	
Sistema de Portal das Serventias Extrajudiciais - PEX	Fornecimento de solução integrada voltada para o atendimento da área administrativa, contemplando licenciamento, levantamento de informações, adequações, instalações, treinamento, acompanhamento de utilização, suporte local e remoto e manutenção continuada. Um sistema que permita que o trabalho seja realizado utilizando documentos eletrônicos, garantindo autenticidade e integridade dos dados, elevando a segurança da movimentação dos processos, utilizando padronizações em conformidade com os processos existentes.	a) SETIN b) Corregedoria c) SGP d) Fermoju	100%	Conclusão	
Ampliação, Implantação e Aquisição de Rede Wireless	Aquisição de equipamentos para atender a demanda de clientes wireless nas instalações do TJCE, Fórum e ESMEC, com autenticação individual, controle de horários, controle de banda.	a) SETIN b) TJCE c) FCB d) ESMEC	100%	Conclusão	
Aquisição de Switches de Acesso/Distribuição	Este projeto tem por finalidade adquirir equipamentos de acesso a rede de computadores para ampliar as redes locais do Tribunal de Justiça, Fórum Clóvis Beviláqua e comarcas do interior do estado do Ceará.	a) SETIN b) Tribunal de Justiça c) Fórum Clóvis Beviláqua d) Comarcas do interior do Estado do Ceará	100%	Conclusão	
Aquisição de Estações de Trabalho	A aquisição de Estações de trabalho atenderá à reestruturação do Judiciário, tendo em vista o aumento das unidades judiciárias e servidores da capital e interior, as demandas dos novos Juizados Especiais da Capital, as varas no interior do estado e as varas do Fórum Clóvis Beviláqua, além de prover para alguns departamentos do TJCE microcomputadores modernos capazes de realizar tarefas específicas com mais rapidez.	a) SETIN b) TJCE c) FCB d) Varas da Capital e Interior e) Juizados Especiais.	100%	Conclusão	

Continua

### Continuação

	Projetos			
Nome	Objetivos / Entregas	Unidades Envolvidas	Progresso	Fase Atual
Aquisição de Consumíveis do Scanner Fujitsu fi-6800	Contratação por meio de licitação, através de pregão eletrônico, de empresa para fornecer 90 consumíveis e 60 lentes para scanner, no mínimo 3 (três) itens por lote. O Poder Judiciário Cearense possui 15 Scanners Fujitsu fi-6800 que atendem às demandas de digitalização do Fórum Clóvis Beviláqua e Sede do TJCE, tornando a justiça mais célere na virtualização dos processos.	a) SETIN b) TJCE c) FCB	100%	Conclusão
Serviços de Detecção e Remoção de ameaça de software mal- intencionados	Garantir a segurança nos microcomputadores e servidores corporativos na rede de dados do TJCE, contra os ataques de vírus e outros softwares mal-intencionados durante o período de cobertura da solução.	a) SETIN b) TJCE	100%	Conclusão
Contratação Rede Metropolitana de Fortaleza (Gigafor)	Contratação de links de comunicação da Rede Metropolitana de Fortaleza (Gigafor) para as Unidades Judiciárias da Comarca de Fortaleza, garantindo uma solução de TIC de vital importância que auxiliará o Judiciário Cearense a cumprir sua função institucional, alinhando ao PETI (Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário do Estado do Ceará) no interstício 2011 a 2015.	a) SETIN b) TJCE c) Unidades Judiciárias da Comarca de Fortaleza	100%	Conclusão
Ampliação do Data Center do TJCE e Fórum	Contratação de empresa especializada para realizar a ampliação da estrutura lógica, elétrica e ótica do Data Center do TJCE e do Fórum, com a inclusão de novos equipamentos computacionais.	a) SETIN b) TJCE c) FCB	100%	Conclusão
Selo Extrajudicial Digital	Virtualizar os Selos Extrajudiciais utilizados em cartórios no Estado do Ceará, diminuindo custos de envio e de devolução dos selos extrajudiciais para o Poder Judiciário e para os cartórios.	a) SEFIN b) Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) c) SETIN	98%	Realização
Aquisição de Software de Backup	Converter as atuais licenças do TSM Standard Edition para a Extended Edition, possibilitando a utilização dos 8 (oito) drivers do equipamento de backup a ser adquirido e adquirir licenças do software TSM Extended Edition para novos servidores DELL e Servidores Blade.	a) SETIN	98%	Realização
Licenças para estações de trabalho e servidores de rede	Aquisição de licenças para estações de trabalho e servidores de rede e modernização do parque computacional do TJCE.	a) SETIN b) Todas as unidades do Poder Judiciário Cearense	97%	Realização
Sistema de Compras e Licitações - SCL	Objetiva oferecer ao Poder Judiciário do Estado do Ceará sistema para o acompanhamento automatizado dos processos de solicitação de aquisição, lançamento de edital, licitação e compra de produtos e serviços.	a) SETIN b) Comissão Permanente de Licitação c) SECAD	87%	Realização  Continuo

Continua

Continuação

	Projetos			
Nome	Objetivos / Entregas	Unidades Envolvidas	Progresso	Fase Atual
Sistema de Gestão de Recursos Humanos - GRH	Disponibilização ao Poder Judiciário do Estado do Ceará de um novo sistema para gestão de recursos humanos.	a) SETIN b) SGP	84%	Realização
Notebooks para o Judiciário Cearense	Fornecimento de notebooks para o Judiciário cearense.	a) SETIN b) SECAD	80%	Realização
Risc - Renovação Garantia - IBM	Contratação de serviço de Manutenção de Equipamentos IBM, pertencentes ao Tribunal de Justiça do Ceará.	a) SETIN	76%	Realização
NOC / Grupo de Resposta a Incidentes de Segurança - GRIS	Contratação de serviço de monitoramento da infraestrutura em horários não comerciais e dias não úteis, além de ferramentas (software) de monitoramento.	a) SETIN	75%	Realização
Virtualização de Precatórios	Adequação tecnológica do módulo de cadastro do sistema SAPRE para o ambiente tecnológico do Poder Judiciário Cearense.	<ul><li>a) Assessoria de Precatórios</li><li>b) Diretoria do FCB</li><li>c) SEJUD</li></ul>	73%	Realização
Renovação de Licenças - AIX	Renovação das Licenças do AIX das RISC Power 750 IBM.	a) SETIN	71%	Concepção
Nobreaks para Infraestrutura do TJCE	Aquisição de Nobreaks para Infraestrutura de Comunicação e Servidores – interior e capital.	a) SETIN b) SECAD	71%	Realização
Extensão da Garantia dos Servidores DELL	Aquisição de extensão da garantia de servidores DELL PowerEdge R900 e DELL PowerEdge R710, pertencentes ao Tribunal de Justiça do Ceará.	a) SETIN	69%	Realização
Cálculos Judiciais	Implantação de funcionalidades de Cálculos de Atualização Monetária de 1° e 2° graus.	a) Cálculos (SEJUD) b) Contadoria (FCB)	67%	Realização
Implantação de Ferramenta de Informações Gerenciais	Aquisição de ferramenta de visualização de informações gerenciais e de ferramenta de ETL (ambas com suporte de 24 meses), além de treinamento de servidores no uso destas ferramentas.	a) SETIN b) SEPLAG	64%	Realização
Consultoria e Solução de Gestão em Segurança de TI	Contratação de serviços de consultoria especializada em segurança de TI.	a) SETIN	60%	Realização
Plano de Continuidade / Contingencia	Elaboração de Plano de Contingência de Tecnologia da Informação.	a) SETIN	60%	Realização
Unificação do Sistema de Ponto	Fornecimento de equipamentos para solução de controle de registro de ponto biométrico às unidades jurisdicionais.	a) SETIN b) SGP	57%	Realização
Sistema de Gerenciamento de Alcance de Metas	Desenvolvimento de sistema para automatização do cálculo da Gratificação por Alcance de Metas.	a) SEPLAG b) COGES	57%	Realização
				Continuc

Conclusão

Projetos				
Nome	Objetivos / Entregas	Unidades Envolvidas	Progresso	Fase Atual
e Controle Integrado de	Integração do módulo de controle de mandados judiciais ao sistema SAJSG, no âmbito do 2º grau, possibilitando a expedição, distribuição, acompanhamento e cumprimento dos mandados judiciais através deste sistema.	a) SETIN b) SEJUD	54%	Realização
Solução Piloto para Gravação de Audiências	Contratação de solução piloto para Gravação de Audiências.	a) SETIN b) FCB c) SEJUD	53%	Realização
Ferramenta Anti-Spam	Contratação de ferramenta anti-spam para serviço de correio eletrônico do TJCE.	a) SETIN	42%	Realização
Implantação do PJE	Implantação do sistema PJE em unidade de juizado especial piloto, construindo base de conhecimento que permita a implantação nos demais juizados.	a) SEJUD b) Comissão de Informática c) Coordenação dos JECCs	38%	Realização
Modernização dos Portais TJCE	Implantação dos novos Portais Intranet e Internet do TJCE.	a) SEPLAG	31%	Concepção
INTEGRAJUS	Projeto para integração das informações criminais entre os 3 entes da justiça (TJCE, SSPDS, SEJUS).	a) FCB b) SEJUD c) SEJUS e SSPDS	26%	Realização
Implantação do Escritório de Processos	Implantação de escritório de processos no âmbito da SETIN e disponibilização de ferramentas e capacitação para a execução de seus trabalhos.	a) SETIN	26%	Concepção
	Construção do sistema SESMEC para apoio à Escola de Magistratura.	a) SETIN b) ESMEC	20%	Realização
Solução de Gerenciamento de Service Desk	Contratação de empresa para fornecimento de Solução de Gerenciamento de Service Desk com base nas melhores e boas práticas do ITIL.	a) SETIN	17%	Realização
Ferramenta de busca a Juizados Especiais	Desenvolvimento de uma ferramenta de busca a Juizados Especiais a ser incorporada ao site do Poder Judiciário cearense.	a) SETIN b) FCB	13%	Concepção
Implantação do Sistema SAJ em Comarcas Piloto do Interior	Implantação do sistema SAJ em 5 comarcas do interior do Estado do Ceará.	<ul><li>a) SETIN</li><li>b) Comissão de Informática</li></ul>	7%	Concepção

Fonte: SETIN/TJCE

Com o objetivo de prover o suporte ao desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados, bem como disponibilizar uma infraestrutura capaz de atender às necessidades das diversas áreas do Poder Judiciário do Estado do Ceará, a SETIN realizou uma série de ações em 2013. Em relação ao desenvolvimento e melhoria de sistemas, destacam-se as seguintes ações:

- a) automatização dos procedimentos da Assessoria de Precatórios através da implementação do sistema SAPRE, disponibilizando um fluxo para trâmite virtual de processos de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor;
- automatização do envio e do retorno de recursos entre 1ª e 2ª instâncias, envolvendo inicialmente as ações de apelação das Varas da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza, através da integração dos sistemas de processo eletrônico SAJPG e SAJSG;
- c) implantação de projeto-piloto do "Voto Provisório" para agilização do julgamento de processos pelos Órgãos Julgadores de 2º grau (implantado na 3ª Câmara Cível);
- d) automatização do controle de distribuição e cumprimento dos mandados pelos oficiais de justiça das comarcas do interior e região metropolitana (implantado nas comarcas de Sobral, Juazeiro do Norte, Canindé, Caucaia, Maracanaú, Uruburetama, Crato, Santa Quitéria e Camocim);
- e) integração do Portal e-SAJ ao Cadastro Nacional de Advogados (CNA), permitindo que os advogados de qualquer Estado brasileiro possam se cadastrar no Portal sem precisar enviar documentos ao TJCE;
- f) simplificação da consulta aos dados processuais, independente do sistema onde o mesmo está registrado, através da disponibilização no Site do TJCE do Sistema de Consulta Processual Unificada – SCPU;
- g) melhoria no acompanhamento processual por parte do advogado nas petições impetradas durante o Plantão Judiciário do 2º Grau, obtida através da implantação do fluxo digital do Plantão Judiciário;
- h) melhoria do controle gerencial sobre o envio de Mandados de Prisão para o
   Banco Nacional de Mandados de Prisão BNMP;
- disponibilização de um controle de visitantes informatizado e mais eficiente, através da implantação do Sistema de Controle de Visitantes nas portarias do Tribunal de Justiça do Ceará, o que permitiu à Assistência Militar controlar o tempo de permanência de cada visitante, bem como manter o histórico de visitas realizadas ao edifício-sede do TJCE;
- j) redução no tempo de cálculo de ressarcimento dos atos gratuitos praticados pelas serventias extrajudiciais;
- k) melhorias nos sistemas de Guias Judiciais e de Arrecadação para implantação das receitas compartilhadas do FUNSEG, associação do número do processo à

- guia de pagamento e cálculo automatizado das custas;
- reformulação do sistema de Custas e Orçamentos (SCO), contemplando a utilização da tabela de insumos e composições da SINAPI;
- m) melhoria de desempenho para o Sistema de Estatística da Corregedoria –
   SGEC;
- n) reformulação do site do Tribunal de Justiça, com objetivo de facilitar o acesso à pesquisa processual e às informações de interesse público, bem como organizar o conteúdo de forma mais clara;
- o) implantação no site do Tribunal de Justiça de portais específicos para as seguintes unidades: SEFIN, Corregedoria Geral da Justiça, ESMEC, Auditoria, Precatórios e Manutenção;
- p) disponibilização dos seguintes formulários eletrônicos: Eleição das Melhores Práticas do Poder Judiciário Cearense, Pesquisa de Clima Organizacional, Pesquisa sobre a Compreensão da Estratégia do TJCE, Recadastramento de Rotas para Transporte dos Funcionários, Copa das Confederações.

No que diz aos esforços empreendidos para melhoria e aprimoramento da infraestrutura, as seguintes ações podem ser destacadas:

- a) ampliação de desempenho dos serviços oferecidos à sociedade através do Portal do TJCE em dez vezes, através da troca do equipamento de conectividade (switch) por um mais moderno e veloz;
- implantação de rede sem fio na Comarca de Juazeiro do Norte para advogados, promotores, juízes, servidores e público em geral;
- c) redução do consumo elétrico e de refrigeração dos Centros de Dados (datacenter) em virtude da migração, atualização e virtualização das máquinas (servidores);
- d) apoio logístico e suporte técnico ao funcionamento do Juizado Especial do Aeroporto e do Castelão durante a Copa das Confederações;
- e) instalação de 278 equipamentos doados pelo CNJ;
- f) configuração de 73 notebooks entregues pela Presidência do Poder Judiciário aos Magistrados das comarcas do interior durante os encontros regionais promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará;
- g) renovação e emissão de aproximadamente 1.375 certificados digitais.

#### 4 RESULTADOS

A SETIN encerra o ano de 2013 com 08 projetos concluídos e com o desafio de realizar a execução de mais 29. Neste período, foram entregues 07 novos sistemas e atualmente há cerca de 23 sistemas em desenvolvimento.

Em conformidade com o objetivo 4 do Planejamento Estratégico de TI do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que consiste em "Facilitar o acesso à Justiça, promovendo a capilaridade de sistemas e serviços", a SETIN disponibilizou a Consulta Processual Unificada, um importante instrumento para acompanhamento processual por parte dos jurisdicionados, que facilitou bastante o acesso às informações processuais por parte da sociedade cearense.

Atendendo cerca de 648 (seiscentos e quarenta e oito) chamados técnicos diariamente, a SETIN atingiu, em pesquisa realizada em 2013 junto aos usuários de serviços de TIC, o índice de 85% de satisfação.

Recentemente o Conselho Nacional de Justiça disponibilizou em seu portal eletrônico os relatórios com os resultados dos portes dos Tribunais em Tecnologia da Informação e Comunicação. A área de TI do TJCE aparece na 5ª colocação entre os tribunais estaduais e na 1ª colocação entre os tribunais do nordeste, baseado nos aspectos de tecnologia, força de trabalho total mínima de TIC, automação, governança de TI e capacitação.

Os resultados apontados neste relatório são frutos de investimentos adequados às necessidades de TI por parte da alta Administração, bem como do elevado grau de comprometimento dos servidores da SETIN, demonstrando um crescimento contínuo no grau de maturidade da TI do TJCE.





## 1 DESCRIÇÃO E COMPETÊNCIAS

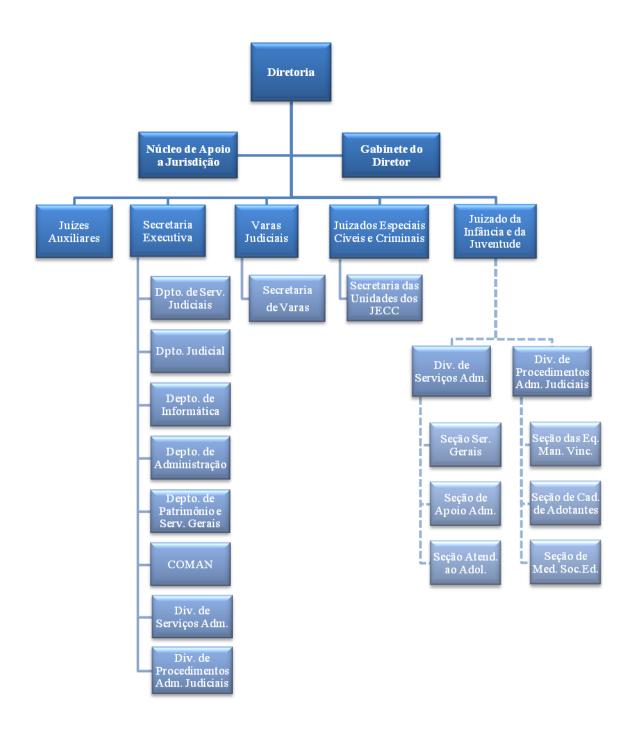
As competências básicas da Diretoria do Fórum e seus Departamentos estão descritas na Lei nº 12.342/94, que instituiu o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (CODOJECE), e demais alterações supervenientes. Essas competências estão relacionadas aos serviços prestados, sejam eles de natureza judiciária ou administrativa, a exemplo de:

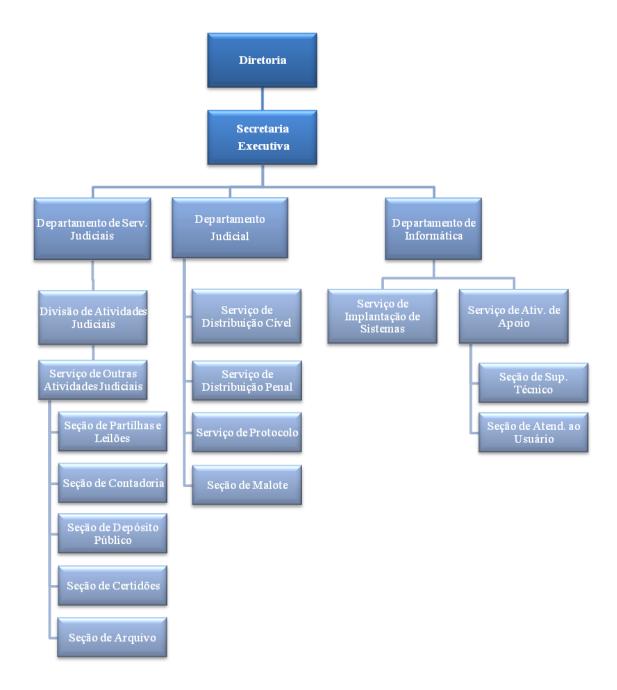
- a) Serviços Auxiliares Administrativos (art. 375 do CODOJECE: Serviços e Seções relacionados com as atividades de Pessoal, Contabilidade, Material e Patrimônio, Conservação e Transportes e outros que vierem a ser adotados para sua dinamização, conforme dispuser a Lei Orgânica da Administração do Poder Judiciário.
- b) Serviços Auxiliares Judiciais (art. 376 do CODOJECE): Portaria dos feitos judiciais; Distribuição dos feitos judiciais; Contadoria; Partilhas e Leilões e Depósito Público de Bens Apreendidos.

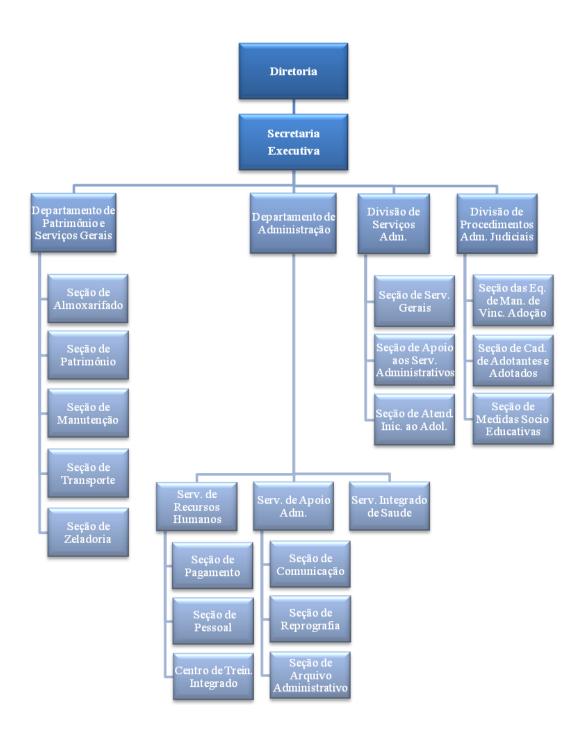
Existem ainda outras competências que foram instituídas por normas supervenientes ao CODOJECE, mas que não foram classificadas como de natureza auxiliar administrativa ou auxiliar judicial, as quais se recomenda classificação por similaridade. Vejamos:

- a) *Serviços Auxiliares Administrativos:* Digitalização e Guarda/Descarte de documentos; Serviço de Atendimento Presencial e Telefônico.
- b) Serviços Auxiliares Judiciais: Serviços de Certidões; Serviços de Arquivo; Serviços de Malote; Serviços de Laudos Psicossociais prestados pelo Núcleo de Apoio à Jurisdição; Serviços de Mediação e Conciliação; Serviços de Atendimento inicial ao Adolescente em Conflito com a Lei; Serviços de Cadastro de Adotantes e Adotados; Serviços de Manutenção de Vínculo e Adoção; Serviços de Distribuição, Execução e Devolução de Mandados.

## 2 ORGANOGRAMAS







## 3 AÇÕES E PROJETOS

A atual Gestão do Fórum Clóvis Beviláqua - FCB adotou uma nova postura em relação às iniciativas estratégicas a serem implementadas, com uma proposta de mudança em relação aos procedimentos utilizados até então.

#### 3.1 Redistribuição dos analistas judiciários

Em março de 2013, para favorecer a equanimidade no número de analistas judiciários existentes nas varas do FCB, foi realizada a redistribuição desses colaboradores.

#### 3.2 Certificação ISO 9001:2008 no Departamento Judicial do FCB

O Departamento Judicial do Fórum Clóvis Beviláqua tem sido preparado para a certificação ISO 9001:2008, tendo em vista a necessidade identificada pela Gestão de proporcionar um aumento na satisfação do usuário que utiliza os serviços prestados pelo setor e de conferir maior rapidez, melhor desempenho, credibilidade, gerenciamento dos processos de trabalho, transparência e redução de custos e desperdícios.

#### 3.2.1 Etapas desenvolvidas

Palestra de conscientização; Descrição do negócio; Desenvolvimento de Fluxogramas de todo Departamento; Validação dos Fluxogramas junto às lideranças; Desenvolvimento dos Procedimentos de Gestão (PG); Implantação da Gestão à Vista; Reorganização do departamento e mudança de layout; Solicitação de melhorias para a infraestrutura do atendimento no balcão; Identificação da interação entre os processos.

#### 3.2.2 Etapas planejadas e ainda não executadas

Criação de instruções de trabalho; Abertura e tratamento de não conformidades; Definição da política da qualidade; Finalização do manual da qualidade; Treinamento dos colaboradores quanto à interpretação da Norma ISO 9001:2008, auditoria interna da qualidade e abertura e tratamento de não conformidades; Criação de novos indicadores de controle de procedimentos críticos; Elaboração de procedimentos junto ao Departamento de Recursos Humanos e Departamento de Informática; Pesquisa de satisfação dos clientes.

## 3.2.3 Certificação

A certificação ISO 9001:2008 está prevista para o fim de maio de 2014. A partir de então, o Sistema de Gestão da Qualidade deverá ser contínuo, principalmente através de Análises Críticas da Direção, Planos de Melhorias, Planos de Auditorias Internas e Auditorias de Manutenção da Certificação a cada 03 anos.

#### 3.3 Democratização das decisões do FCB

A Diretoria, com o intuito de democratizar e garantir a implementação das decisões tomadas no âmbito do FCB, sistematizou as reuniões do Comitê Gestor de Juízes Coordenadores, instituiu o Núcleo de Apoio à Gestão e o Comitê Gestor para Assuntos Administrativos, formado pelos Diretores de Departamento.

#### 3.4 Programa de Desenvolvimento de Gestores Judiciais - PDJUD

Em março de 2013, com o objetivo de profissionalizar o Diretor de Secretaria para gerir a sua unidade, haja vista a crescente demanda do Poder Judiciário e a necessidade de harmonizar procedimentos em prol do aumento de produtividade, papel típico de um líder/gestor, foi elaborado o Programa Treinamento de Gestores Judiciais – PDJUD.

O foco da primeira etapa do programa foi a capacitação desses servidores em temas como: liderança, planejamento, trabalho em equipe, tomada de decisão, foco em resultado, aquisição de conhecimento, habilidades, competências e atitudes.

A segunda etapa do programa visou prover aos diretores o conhecimento necessário sobre ferramentas de gestão com foco no acompanhamento dos resultados da unidade judiciária.

Atualmente está sendo realizado um ciclo de palestras com o intuito de fomentar uma nova cultura de gestão com foco no cidadão.

#### 3.5 Comissão Temporária de Metodologia de Análise e Melhoria de Performance

Por meio da Portaria nº 167/2013, em março/2013, foi instituído um grupo de trabalho para desenvolver e efetivar o projeto "Metodologia de Análise e Melhoria de Performance das Varas Judiciais da Comarca de Fortaleza", com vistas ao estudo e desenvolvimento de metodologias de aferição e melhoria de performance das Varas da Comarca de Fortaleza, inicialmente voltadas à redução da Taxa de Congestionamento.

Baseando-se no Ciclo PDCA, o referido grupo criou um método para a redução da Taxa de Congestionamento e desenvolveu ferramentas como o Congestiômetro e os Gráficos de Análise de Performance por Quadrantes.

De abril a junho/2013, a metodologia criada foi aplicada nas Varas da Fazenda Pública, resultando numa baixa de 13.391 (treze mil, trezentos e noventa e um) processos, o que representa uma queda de 27,34 pontos percentuais na Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento dessa competência.

De julho a outubro/2013, durante atuação da Comissão nas Varas de Execuções Fiscais, foi alcançado um resultado de 11.146 (onze mil, cento e quarenta e seis) processos baixados, representando uma queda de 10,83 pontos percentuais na Taxa de Congestionamento da competência.

Em novembro/2013, iniciou-se a atuação da Comissão nas Varas de Família.

#### 3.6 Seleção interna para concessão de GTR

Com o intuito de implantar critérios objetivos para concessão de Gratificação Técnico Relevante, a atual Gestão tem aplicado Seleções Internas, mediante publicação de edital com regras e, ao final, aplicação de prova com caráter classificatório. Até novembro/2013, foram realizadas 3 seleções, das quais foram selecionadas 16 pessoas.

#### 3.7 Projeto de digitalização de processos

#### 3.7.1 Objetivo

Realizar a digitalização dos processos físicos das Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza relativos aos anos de 2011 e 2012, possibilitando a otimização de recursos humanos e materiais, a melhoria nas condições de trabalho e na utilização do espaço físico, bem assim as demais vantagens inerentes ao processo eletrônico.

#### 3.7.2 Ações

Foram criados 4 núcleos de digitalização, equipados com infraestrutura tecnológica e com equipe especializada para realizar as atividades de higienização e escaneamento de processos, conferência de páginas digitalizadas, controle de qualidade do que foi digitalizado, indexação de processos digitalizados, assinatura digital de processos digitalizados, importação de processos digitalizados para o sistema SAJ, montagem de

processos e preparação de lotes de processos digitalizados para remessa à Assessoria Institucional do Tribunal de Justiça para fins de arquivo.

#### 3.7.3 Entregas previstas para o ano de 2013

Com início oficial dos trabalhos em 24/06/2013, a conversão dos processos físicos em digitais já atendeu, até o momento, 19 secretarias cíveis, tendo sido digitalizados 20.965 (vinte mil novecentos e sessenta e cinco) processos e aproximadamente 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) páginas, com suas imagens devidamente importadas para o SAJ, o que significa uma produção em média de 5.280 (cinco mil duzentos e oitenta) páginas/dia ou 75 processos/dia, totalizando aproximadamente 25% do acervo em tramitação nas Varas Cíveis.

#### 3.8 Adesão do Fórum Clóvis Beviláqua ao GesPública.

Em julho/2013, o Diretor do Fórum firmou um termo de compromisso junto ao Núcleo Estadual do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública) com o objetivo de implantar o Modelo de Excelência em Gestão Pública - MEGP no Fórum Clóvis Beviláqua. Tal iniciativa tem por objetivo orientar a atuação da Diretoria do FCB para resultados, no intuito de prestar bons serviços ao cidadão, dar atenção à qualidade do gasto público, melhorar as práticas de gestão, além de promover a eficiência dos serviços prestados.

### 3.9 Projeto de migração de dados processuais

#### 3.9.1 Objetivo

Realizar a migração dos dados processuais dos sistemas legados para o SAJ, buscando a unificação da base de dados e propiciando ganhos de gestão para a Administração, para os procedimentos executados pelas unidades judiciárias e departamentos judiciais.

#### 3.9.2 Ações

Além da migração por demanda de processos redistribuídos no SPROC às unidades virtualizadas, oriundos de comarcas do interior do Estado, foram submetidos à migração, em sua totalidade, os processos das varas cíveis e criminais, Vara da Auditoria Militar e 2ª Vara de Sucessões, todas comarca de Fortaleza, totalizando 761.241 (setecentos e sessenta e um mil, duzentos e quarenta e um) processos migrados em 2013.

### 3.10 Melhorias no portal e-SAJ

Na atual Gestão, estão sendo desenvolvidas pelo Departamento de Informática do Fórum Clóvis Beviláqua diversas melhorias no Portal e-SAJ, visando atender às diversas demandas provenientes dos usuários. Seguem as principais ações adotadas:

Tabela 1 – Ações desenvolvidas pelo DEINF para melhorias no Portal E-SAJ

Ação	Objetivo
Implantação do Cadastro Nacional de Advogados	Permitir que advogados de outros Estados possam se habilitar no peticionamento eletrônico do Portal e-SAJ sem a necessidade de se deslocarem ao Estado do Ceará.  Ação relevante que atendeu a um dos maiores reclames por parte dos advogados de outros Estados que precisam atuar no Portal e-SAJ do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
Implantação de ferramenta para disponibilizar as gravações de audiências	Permitir que os usuários do Portal e-SAJ possam ter acesso às gravações de audiência através do site do TJCE. Foi desenvolvido sistema web para apoiar as partes que precisam visualizar as audiências. O sistema está em fase piloto, disponibilizado apenas para os membros do Ministério Público.
Implantação do Processo de Execução Criminal (PEC) para as varas da área criminal	Prover o usuário do Sistema SAJ de um procedimento para cadastramento do Processo Executório Criminal de forma digital.
Implantação do AR Digital	Permitir que as correspondências referentes à emissão de carta de citação possam ser automática e digitalmente enviadas aos Correios que, por sua vez, procederá à impressão, cumprimento da entrega da correspondência, digitalização do respectivo AR (Aviso de Recebimento) e a sua remessa ao processo eletrônico. Projeto que permitirá ganhos enormes relativos à otimização da utilização de recursos humanos e materiais. Sua implantação está pendente de decisão por parte da Administração.
Configuração do Sistema para possibilitar a instalação da Secretaria Única	Permitir que uma única secretaria possa elaborar os expedientes relativos a um grupo de varas.  Projeto de extrema relevância e que possibilitará às unidades judiciárias do Fórum Clóvis Beviláqua usufruir de mais um dos revolucionários ganhos propiciados pelo processo eletrônico.  Atualmente, encontra-se em fase final de configuração, após que serão efetuados testes e o ambiente será apresentado para homologação por parte da Diretoria do Fórum, que determinará sua entrada em produção.
Configuração do Módulo de Mandados para implantação na COMAN	Disponibilizar o Módulo de Mandados para utilização tanto pelas Varas quando pela COMAN. Esse módulo permitirá a automação dos trabalhos relativos à expedição e cumprimento dos mandados, dando maior agilidade aos procedimentos e maior capacidade de gestão por parte da COMAN.

Continua

#### Continuação

Ação	Objetivo
Configuração do Sistema para atender as diversas solicitações feitas pela Diretoria do Fórum e demais Departamentos	Configurar o Sistema SAJ para atender às alterações nos procedimentos operacionais das diversas unidades do Fórum (Ex: Distribuição, Protocolo, Central de Conciliação, Setores Técnicos, Mutirões).

Fonte: DEINF

### 3.11 Melhoria do atendimento do "Posso Ajudar?"

O serviço "Posso Ajudar?" passou a ser gerido pela Seção de Pessoal – Terceirizados, mudança esta que fez com que o acompanhamento passasse a ser diário e as orientações para o atendimento fossem modificadas.

Dentre as alterações realizadas para melhoria do serviço, foi elaborado um Plano de Capacitação no Atendimento (PCA) que incluiu o "Posso Ajudar?", em parceria com outros setores de atendimento do Fórum. Dentre os temas apresentados aos terceirizados, destacam-se os seguintes módulos: 1- Potencializando competências; 2 Resiliência emocional no atendimento; 3 - O equilíbrio pessoal e profissional através da ética.

Também foi instituída a pesquisa de satisfação do serviço, que em seu primeiro resultado apresentou um índice de 70% de satisfação no atendimento.

#### 3.12 Promover a ambientação de novos servidores, terceirizados e estagiários

O FCB, através do Departamento de Administração, adotou uma prática para promover a ambientação e integração dos novos servidores.

A primeira ambientação ocorreu com a equipe de 3 técnicos judiciários e 3 analistas judiciários, oriundos do Serviço Médico de Saúde, que foram lotados no Serviço de Distribuição do Departamento Judicial. A programação incluiu conhecimento aos Sistemas Gerenciais SAJADM e SAJPG, ambientação e integração com os servidores do novo setor.

Seguindo a programação, será realizada a ambientação dos Auxiliares de Serviços Gerais, contratados em novembro, os quais serão levados a conhecer o Fórum Clóvis Beviláqua e o Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais, bem como as normas relativas aos terceirizados (ex: faltas, férias, ponto), promovendo-se a integração dos citados colaboradores ao seu novo ambiente de trabalho.

#### 3.13 Projeto "O Fórum mais próximo da sociedade"

O Projeto "O Fórum mais próximo da Sociedade", coordenado pelo Centro de Treinamento Integrado do FCB, visa ao despertar da comunidade estudantil (alunos de graduação e alunos de nível médio de escolas públicas e particulares de Fortaleza) para a conscientização da função social do Poder Judiciário, através da apresentação da estrutura e do funcionamento do Fórum. Foram recebidos 481 (quatrocentos e oitenta e um) estudantes em 2013.

#### 3.14 Avaliação sistemática da satisfação dos usuários do serviço de Telejustiça

Desde janeiro/13, o Serviço de Telejustiça implementou a avaliação sistemática passiva na recepção (atendimento presencial) e ativa na videofonia (atendimento telefônico). Após o atendimento na recepção, ao usuário é sugerido o preenchimento de um pequeno formulário de avaliação, o qual é depositado em urna que está disponibilizada na saída do atendimento. Já na videofonia, diariamente são gerados, por amostragem, relatórios de atendimento referentes ao dia anterior, os quais servem como referência para uma pesquisa realizada pela equipe de apoio sobre o atendimento prestado. A avaliação bem como as sugestões e críticas são coletadas para subsidiarem melhorias no setor.

#### 3.15 Exercício da responsabilidade socioambiental

A responsabilidade socioambiental tem grande importância na busca da excelência da gestão e é um dos critérios do Modelo de Excelência da Gestão Pública – MEGP. Pode ser definida como uma atuação que se rege pela relação ética e transparente da organização com todos os públicos com os quais se relaciona, voltando-se para o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando os recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais como parte integrante da estratégia da organização.

Assim, foi criado pelo FCB Grupo de Apoio às ações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental do Poder Judiciário Estadual, o qual atuou na otimização da coleta seletiva de materiais recicláveis, por meio da disponibilização de lixeiras seletivas em todos os andares do FCB e da separação do lixo (papel, plástico, metal, vidro, orgânico) em cinco *containers* recebidos em doação. Referido grupo promove as ações necessárias para que o material reciclável seja doado à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Rosa

Virgínia, cadastrada no TJCE, que coletam duas vezes por semana o material acumulado nos *containers*. Até o momento foram doados mais de 2,5 toneladas de material reciclável.

Através de parceria com o Hemoce, o FCB cedeu por 33 (trinta e três) dias uma sala para funcionamento de ponto de coleta de sangue. Foram feitas campanhas sobre a doação no FCB e no seu entorno, bem como divulgação no site do TJCE. Nesse período, o Hemoce recebeu 329 candidatos à doação de sangue, dos quais 176 (cento e setenta e seis) estavam aptos.

#### 3.16 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

Foram realizadas 434 (quatrocentas e trinta e quatro) audiências pelo Centro Judiciário no primeiro semestre de 2013 e 548 (quinhentas e quarenta e oito) no segundo semestre, totalizando 982 (novecentas e oitenta e duas) audiências.

No decorrer do ano, foram realizados mutirões de conciliação em processos envolvendo investigação de paternidade, DPVAT e empresas como Itaú, Bradesco, TIM e CAMED.

## 3.17 Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais

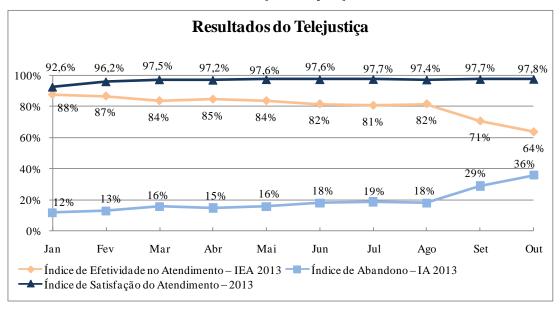
Em 2013 o Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais desenvolveu diversas atividades que contribuíram para a melhoria dos resultados alcançados, dentre as quais podem ser citadas:

- a) prolação de 4.547 (quatro mil, quinhentas e quarenta e sete) sentenças, 2.873
   (duas mil, oitocentas e setenta e três) interlocutórias, 7.685 (sete mil, seiscentos e oitenta e cinco) despachos;
- b) realização de 115.927 (cento e quinze mil, novecentos e vinte e sete) movimentações processuais, relacionadas à expedição de certidões, mandados, cartas precatórias, cartas de intimação e ofícios; juntada de petições; publicações no Diário da Justiça; movimentações nos sistemas de informática (baixa, mudança de classe, retificações etc);
- c) idealização, preparo e execução do Mutirão de Instrução e Julgamento de Processos envolvendo Atos Infracionais, que resultou em 671 (seiscentos e setenta e um) julgamentos, 744 (setecentos e quarenta e quatro) audiências e 560 (quinhentos e sessenta) despachos;

- d) planejamento, preparação e execução do primeiro Mutirão de Instrução e Julgamento de Delitos de Tóxico, que culminou em 262 (duzentas e sessenta e duas) sentenças, 1.042 (um mil e quarenta e duas) interlocutórias, 1.504 (um mil, quinhentos e quatro) despachos e 459 (quatrocentas e cinquenta e nove) audiências;
- e) cumprimento de cronograma de forças-tarefas de servidores para redução do acervo físico das varas cíveis, promovendo os expedientes relacionados aos processos já sentenciados, tais como intimações, publicações, certificações de trânsito em julgado, arquivamento ou remessa ao Tribunal de Justiça;
- f) colaboração com o projeto da Diretoria do Fórum de Saneamento dos Dados dos Sistemas Processuais das Varas da Fazenda Pública e das Varas de Execuções Fiscais da Comarca de Fortaleza;
- g) apoio ao setor de Distribuição na agilização dos procedimentos de encaminhamento dos recursos retornados do Tribunal de Justiça às Varas de origem;
- h) colaboração com os mutirões realizados pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania;

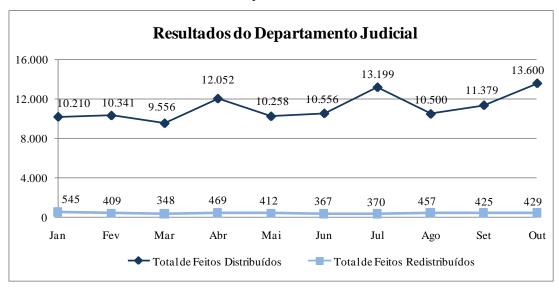
#### 4 RESULTADOS

Gráfico 1 – Resultados dos indicadores do Serviço de Telejustiça



Fonte: Telejustiça

Gráfico 2 - Resultados dos indicadores do Departamento Judicial



Fonte: Departamento Judicial

Resultados da Seção de Manutenção 100% 98% 97% 96% 92% 92% 92% 80% 90% 85% 72% 60% 67% 33% 40% 28% 15% 20% 10% 8% 8% 8% 4% 3% 2% 0% Fev Mar Abr Mai Jun Jul Ago Set Out Percentual de Atendimentos Concluídos Percentual de Atendimentos em Andamento

Gráfico 3 - Resultados dos indicadores da Seção de Manutenção

Fonte: Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais

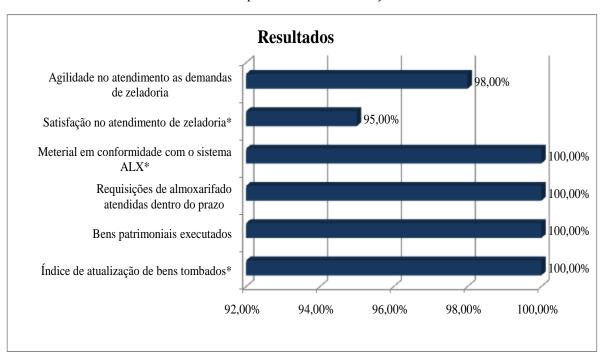


Gráfico 4 – Resultados dos indicadores do Dep. de Patrimônio e Serviços Gerais

\*Referentes ao primeiro semestre de 2013

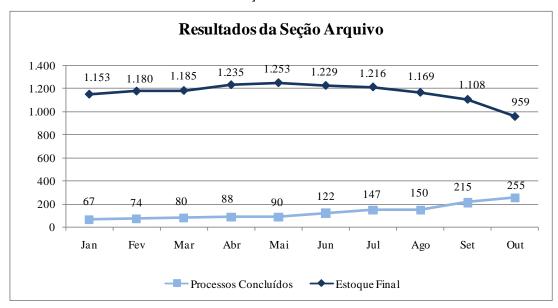
Fonte: Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais

Gráfico 5 – Resultados dos indicadores da Seção de Arquivo



Fonte: Departamento de Apoio aos Serviços Judiciais

Gráfico 6 - Resultados dos indicadores da Seção de Contadoria



Fonte: Departamento de Apoio aos Serviços Judiciais

Resultado da Seção de Depósito Público 80.000 72.558 70.000 60.000 50.000 40.000 30.000 20.000 10.721 9.910 11.110 5.396 5.469 3.035 10.000 34 29 24 21 32 91 409 42 67 Jul Ago Set Jan Fev Mar Abr Mai Jun Out ---Bens Recebidos → Bens Restituídos

Gráfico 7 – Resultados dos indicadores da Seção de Depósito Público

Fonte: Departamento de Apoio aos Serviços Judiciais

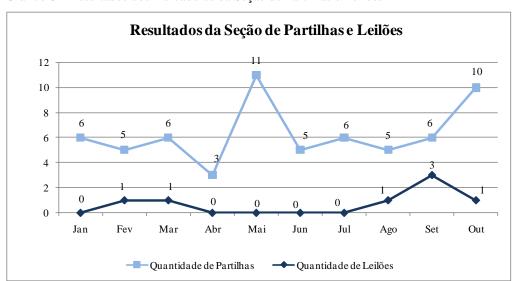
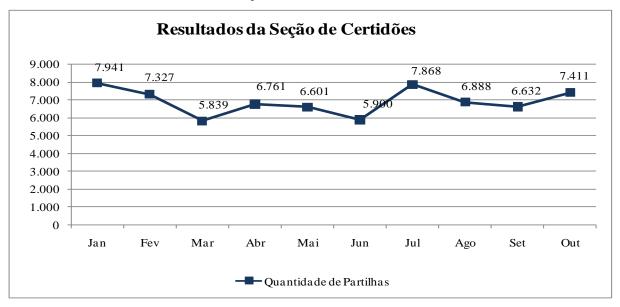


Gráfico 8 – Resultados dos indicadores da Seção de Partilhas e Leilões

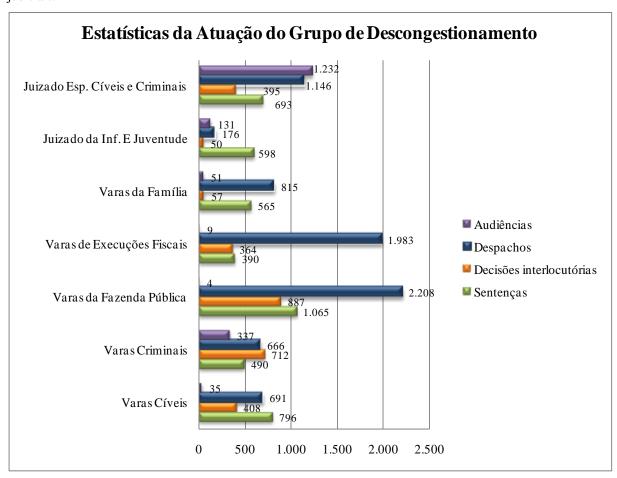
Fonte: Departamento de Apoio aos Serviços Judiciais

Gráfico 9 – Resultados dos indicadores da Seção de Certidões



Fonte: Departamento de Apoio aos Serviços Judiciais

Gráfico 10 – Estatísticas da atuação do Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento dos processos judiciais.



Fonte: Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento dos processos judiciais



## Tribunal de Justiça do Estado do Ceará Secretaria Especial de Planejamento e Gestão Departamento de Informações Gerenciais

